

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

POLÍTICAS AGRÁRIAS E A INFLUÊNCIA SOBRE A RENDA DOS PRODUTORES
RURAIS NO PERÍODO 1994-2000 NO OESTE E SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ.

LOTÁRIO FANK

FLORIANÓPOLIS

Março de 2002

LOTÁRIO FANK

**POLÍTICAS AGRÁRIAS E A INFLUÊNCIA SOBRE A RENDA DOS PRODUTORES
RURAIS NO PERÍODO 1994-2000 NO OESTE E SUDOESTE DO ESTADO DO
PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração, Curso de Pós-Graduação em Administração, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Clarilton E. C. Ribas, Dr.

FLORIANÓPOLIS

Março de 2002

**POLÍTICAS AGRÁRIAS E A INFLUÊNCIA SOBRE A RENDA DOS PRODUTORES
RURAIS NO PERÍODO 1994 – 2000 NO OESTE E SUDOESTE DO ESTADO DO
PARANÁ**

LOTÁRIO FANK

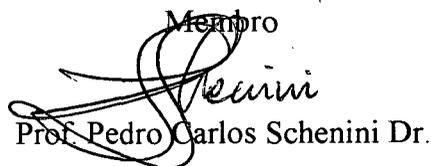
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (Área de Concentração: Políticas e Gestão Institucional) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:


Professor Nelson Colossi, Doutor
Coordenador do CPGA/UFSC

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:


Professor Clarilton E. C. Ribas, Dr.
Orientador


Prof. Nelson Colossi, Dr.
Membro


Prof. Pedro Carlos Schenini Dr.
Membro


Prof. Leonardo Luiz Prezotto, Msc.
Membro

Florianópolis 01 de março de 2002.

*Não basta ter belos sonhos para realizá-los.
Mas ninguém realiza grandes obras se não for
capaz de sonhar grande.
Podemos mudar o nosso destino se nos
dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais.
É preciso sonhar, mas com a condição de crer em
nosso sonho; de examinar com atenção a vida real;
de confrontar nossa observação com nosso sonho;
de realizar escrupulosamente nossa fantasia.
Sonhos, acredite neles.
(Lenin)*

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho como este facilita a compreensão do porquê, que a maioria dos autores se desculpa por não poder relacionar e agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a sua versão final.

A importância da contribuição de professores, amigos e familiares é imensurável. Com o risco de estar cometendo injustiças, quero, como demonstração da minha gratidão, expressar meu muito obrigado:

Ao professor Doutor C. Ribas pela confiança, pelo estímulo, pela amizade e pela sabedoria com que soube conduzir a orientação deste trabalho;

A todos os professores do curso, pelos conhecimentos que me proporcionaram e pelas valiosas contribuições que deram ao trabalho;

Ao Sr. Ivano Carniel, representante do DERAL - Regional Pato Branco, pela atenção e solicitude com que possibilitou o acesso aos dados de pesquisa;

Aos colegas e amigos da turma de estudo, em especial ao Fred, Marcelo, Dimas, Enrique, Marcolina, que foram importantes, pois a toda hora transmitiam força e coragem;

Aos inúmeros amigos de Pato Branco, dos quais nomino Eden, Eliandro, Oldair, Vânia, Ivete, Roberto, Baldo, Kiko, Nilson e muitos outros, pelo incentivo e colaboração que nunca deixaram de prestar;

Aos meus pais e familiares que, neste momento, assim como em toda minha vida, pelo seu afeto e amor, souberam me fortalecer para a caminhada;

À Mari, minha namorada, que soube sobretudo entender as constantes e longas ausências e continuar sendo fonte de incondicional apoio e amor.

Poderia escrever várias páginas relacionando pessoas que com sua amizade, apoio, compreensão e carinho, disponibilizaram sua atenção e seus conhecimentos para a consecução deste trabalho. Saibam que estarão sempre com alegria em meu coração.

Faço desta conquista um instrumento de gratidão e reconhecimento. A todos meu sincero obrigado!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema e Problema de Pesquisa.....	1
1.2 Objetivos.....	3
1.3 Justificativa.....	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 Histórico da Evolução Agrária no Brasil.....	6
2.1.1 O Período Colonial.....	6
2.1.2 O Período Imperial.....	8
2.1.3 O Período Contemporâneo.....	10
2.1.4 O Estatuto da Terra.....	12
2.1.5 A Influência do Cooperativismo no Processo de Modernização.....	16
2.2 Políticas Agrárias.....	21
2.2.1 Políticas Comerciais.....	23
2.2.2 Política Monetária.....	24
2.2.3 Política Cambial.....	25
2.2.4 Modelo de Desenvolvimento Industrial.....	25
2.2.5 Infra-Estrutura de Produção, Comercialização e Informação.....	26
2.2.6 Irrigação.....	26
2.2.7 Eletrificação Rural.....	27
2.2.8 Armazenagem e Escoamento da Produção.....	27
2.2.9 Abastecimento, Preços e Estoques Reguladores.....	29
2.2.10 Preços Mínimos.....	29
2.2.11 Crédito Rural.....	30
2.2.12 Seguro Rural.....	32
2.2.13 Educação e Treinamento.....	33
2.2.14 O Caso Brasileiro.....	34
2.3 Renda.....	43
2.4 Considerações Gerais sobre o Tema.....	44
3 METODOLOGIA	51
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	51
3.2 Perguntas Norteadoras de Pesquisa.....	52

3.3	Definição de Termos	52
3.4	Delimitação da Pesquisa	52
3.5	Coleta e Análise de Dados	54
4	APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA.....	55
4.1	O Soja	59
4.2	O Trigo	64
4.3	O Feijão	71
4.4	O Milho	76
4.5	Tendência Geral da Pesquisa	82
4.6	Preço Mínimo	84
4.7	Prêmio para Escoamento da Produção (PEP)	85
4.8	Contratos de Opção de Venda (BMF)	85
4.9	Relações de Troca	87
4.10	Análise da Comunidade Rural	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. 1 - Participação do Oeste/Sudoeste no Total da Área Cultivada (ha) no Estado.....	4
Tabela 2. 1 - Pronaf: Recursos Liberados.....	36
Tabela 2. 2 - Saldo dos Empréstimos ao Setor Rural.....	41
Tabela 4. 1 - Importações e Exportações, período 94 – 97 (em bilhões de dólares).....	58
Tabela 4. 2 – Soja Plantio Convencional.....	59
Tabela 4. 3 - Área em ha de Plantio de Soja no Paraná.....	63
Tabela 4. 4 - Área de Cultivo de Trigo (em 1000 ha).....	65
Tabela 4. 5 – Trigo Plantio Convencional.....	66
Tabela 4. 6- Feijão.....	71
Tabela 4. 7 - Área de Plantio de Milho no Paraná (em ha).....	76
Tabela 4. 8 – Milho.....	77
Tabela 4. 9 - Comparação entre PGPM e Preço Médio no Paraná no Ano 2000 (em R\$).....	84
Tabela 4. 10 - Comparação do PGPM e Custo de Produção no Paraná em 2000 (em R\$).....	84
Tabela 4. 11 - Relação de Troca entre Preço da Saca do Produto e Preço do Litro de Diesel.....	88
Tabela 4. 12 - Relação de Troca do Preço da Energia KWh/Preço da Saca do Produto.....	89
Tabela 4. 13 - Relação de Troca Fertilizantes x Produto (média anual).....	90
Tabela 4. 14 - Relação de Troca entre Colheitadeira x Produto (média anual).....	91
Tabela 4. 15 - População Brasileira e População Rural.....	94
Tabela 4. 16 - Número de Pagantes de Dízimo.....	95
Tabela 4. 17 - Número de Alunos Matriculados Regularmente na Escola.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4. 1 - Margem de Rentabilidade do Soja.....	61
Gráfico 4. 2 - Custos de Produção do Soja	62
Gráfico 4. 3 - Preços Recebidos pelo Soja.....	63
Gráfico 4. 4 - Margem de Rentabilidade do Trigo.....	68
Gráfico 4. 5 - Preços Recebidos pelo Trigo.....	69
Gráfico 4. 6 - Custos de Produção do Trigo	70
Gráfico 4. 7 - Preços Recebidos pelo Feijão.....	74
Gráfico 4. 8 - Margem de Rentabilidade do Feijão.....	74
Gráfico 4. 9 - Custos de Produção do Feijão.....	75
Gráfico 4. 10 - Rentabilidade do Milho.....	79
Gráfico 4. 11 - Custos de Produção de Milho.....	80
Gráfico 4. 12 - Preços Recebidos pelo Milho.....	80
Gráfico 4. 13 - Resumo das Margens de Rentabilidade (média anual).....	81
Gráfico 4. 14 - Variação dos Preços do Trigo no Ano de 1997.....	86
Gráfico 4. 15 - Relação de Troca entre Produto e Preço do Litro de Diesel.....	88
Gráfico 4. 16 - Relação de Troca do Preço da Energia KWh/Preço da Saca do Produto.....	89
Gráfico 4. 17 - Relação de Troca Fertilizantes x Produto (média anual).....	90
Gráfico 4. 18 - Relação de Troca entre Colheitadeira x Produto (média anual).....	91
Gráfico 4. 19 - População Brasileira e População Rural.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- AGF – Aquisição do Governo Federal
- BMF – Bolsa de Mercadorias e Futuros
- CA – Cooperação Agrícola
- CEE – Comunidade Econômica Européia
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- DERAL – Departamento de Economia Rural
- EGF – Empréstimo do Governo Federal
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EUA – Estados Unidos da América
- FOB – Free on Board
- GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- ha – Hectares
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- IPA – Índice de Preços ao Atacado
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PEP – Prêmio de Escoamento da Produção

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RT – Relações de Troca

SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SSR – Serviço Social Rural

SUPRA – Superintendência de Política da Reforma Agrária

TJLP – Taxa de Juros à Longo Prazo

URV – Unidade Real de Valor

RESUMO

A década de 90 caracterizou-se, no Brasil, como um período de grandes transformações estruturais na economia. Regidas pela ideologia neoliberal e em clima de estabilização inflacionária, as mudanças afetaram todos os setores econômicos.

O setor agropecuário exerceu um importante papel nesse processo. Desta forma, além de ser forçado a se enquadrar neste novo contexto, como todos os demais setores econômicos, teve ainda a função de ser uma das âncoras do Plano Real. Para que cumprisse o papel que lhe fora designado, o setor primário precisava fornecer alimentos baratos para a manutenção dos índices de inflação e contribuir na geração de divisas, haja vista, ser um dos principais complexos de exportação. Nesse sentido, as políticas públicas direcionadas ao setor incentivaram as práticas de mercado que fortalecessem os produtos de vocação exportadora, ao mesmo tempo em que, por várias frentes, intervinham na contenção dos preços dos produtos componentes da cesta básica.

A conseqüência desta opção é a continuação de um processo já histórico no Brasil de empobrecimento da população rural, de intenso êxodo rural e a geração de mazelas sociais de toda natureza nas cidades.

Com o objetivo de auxiliar numa melhor compreensão deste processo sobre a sociedade brasileira, este trabalho analisa a influência das políticas agrárias adotadas no período 1994 – 2000, sobre a renda dos produtores rurais.

Os resultados deste trabalho de pesquisa revelaram a confirmação da hipótese levantada em torno do assunto, ou seja, nos produtos com características próprias para o mercado externo que, neste trabalho, estão representados pelo soja, as margens de rentabilidade se mantêm positivas, e nos produzidos para o consumo interno, aqui representados pelo trigo, milho e feijão, as margens de rentabilidade são negativas.

ABSTRACT

The 90s was characterized in Brazil as a period of great structural transformation in its economy. Ruled by neo-liberal ideology and in an environment of inflationary stabilization, the changes affected all economic sectors.

The agricultural and cattle raising sector exerted an important role in this process. Besides being forced to fit in this new context, as all the other economic sectors, it even acted as one of the anchors of the Plano Real. In order to fulfill the assigned role, the primary industry had to supply cheap food to maintain the inflation rates and to contribute in the process of foreign exchange generation, as it is shown to be one of the main complexes of exportation. In this sense, the public politics directed to the sector stimulated the trading practice that supported products of exporting vocation, and that at the same time, through different fronts, intervened in the restraint of the prices concerning the components of the basic products basket.

The consequence of this option is the continuation of a process, already historical in Brazil, of impoverishment of the agricultural population, of intense agricultural exodus and of social affliction generation of all nature in cities.

With the objective of assisting in the process of a better understanding concerning the Brazilian society, this work analyzes the influence of the agrarian politics adopted in the period 1994 – 2000, on the income of the agricultural producers.

The results of this research work revealed the hypothesis confirmation raised around the subject, i.e., regarding the products with proper features for the external market, which in this work is represented by soybean, the cost-effectiveness margins of the agricultural producers are kept positive, and regarding the products for internal consumption, represented here by the wheat, corn and beans, the margins are negative.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

O tema de pesquisa proposto está relacionado à questão agrária brasileira, à problemática dos produtores rurais e ao efeito na sua renda¹ em decorrência das políticas agrárias adotadas pelo governo nos últimos anos. Nesta perspectiva, serão abordados neste trabalho as variáveis que, articuladas de maneira a atender a interesses considerados prioritários, contribuíram para a atual degradação, presente no sistema agrário brasileiro. As variáveis que serão estudadas são: as políticas agrárias adotadas num contexto histórico e a renda dos produtores rurais. Transversalmente, e por não haver forma de separá-los destas duas variáveis, alguns outros fatores também estarão contemplados, mesmo que de forma não exaustiva.

Será ainda propósito do trabalho descrever e analisar a evolução do modo como tem sido tratada a questão agrária no Brasil, num contexto histórico, desde o início da ocupação do espaço territorial até os dias atuais.

As políticas agrárias brasileiras foram conduzidas nas últimas três décadas de forma a atender à necessidade de evolução do sistema de produção exigida pelo novo cenário mundial. Nesse contexto, para que se conseguisse enquadrar a produção agropecuária em condições de competitividade, cultivaram-se as condições que favoreceram o desenvolvimento do latifúndio, em detrimento à pequena unidade produtiva.

Desta forma, para incentivar a produção que atendesse às exigências mercadológicas, o grupo de poder do momento considerou como “interesse nacional” a produção em larga escala para a exportação. Perseguindo tais objetivos foram incentivadas, através do crédito agrícola e de subsídios, algumas culturas como a soja, o café, entre outras, além de financiar a aquisição de máquinas agrícolas para este tipo de atividade. Nesta perspectiva, relegou-se a segundo plano a importância da manutenção de renda dos produtores de alimentos para o mercado interno, efetivando este ciclo de transformações de forma acelerada, porém parcial, pois a um enorme contingente de pequenos produtores rurais foram negadas as condições à

¹ Renda rural não se refere apenas à receita gerada pelos produtos contemplados neste trabalho. Embora represente parte significativa, geralmente, não é a totalidade da renda obtida numa propriedade. A criação de rebanhos bovinos, suínos, ovinos, o cultivo de hortaliças e frutas entre outros produtos produzidos para o autoconsumo, podem representar rendas alternativas na propriedade rural. Neste sentido, o termo renda utilizado neste trabalho representa a receita monetária obtida com os produtos em estudo, na venda dos excedentes da produção.

cidadania. A evidência mais nítida deste fato é o número destas pessoas que deixaram o campo e migraram para as cidades em busca de outras alternativas de sobrevivência.

O acelerado processo de modernização do campo ocorrido principalmente a partir dos anos 50, com a utilização intensiva de máquinas em substituição à mão-de-obra, o uso de agrotóxicos, a evolução genética das variedades produzidas, a hibridagem, o aumento da produtividade por área, além da falta de condições de acesso aos instrumentos para tal, inviabilizaram a agricultura familiar² no Brasil (IBASE, 1992), porém, produtores de forma geral foram afetados pelas mudanças.

Este novo cenário, pelas facilidades tecnológicas que trouxe consigo, mudou também a educação e a cultura dos agricultores, que deixaram em segundo plano a diversidade e a produção para o autoconsumo, fazendo a opção pela monocultura e pela venda do produto *in natura* às grandes agroindústrias e delas ficaram inteiramente dependentes, tanto para a aquisição de sementes e insumos quanto para a comercialização da produção.

As conseqüências deste processo de transformação no campo sem que tenha ocorrido qualquer modificação na estrutura agrária do Brasil, segundo Graziano Neto (1985), tem provocado resultados social e economicamente catastróficos, como a migração desordenada e o conseqüente inchamento das cidades (transformando os produtores rurais em “subconsumidores urbanos”), o aumento do latifúndio, um acréscimo no contingente de desempregados, problemas ecológicos, contaminação de alimentos, destruição dos solos, descontrole de pragas, alterações climáticas, entre outras tantas.

A partir dos anos 90, o foco de atuação das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário ficou ainda mais restrito. Deixou-se de lado a visão sistêmica necessária na atividade agrícola por tratar-se de uma atividade sensível aos mecanismos de mercado e, principalmente, de forte dependência de fatores alheios ao seu controle, tais como os fenômenos naturais. Portanto, é fundamental o acompanhamento do Estado sobre esta atividade. Foi-se, porém, o tempo de uma atividade agrícola satisfatoriamente assistida pelo poder público, através do crédito barato, preço mínimo, seguro contra intempéries, assistência social ao homem do campo etc. A orientação ideológica predominante é jogar todos estes fatores à esfera do mercado, como se este tivesse competência, capacidade e interesse de

² Apesar de não ser o foco principal deste estudo, cabe esclarecer que, o conceito de agricultura familiar não pode ser relacionado somente ao tamanho da propriedade, mas sim, por características que lhe são peculiares, tais como: a íntima relação entre gestão e trabalho e o processo de tomada de decisões, entre outras. Ver (PREZOTTO, 2000).

regular essa atividade de forma eqüitativa, o que, muitas vezes, nem o próprio Estado, através dos mecanismos de intervenção, conseguem ter. Assim, não é de difícil percepção, que as vantagens econômicas competitivas estejam, é claro, ao lado das grandes empresas nacionais e multinacionais que ditam as normas deste mercado.

Por interesses considerados prioritários, compreenda-se, no período 1994 a 2000, a preocupação central do governo em manter o plano econômico de combate à inflação em curso. Uma das âncoras deste plano é a produção de alimentos baratos para não majorar o preço da cesta básica. Para manter o preço dos alimentos em níveis compatíveis para a consecução do plano, faz-se freqüentemente a opção pela importação de produtos, mesmo de alguns produzidos aqui em abundância. Com isso, consegue o governo seus objetivos básicos: atuar sobre os preços dos produtos componentes da cesta básica de alimentos e conter os índices de inflação.

É neste quadro difuso no cenário social que surge a necessidade urgente de incentivar as iniciativas que procuram fortalecer a renda dos produtores rurais para mantê-los no campo, bem como inseri-los de forma efetiva na sociedade. É com este propósito que este trabalho pretende avançar no debate e contribuir para a geração de alternativas buscando superar os impasses vividos pelas comunidades rurais.

O objetivo deste estudo será analisar as políticas agrárias adotadas no Brasil no período 1994 - 2000 e demonstrar a influência decisiva que tiveram sobre o nível de renda dos produtos analisados.

Este análise poderá contribuir para o estudo da problemática como subsídio para a compreensão e formulação de políticas públicas no revigoramento do setor agrícola, que historicamente tem uma enorme representatividade e importância no processo de desenvolvimento econômico e social da nação.

1.2 Objetivos

A pesquisa tem por objetivo geral **verificar a relação existente entre as Políticas Agrárias e a evolução da renda dos produtores rurais entre os anos 1994 e 2000 no Oeste e Sudoeste do estado do Paraná.**

Em termos específicos, pretende-se:

- Levantar as Políticas Agrárias adotadas no Brasil nos anos 90;
- Levantar os custos de produção do soja, milho, trigo e feijão;

- Levantar os preços de comercialização destes produtos pelos produtores rurais;
- Examinar o comportamento da renda rural no período considerado;
- Avançar no debate que contribua para a geração de alternativas que visem superar os impasses vividos pelas comunidades rurais remanescentes.

1.3 Justificativa

Este é um trabalho que se justifica plenamente, pois traz uma contribuição importante para uma questão ainda não resolvida na sociedade brasileira: a questão agrária. Por um lado, apresentam-se as supersafras, as exportações *recordes*, a evolução acelerada das técnicas produtivas e, por outro, o empobrecimento da população rural sem as condições mínimas de acesso à cidadania.

O campo brasileiro, portanto, continua sendo o terreno da bimodalidade, entre ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos e da extrema pobreza econômica, social e da alienação política da população rural.

Este cenário é causado pelo direcionamento das políticas que regem o setor, privilegiando culturas com produção em larga escala e de vocação exportadora e, em contrapartida, desincentivando as culturas destinadas ao mercado interno, sobretudo, com freqüentes importações de produtos componentes da cesta básica, no sentido de controlar os preços na ponta do consumo.

A conseqüência imediata deste fluxo de mercadorias é uma forte pressão sobre os preços auferidos pelo produtor, desincentivando-o na produção de alimentos para o mercado interno. Em uma análise preliminar, pode-se dizer que a renda defasada dos produtos agrícolas, por causa da concorrência internacional e muitas vezes subsidiada, é hoje um dos grandes fatores que continuam causando o êxodo rural.

Por este cenário ser comum e pela importância da agricultura na formação econômica e social na região oeste e sudoeste do estado do Parná, justifica-se a escolha desta região para fazer parte desse estudo. Da mesma forma, a opção pelas culturas abrangidas também se justifica pela significativa participação delas no total da área cultivada no estado, conforme detalha a Tabela 1.1.

Tabela 1. 1 - Participação do Oeste/Sudoeste no total da área cultivada (ha) no Estado

	Soja	Milho	Feijão	Trigo
Paraná	2.853.024	1.542.425	443.499	713.197
Oeste	750.020	137.440	22.751	41.950
Sudoeste	296.445	272.165	57.135	169.645
% Oeste + Sudoeste	36.7%	26.5%	18.0%	30.0%

Fonte: DERAL

As profundas transformações às quais foi submetido o meio rural e as novas relações de trabalho e de vida impostas à sociedade campestre marginalizaram milhares de pessoas nos últimos anos. Neste cenário difuso, em que a necessidade de desenvolvimento social se torna cada vez mais iminente, não é por demais propugnar-se por fortalecer ações e iniciativas que visem restabelecer a inserção de produtores rurais de pequeno e médio porte à dignidade, sobretudo para tentar, desta forma, ficarem um pouco menos dependentes do atual sistema econômico, que se revela muito perverso.

Este estudo se justifica pela importância da agricultura e do agronegócio na economia, na cultura e na sociedade local e, sobretudo se justifica pelo sincero desejo de contribuir, buscando alternativas condizentes com a dignidade que merece seu povo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de iniciar a análise das políticas agrárias utilizadas na formação do sistema agrário nacional, será feito um rápido apanhado histórico, pois percebe-se que a história é permeada de direcionamentos que ditaram os moldes da atual estrutura sócio-econômica.

Este capítulo está estruturado de maneira a compreender a evolução histórica da agricultura nacional, as políticas públicas adotadas para o setor e, ao final, considerações sobre renda dos produtores rurais.

2.1 Histórico da Evolução Agrária no Brasil

Uma incursão pelas circunstâncias históricas sob as quais ocorreu a distribuição e ocupação da terra, bem como a aquisição da propriedade territorial rural no Brasil, auxiliam para uma melhor compreensão das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que moldaram a estrutura de nosso território e da nossa estrutura fundiária. A estrutura fundiária brasileira foi consolidada, basicamente, a partir do surgimento de uma aristocracia rural e de uma elite detentora do poder sobre a terra, cujo objetivo principal, historicamente, foi a agricultura voltada para o mercado, principalmente para o comércio exportador.

2.1.1 O Período Colonial

Um aspecto a ser considerado para a explicação da atual conjuntura de fatos que envolvem o sistema agrário nacional, refere-se à estrutura fundiária brasileira. O primeiro ponto básico é o processo de fixação do homem à terra, balizado por dois fatos: por um lado, no Brasil não havia nenhum processo de produção já desenvolvido a tal ponto que pudesse competir no mercado europeu; e, por outro, as atividades extrativistas não o supririam por muito tempo. Diante disso, para manter a sua participação no mercado europeu, a coroa portuguesa, através das capitânicas hereditárias, distribuiu vastas áreas de terras e incentivou o cultivo da cana-de-açúcar na forma de monocultura.

A introdução do cultivo de cana-de-açúcar, com a finalidade de abastecer o comércio europeu, implicou em doação de vastas áreas de terra a quem se aventurasse vir para o Brasil, principalmente para o nordeste brasileiro e faixa litorânea, com o objetivo de se dedicar a essa atividade. Uma condição era fundamental no entanto: a posse de certa quantidade de recursos, pois para o seu cultivo era imprescindível possuir escravos, já que “a população nativa não

aceitou o trabalho forçado que lhe era imposto nas plantações” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.14.). A posse de bens, portanto, desde o início da ocupação de terras, se constituiu em privilégio discriminatório.

As sesmarias, como eram conhecidas essas doações, além de privilegiar os latifundiários que efetivamente se dedicassem à produção, eram também concedidas a cidadãos como prêmio pelos feitos militares. Essas sesmarias, no entanto, foram atribuídas não só na faixa litorânea para produção de açúcar, mas também em outras regiões para desenvolver qualquer outra atividade econômica, ou simplesmente para permanecerem abandonadas.

Outro aspecto que não pode ser desprezado foi o risco de perda de território, cada vez mais visado por outras potências mercantilista, como foi o caso da França e da Holanda. Frente a esta ameaça, também eram concedidas sesmarias a pessoas que se dispusessem a imigrar na busca de povoar o país e servir na defesa do território.

Desta forma, “em espaço relativamente curto, principalmente as costas do Brasil logo foram inteiramente divididas em imensos latifúndios, quase não restando mais terras sem dono” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.15). Essa política de distribuição de terras, atendeu perfeitamente aos interesses do país colonizador, porém, dela herdamos uma estrutura fundiária que, desde seu início, se constitui numa tendência ao latifúndio.

Prado Junior (1998) aponta como fatores determinantes da estrutura agrária no Brasil-Colônia: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. E afirma ainda que são muito grandes as áreas de terras concedidas aos colonos – as sesmarias – e que se alargavam por espaços muito grandes, léguas e léguas de terra. Nenhum daqueles colonos que imigraram com vistas largas, pretendia levar aqui vida mesquinha de pequeno camponês, nem aceitaria outra coisa. A política da metrópole é inspirada por estes elementos que cercam o trono ou dele se aproximam. Sabe-se que boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga ou influída por eles, uma vez que eles formam o contingente de que o reino dispõe para realizar suas empresas ultramarinas. Portanto, se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades.

Desde o início da colonização, a monocultura acompanha necessariamente a grande propriedade tropical, sendo ambos fatos correlatos, derivando das mesmas causas e se conjugando num sistema caracterizado pela grande exploração rural. Este modelo de

exploração, segundo o mesmo autor, manteve-se praticamente inalterado nos primeiros três séculos da nossa história.

Todos os atos de colonização portuguesa tiveram por objetivo favorecer aquelas atividades que enriqueciam o seu comércio e opor-se a tudo mais que a isso fosse contrário. O resultado desta política, reduzindo o Brasil a simples condição de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se amalgamar à sua estruturação como nação, a tal ponto que já não se apoiava apenas ao que a administração do Reino nos impunha, mas passou a ser algo intrínseco à própria natureza de nossa economia e da nossa organização social.

Apesar da hegemonia da produção para exportar, para servir ao mercado externo, havia, ainda, mesmo que em escala insignificante, a agricultura de subsistência, destinada à produção de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno.

Com o fim do regime de sesmarias em 1820, não surge de imediato nenhuma legislação sobre a posse da terra. Em resultado, a ocupação de terras devolutas passa a se verificar com base nas posses que, aliada à crise da economia exportadora do momento, permitiu uma expansão espontânea de pequenas unidades de produção, que somadas às já existentes para a produção de alimentos para os centros urbanos, vilas e regiões de garimpo, constituíam-se em grande número.

2.1.2 O Período Imperial

Em 1850, a estrutura fundiária era bastante complexa em decorrência das concessões e posteriormente das ocupações, que se avultaram sem nenhuma regulamentação e sem qualquer cuidado por parte das autoridades governamentais. No intuito de corrigir as distorções existentes, o Governo Imperial promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que se constitui em fonte primordial de todas as leis agrárias brasileiras até hoje promulgadas.

A Lei das Terras institui juridicamente uma nova forma de propriedade da terra: a que é mediada pelo mercado. Essa lei, na descrição de Guimarães apud Graziano da Silva, (1980, p. 25):

proibia as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art. 1º) e, por conseguinte extinguiu o regime de posses; elevava os preços das terras e dificultava a sua aquisição (o Art. 14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública com o pagamento à vista), fixando preços mínimos que

eram considerados superiores aos vigentes no país; e destinava o produto das vendas de terras à importação de "colonos", ou seja, de trabalhadores para a chamada grande lavoura.

Para melhor compreender a sua importância, se fazem necessárias algumas observações: a Lei de Terras foi aprovada num momento em que a cultura do café estava em franca expansão, a Inglaterra no auge de sua campanha contra o tráfico de escravos e, como consequência, o preço de escravos foi majorado dada a sua escassez. Neste período, incentivou-se a imigração que viria a prover a falta de mão-de-obra. Tratava-se, pois, de impedir que esses imigrantes se tornassem proprietários das terras e se desviassem do que seria seu papel: trabalhadores para as culturas monopolistas.

Estas dificuldades de acesso à terra de ampla parcela da sociedade significaram, na prática, um grau de dificuldade maior do desenvolvimento mais democrático e a reafirmação das regras capitalistas de mercado que estavam no auge na Europa.

A partir de então, a agricultura brasileira se desenvolveu marcada pelo passo da produção de artigos para a exportação, intensificando-se a cultura do café, principalmente, além de algodão e outros.

No período final do Brasil-Império e início do período republicano, houve várias tentativas de regulamentação da estrutura agrária nacional. Na prática, a cada novo decreto, mais se consolidava e reafirmava a Lei das Terras. Desta forma, foi um período em que as soluções para a complicada questão agrária continuavam a ser postergadas.

Este período foi uma continuidade do processo, mencionado anteriormente, marcado por políticas de orientação para a exportação das atividades de monocultura com destaque ao café, embora surgissem, já nesse período, algumas iniciativas de internalização de mercados como o algodão e indústria têxtil, face ao crescimento demográfico e à crise da agricultura cafeeira que culminou na grande crise de 1929. A partir desta data, inicia-se um lento processo de industrialização da agricultura, porém, depois de 1950, esse processo se acelera acentuadamente com o incentivo à indústria de maquinaria pesada e se consolida através da internalização da produção de bens de capital.

Outro aspecto bastante influente na formação da estrutura fundiária nacional neste período foi a proliferação das pequenas propriedades rurais, resultado da obtenção de pequenas glebas pelos imigrantes europeus não lusos, vindos inicialmente para trabalhar nas plantações de café, já que o trabalho escravo estava sendo fortemente combatido. Os imigrantes italianos foram os de maior número, porém alemães, holandeses, poloneses e

outros também tiveram grande participação neste tipo de população que se formava em território brasileiro.

2.1.3 O Período Contemporâneo

Com a Constituição Federal de 1946, inaugurou-se uma nova fase na evolução do sistema fundiário brasileiro, ao consignar-se, no seu artigo 147, que o “uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social e que a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Estavam aí alicerçadas as bases para a construção de um novo sistema jurídico-agrário destinado a introduzir profundas modificações no regime de posse e de uso da terra.

A Constituição, no entanto, não oferecia instrumentos que pudessem viabilizar a distribuição da propriedade, pois, embora já autorizasse a desapropriação por interesse social, determinava a indenização das terras desapropriadas em moeda, tornando, assim, tal medida extremamente onerosa.

O período pós-46, caracteriza-se pelas mudanças na legislação, além da mudança de perfil no sistema agrário. O incremento à produtividade aliada à necessidade de aumentar a produção de alimentos fez com que o setor se expandisse e modernizasse, deixando um pouco de lado o propósito, até então em pauta, de produzir para a exportação.

Neste período, impulsionada pela recessão pós-guerra, a agricultura nacional se fortaleceu e iniciou-se o processo de internalização da produção e industrialização com a transformação dos produtos agrícolas.

O processo de industrialização da agricultura se faz perceber claramente pela evolução do consumo intermediário interno de produtos agrícolas que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1990), passou de 10% em 1949, para 25% ao final dos anos 60 e 40% em 1980. O Estado desempenhou um papel crucial nesta evolução: de um lado, estimulando a expansão das indústrias por meio de vários incentivos e, de outro, assegurando-lhes, por meio da política de financiamento rural, os recursos necessários. A agricultura converte-se, assim, num ramo da produção que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais.

Compreenda-se a diferença entre modernização e industrialização da agricultura. A modernização refere-se ao avanço tecnológico das técnicas de produção, possibilitando maior produtividade e produção. A agricultura industrializada, por sua vez, além de englobar a

modernização, está conectada com outros ramos da produção, depende dos insumos que recebe das indústrias e de um canal de comercialização da sua produção. Ela não produz apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

Esse processo é relativamente recente, a partir da década de 60, com a criação de complexos agroindustriais. Os complexos agroindustriais representam, por sua vez, a organização de todo setor agrícola envolvido, desde o fornecimento de sementes e insumos, a indústria química, a indústria da maquinaria, até as agroindústrias que transformam o produto resultante da propriedade rural.

A transição do chamado complexo rural para os complexos agroindustriais marcam um momento especialmente melancólico para os proprietários rurais, pois é essa transformação que muda, nos seus estabelecimentos, o modo de trabalho e de vida.

A agroindustrialização e o surgimento dos complexos agroindustriais, portanto, representam um instrumento de avanço tecnológico e interação da produção com outros setores econômicos e não somente a modernização, que é um processo constante.

A fase de transição da agricultura de complexos rurais para complexos industriais foi possível graças à mudança de enfoque. Antes era de deslocamento para o mercado interno, em função da sua expansão, embora sua dinâmica ainda dependesse fortemente do mercado externo, tanto pela necessidade de importação de máquinas e insumos quanto pela necessidade de exportação, para conseguir, desta forma, recursos para a compra desses insumos. Um fator determinante nesse processo de transição foi a forte participação das políticas do Estado, direcionando a agricultura para a modernização e a criação de complexos agroindustriais, tanto para a produção interna de insumos e maquinaria quanto para a transformação da produção.

Nesta fase também se consolidou, efetivamente, um padrão de desenvolvimento através da integração de capitais, isto é, o direcionamento de capitais industriais, comerciais e bancários que se fundiriam em uma agricultura empresarial. Prova disso é o grande número de empresas com grandes áreas de terras incluídas nos seus ativos, quer fazendo parte da sua operação empresarial, quer como forma de investimento.

Conforme o IPEA (1990, p. 134), “uma das características marcantes da estrutura desta indústria é a presença do Estado em setores chaves, conferindo-lhe poder de mercado suficiente para determinar as bases para os preços dos principais produtos”.

Esta fase da história foi marcada pelo intenso êxodo rural decorrente das novas formas de utilização das terras, de forma mais intensiva. Objetivando controlar o êxodo rural que se ensaiava, o governo idealizou um amplo programa de colonização, criando, para executá-lo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). As suas finalidades essenciais eram orientar e assistir os camponeses nacionais migrantes de uma região para outra e regular a entrada e distribuição de terras aos imigrantes estrangeiros. Logo a seguir, foi criado o Serviço Social Rural (SSR), com a função de dar atendimento às necessidades econômicas e sociais do homem do campo.

Em oito anos de existência, o INIC pouco realizou e em 1962 foi substituído pela Superintendência de Política da Reforma Agrária (SUPRA), entidade autárquica que absorvia inclusive as funções do SSR. Sua atuação da mesma forma não foi muito eficaz. A questão agrária continuava sem grandes alterações. A consequência foi o agravamento das questões sociais emergentes no meio rural.

O período de 1961 a 1964 foi marcado por muitos conflitos pela terra, pois as ligas camponesas³ que surgiram no Brasil, inicialmente no nordeste brasileiro, espalhando-se depois por todo território nacional, despertaram, nos trabalhadores rurais, a sede de justiça e cidadania que lhes era devida.

2.1.4 O Estatuto da Terra

A tomada do poder pelos militares modificou de imediato as relações de força entre as ligas camponesas e o Estado. Mesmo porque, logo no primeiro ano do militarismo, foi outorgado o Estatuto da Terra como forma de suavizar as reivindicações e dismantelar os movimentos reivindicatórios.

As mudanças políticas de 1964 ressuscitaram as aspirações da sociedade brasileira, particularmente as do homem do campo, porque o primeiro governo militar mostrava-se empenhado em enfrentar o grave problema nacional: a reforma agrária.

Apesar do esforço feito nesse sentido, deparou-se com vários entraves jurídicos e de outra ordem, inviabilizando o plano reformista. A questão mais urgente referia-se à forma de indenização definida na Constituição de 1946 para a desapropriação de terras, que deveria ser

³ As ligas camponesas eram movimentos de luta pela melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Suas principais reivindicações eram a reforma agrária, a extensão dos direitos trabalhistas ao homem do campo e o direito à organização, já que, até 64, era proibida a sindicalização dos trabalhadores rurais. Ver (JULIÃO, 1980).

em moeda. Por não dispor de recursos, foi mudada a forma de indenização, que passou a ser feita em títulos especiais da dívida pública, denominados Títulos de Dívida Agrária, com prazos de resgate a longo prazo.

As reformas não foram promissoras por várias razões. Primeiro, porque efetivamente haviam vários entraves de ordem legal e econômica a serem transpostos; segundo, várias facções influentes do poder não eram favoráveis às mudanças e, terceiro, os governos militares nunca promoveram decisões democráticas e esse, aliás, nem era o seu objetivo.

O Estatuto da Terra, no entanto, introduziu novos conceitos doutrinários no campo do direito agrário e fixou princípios que passaram a reger as relações econômicas, sociais e jurídicas, concernentes à propriedade rural. A nova lei superou a expectativa reformista, porquanto não se preocupou apenas com a divisão da terra ou com a disciplina de sua posse e uso, mas estabeleceu, conjuntamente, algumas medidas de política agrícola destinadas a promover o desenvolvimento rural.

Consagrando o princípio firmado na Constituição de 1946 de que o uso da propriedade ficaria condicionado à sua função social, o estatuto procurou uma solução democrática (paradoxalmente, num regime político ditatorial) para o problema fundiário, na medida em que, estimulando a criação da propriedade privada e garantindo aos pequenos produtores os frutos do seu trabalho, condicionou a existência dessa propriedade à sua viabilidade econômica e ao bem-estar do trabalhador rural.

Porém, o estatuto, que veio para solucionar o problema agrário, contribuiu para agravá-lo, sob um aspecto pelo menos. Com a nova lei, os trabalhadores rurais teriam direitos trabalhistas equiparados aos trabalhadores urbanos, servindo de pretexto aos fazendeiros para expulsarem os moradores das fazendas, já que se tornaram ainda mais onerosos. Surgiu, assim, o trabalhador conhecido como “bóia-fria”, pois os trabalhadores rurais passavam a morar nas cidades e se deslocar às fazendas somente para a jornada de trabalho, agora remunerado por jornada.

A mudança em curso na agricultura brasileira se intensificou a partir da década de 70 e culminou com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este órgão tinha como atribuições principais: cadastro e tributação; recursos fundiários; colonização e assentamentos e desenvolvimento rural. Além disso deveria promover uma política de integração nacional, no sentido de aproveitar grandes áreas ociosas da Amazônia Legal, através da migração espontânea e do reassentamento de trabalhadores rurais sem terra. Posteriormente, várias outras funções foram incorporadas à sua missão.

No entanto, no auge do "milagre econômico"⁴ brasileiro, era preciso criar mercado para a crescente indústria vender seus produtos, principalmente as máquinas e os produtos químicos utilizados no campo. Logo, a criação do INCRA não fazia muito sentido, já que suas atribuições eram, em grande parte, conflitantes com o desejo de desenvolvimento da economia nacional. As fortes tensões e pressões pela reforma agrária continuavam, sendo que esta não poderia ser mais adiada. A tentativa para solucionar os problemas sociais do campo foram, através deste estilo de modernização, intensificar a mecanização para aumentar a produção e manter a estrutura agrária inalterada.

Os fundamentos da modernização agrícola brasileira foram orientados na "revolução verde", que era um "pacote tecnológico" idealizado nos Estados Unidos e seus padrões de produção são, ainda hoje, impostos ao meio rural.

Na prática, a "revolução verde" era um conjunto de inovações tecnológicas para agricultura, capazes de transformar os sistemas de produção existentes, buscando resolver o problema da fome nos países pobres através de recursos técnicos avançados, isto é, "pela elevação da produção e sobretudo da produtividade agrícola" (ABRANOVAY, 1985, p.76). A idéia surgiu da necessidade de erradicar a fome que havia nos países subdesenvolvidos e modificar as técnicas produtivas que eram consideradas "atrasadas".

O processo teve início um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, nos EUA, principalmente depois dos "avanços na química moderna e a aplicação do conhecimento científico para agricultura" (GUIVANT, 1992, p. 17). Estas mudanças provocaram transformações no uso do solo, mudanças nas propriedades rurais e na forma de organização agrícola, por isso esse processo foi chamado de "revolução".

Além do caráter de dominação que os países desenvolvidos exercem sobre os subdesenvolvidos, havia ainda o "risco" de uma "revolução comunista, que representava uma ameaça para o bloco capitalista, pois neste período o mundo vivia o auge da guerra-fria. A "revolução verde", até no nome, tem uma carga ideológica: ela era pregada como alternativa da "revolução vermelha". O medo pairava no mundo. Foi, também, de certa forma, uma tentativa de mostrar a eficiência do sistema capitalista sobre o comunista, portanto, para além de uma reconversão tecnológica, a revolução verde traduziu-se num poderoso instrumento ideológico.

⁴ Período de crescimento econômico intenso, combinado com forte desnacionalização da economia, com vultuosos investimentos transnacionais.

A adoção e as transformações tecnológicas da “revolução verde” abrangiam quatro momentos: "primeiro, os venenos químicos para controle de pragas e ervas daninhas e fertilizantes químicos; segundo, o da difusão de maquinaria agrícola; terceiro, o desenvolvimento de variedades de sementes híbridas; e quarto, o da produção de novas variedades animais e vegetais através da biotecnologia" (GUIVANT, 1992, p. 17). Estas inovações tecnológicas provocaram mudanças profundas no meio rural, cujas conseqüências são sentidas até hoje.

A difusão deste "pacote tecnológico" requeria a sua utilização por completo, incluía o uso de máquinas agrícolas sofisticadas, fertilizantes e venenos químicos, sem os quais as sementes híbridas não funcionam (não dão alta produtividade), adubos sintéticos, genética etc e, como mencionado anteriormente, todos estes insumos eram produzidos por gigantescos monopólios multinacionais, o que também se coadunava com a fase de intensa desnacionalização da economia brasileira. Outra condição para o funcionamento dessas técnicas é a adoção da monocultura que facilita o uso de máquinas, insumos químicos, ou seja a produção em grande escala.

Em muitos países periféricos, como o Brasil, foi a solução encontrada para mascarar a má distribuição de renda no campo e evitar mudar a estrutura fundiária não fazendo a reforma agrária, amenizando, assim, a luta no campo (SCHNEIDER, 1991; ZAMBERLAM, 1992 e GRAZIANO NETO, 1985).

A conseqüência da “revolução verde” foi tornar o setor agrícola dos países que o adotaram cada vez mais dependente das importações de tecnologia e insumos dos países desenvolvidos. As descobertas da “revolução verde” foram vistas como uma panacéia para resolver o drama da fome mundial, o que na verdade contribuiu "para piorar as condições de vida das massas dos países em que foi implantada" (GRAZIANO NETO, 1985, p. 45). Provocou migrações de um grande contingente de pessoas do meio rural para as cidades. A difusão dos pacotes tecnológicos nos países periféricos, portanto, agravou o quadro de pobreza e do êxodo rural. As altas taxas de produção conseguidas através da monocultura e da mecanização, com alto consumo energético, levaram ao inchamento das cidades e à degradação do meio ambiente. "A revolução verde apoiava-se no pressuposto de que os preços baixos do petróleo não mudariam" (GUIVANT, 1992, p.29), o que acabou não acontecendo, prejudicando ainda mais os pequenos produtores rurais.

Depois de sua implantação, pôde-se constatar o "grande fracasso técnico da conhecida “revolução verde”, programa que se destinava a resolver a fome do mundo" (GRAZIANO

NETO, 1985, p. 87). Tornou o “produtor rural mais dependente das agroindústrias” (GUIVANT, 1992, p. 42). Se esta tendência prosseguir e se este modelo de industrialização do campo continuar, a situação se “agravará para os milhões de produtores e trabalhadores na agricultura tradicional” (MÜLLER, 1988, p. 182-183). Os frutos da “revolução verde” começaram a ser colhidos. A fome aumentou, a dependência nacional aumentou, o êxodo desencadeou uma série de mazelas sociais, além de outras conseqüências desastrosas.

A “modernização conservadora” da agricultura brasileira “foi um processo de transformação que contemplou apenas a mudança nas técnicas produtivas, através da adoção de novas tecnologias mecânicas, químicas e biológicas, sem que tenha ocorrido qualquer modificação na estrutura agrária, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da terra” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 50). Este modelo beneficiou uma minoria de produtores rurais exportadores, em detrimento a uma grande maioria de pequenos produtores levados à depauperação. Este modelo de desenvolvimento agrícola excludente, “longe de melhorar as condições de vida da população rural, piorou-as dramaticamente” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 75).

A “modernização conservadora” significou um processo de transformação intensa no campo, criticada tanto “pelos estudiosos da questão agrária, devido aos problemas sociais, econômicos e políticos, quanto pelos preocupados com a ecologia, devido à contaminação dos alimentos, destruição dos solos, intoxicação de trabalhadores, desequilíbrio do ecossistema, causando alterações climáticas etc” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 10).

2.1.5 A Influência do Cooperativismo no Processo de Modernização

Para melhor compreensão da evolução histórica do quadro agronacional, faz-se necessário um breve histórico da origem do cooperativismo e a forma da sua implantação e incentivo no Brasil, nos diversos momentos da história.

A origem do cooperativismo foi uma resposta à exploração capitalista, surgida na Europa no século XIX, como uma proposta alternativa aos problemas sociais gerados pelas contradições da Revolução Industrial. Ele está baseado nos princípios de autogestão e solidariedade, mediante a mobilização dos trabalhadores em torno de cooperativas, contrapondo-se aos ideais do capitalismo, que visa a competição entre os agentes econômicos.

Nas cooperativas, a classe trabalhadora é dona dos meios de produção e dos excedentes gerados nos processos produtivos superando o absolutismo do interesse privado

sobre o coletivo e resgatando sentimentos de interesse coletivo e comunitários. A primeira experiência do chamado cooperativismo moderno ocorreu na cidade de Rochdale, registrada sob o nome de “*Friendly Society*,”⁵ em 1844, composta por 28 tecelões. Nos anos seguintes, outras instituições deste tipo apareceram e foram se ajustando à sua realidade.

No Brasil, já no período imperial algumas experiências de associativismo foram registradas. No entanto, foi a proclamação da República, em 1889, que propiciou um ambiente mais favorável à liberdade de associação e organização de sociedade. As primeiras experiências do cooperativismo rochdaliano são datadas de 1891 no Rio Grande do Sul, 1891 em São Paulo e, 1894, no Rio de Janeiro, nas regiões de imigração europeia não lusa, inspiradas em doutrinas vindas com eles.

A partir de 1955, o plano de metas de Juscelino Kubitschek passou a estimular o aumento da produção e viu na formação de cooperativas a forma mais rápida para o atingimento do objetivo. Para a rápida consolidação destas cooperativas, vincularam-se as formas de promoção do desenvolvimento à condição de os agricultores a elas se associarem. Desta forma, os “estímulos oficiais se liberavam sob a condição de seus produtores se filiarem às cooperativas” (SCHNEIDER, 1991, p. 243) e preferencialmente para as culturas de soja e trigo, que recebiam apoio financeiro – “créditos fáceis, juros abaixo do índice de inflação - face à política de preços da exportação, que logo se tornaram o segmento mais dinâmico e pujante das cooperativas brasileiras” (SCHNEIDER, 1991, p. 243). A preocupação do governo federal é investir em atividades voltadas para o mercado externo.

Muitas cooperativas passaram a ter modernas instalações industriais, ampla rede de silos e armazéns, distanciando-se cada vez mais dos ideais para os quais foram criadas, gerando uma diminuição da identificação e do compromisso com o associado, já que lhe fora relegado o mero papel de usuário e não de dono.

Essas grandes cooperativas prestam serviços aos pequenos produtores associados, assegurando sua manutenção como agentes produtivos, apesar da defasagem que há entre “empresa” cooperativa, que cresceu, e o produtor que continuou estagnado, preso a sua pequena propriedade, limitada economicamente.

A partir de 1964, contraditoriamente, “o cooperativismo teve maiores incentivos por parte do Estado, num momento político de maior restrição das liberdades individuais e perseguição das formas de organização social, sob a tutela do regime militar no pós-64”

⁵ Ver Schneider, 1991.

(ARNS, 1991, p. 43). Recebendo fortes incentivos fiscais, as cooperativas não surgiram em bases sociais sólidas e de uma reflexão sobre a necessidade de organização, mas alicerçadas em falsas ilusões/expectativas de progresso econômico, ou ainda por imposição ou coação, já que o produtor deveria ser associado para conseguir o crédito e principalmente para as monoculturas de exportação, o que demonstra o caráter demagógico e manipulatório no seu incentivo.

Neste período não havia espaço para uma discussão política que levasse os agricultores a se organizarem em grupos ou em outras formas de organização, pois não havia, de sua parte, a motivação ou inspiração para melhorar suas condições de vida, já que a motivação básica eram os estímulos do Estado e a perspectiva de lucro que a lavoura mecanizada oferecia.

O sistema de mercado exige das cooperativas cada vez mais especialização, poder competitivo, produção em grande escala, o que fez com que se tornassem grandes conglomerados. Com isso, ficou cada vez mais difícil a participação dos associados ao processo decisório. As cooperativas, portanto, não conseguem mais responder com eficiência aos objetivos propostos e às necessidades de seus associados. Inseridos na lógica de mercado, suas unidades de produção têm como base a acumulação dos excedentes, acabando por defender interesses antagônicos a que se propõem.

O movimento cooperativo surgido no século passado, aos poucos, teve os seus ideais adaptados e apropriados pelo capitalismo, perdendo seus objetivos originais. No Brasil, sob o pretexto do progresso, foi usado para conter movimentos sociais no campo, principalmente de reforma agrária, servindo também para políticas agroexportadoras do governo. Hoje, este modelo está desgastado e não representa mais os interesses dos pequenos agricultores.

A Cooperação Agrícola (CA) é um conceito genérico que inclui várias formas de organização do campo quer seja mutirão, associativismo, coletivismo, condomínios rurais e outras formas de organização que começam a surgir como mecanismo de defesa do pequeno produtor rural, uma vez sabido que, isoladamente, tem cada vez menos chances de se manter, e, muito menos ainda, de progredir. Assim, a organização destes agricultores depende de uma visão de desenvolvimento integrado na qual os participantes são "atores, gestores e beneficiários do esforço coletivo que empreenderão sob ação catalisadora do Estado"(ZAMBERLAM, 1992, p. 59). Portanto, a CA não se refere ao sistema tradicional de cooperativismo, mas sim, rebuscando a idéia e doutrina semelhante à da origem da cooperação moderna (rochdaliana), adequada ao momento histórico e econômico que ora

vivemos, já que a crise social de então, por causa da Revolução Industrial, em muito se assemelha ao cenário de exclusão em que vivemos.

Existe a consciência de que CA poderá garantir a transformação da realidade rural, com vistas a uma maior justiça, participação, liberdade com distribuição de renda efetiva no campo, agregando valor aos seus produtos. As características que lhe são inerentes são propícias ao desenvolvimento conjunto de um grupo que tenha por finalidade os mesmos interesses. Ele pode prover o auxílio mútuo visando somar forças para promover a defesa, a sobrevivência ou o crescimento.

Nesta perspectiva, se os produtores rurais, em suas iniciativas, continuarem produzindo de acordo com a dinâmica do mercado, sofrerão enfrentamento concorrencial das agroindústrias e cooperativas tradicionais. Porém, se a iniciativa da organização é a busca do trabalho de forma integrada, através do trabalho solidário de produzir em grupo, os agricultores terão chance de se estruturarem autonomamente e de responderem aos desafios colocados pelo sistema (ARNS, 1992), na busca de uma sociedade onde as relações sociais, o modo de pensar e de fazer sejam diferentes daqueles contidos na sociedade atual.

Porém, evidentemente, não basta apenas pensar que organização na forma de cooperação seja suficiente para mudar o sistema de mercado, o que seria um tanto ingênuo. "Não se trata apenas de lutar contra a dominação capitalista e nem de simplesmente resistir a ela. O capitalismo se reforça e se reproduz enquanto vai moldando o jeito das instituições (família, escola, igreja, sindicato, partido) e dos indivíduos, estabelecendo normas de comportamento, escalas de valores, modo de agir e pensar, que invadem a nossa vida desde o nascimento e, até mesmo, nossos sentimentos" (COSTA, 1989, p. 09).

Mas também, esperar que algo de "novo" aconteça de forma milagrosa, seria outro engano. Assim, é preciso ter a clareza de que criar novas formas de organização social não pode ser uma atitude isolada, já que, "um grupo de trabalhadores associados, mesmo em relação de igualdade num processo de produção democrática, poderá ser um grupo isolado, interessado na sua própria experiência" (ZAMBERLAM, 1992, p.27). Por isso, aponta-se como importante a necessidade de se criarem laços entre vários tipos de atividades associadas fazendo acontecer a cooperação intergrupos⁶ numa dimensão econômica e política, num projeto global de mudança da sociedade.

⁶ Como exemplo desta cooperação intergrupos, pode-se citar a UCAF (Unidade Central das Agroindústrias familiares do Oeste Catarinense). A UCAF consiste na união associativa de famílias de agricultores que se organizam em grupos e agregam valor ao seu produto através da agroindustrialização. É uma entidade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de apoiar os agricultores no processo de industrialização e comercialização da produção.

Os grupos de cooperação precisam ter claros os objetivos. Não se trata da luta contra uma empresa. A luta é contra um sistema social injusto e suas práticas contraditórias. "É preciso ter coragem para romper com a prática que o sistema coloca na relação produção/comercialização/consumo" (ZAMBERLAM, 1992, P. 28).

Nesta perspectiva, para os pequenos produtores fica claro que o que está em jogo é a modificação dos objetivos da produção, da relação dos produtores com os consumidores, das relações entre os próprios produtores, da articulação da produção com outras práticas de comercialização e da relação homem-natureza.

Um desafio a ser alcançado seria colocar frente a frente produtor e consumidor diminuindo, assim, a ação dos atravessadores, onde os dois iriam "discutir e combinar juntos o tipo e a qualidade de produtos, os seus preços e as formas de pagamento, estabelecendo entre si relações de igualdade e cooperação e não exploração comercial" (COSTA, 1989, p.14).

Para chegar-se a este estágio, as pessoas que participam dos grupos de produção cooperada terão que associar-se à luta contra o poderio das agroindústrias, numa busca pela criação de alternativas de trabalho e renda. É necessário discernir na CA, a dimensão econômica da educativa do processo. O objetivo precípua dos grupos comunitários deverá ser a construção de seres humanos conscientes e livres para decidirem, buscando na mudança da economia e das relações sociais uma nova forma de sobrevivência, já que são as relações entre os indivíduos, a sociedade e a natureza, que definem o surgimento da nova sociedade e não movimentos individualistas desintegrados, que não levam em consideração as relações sociais e coletivas que transformam a sociedade.

Estas opções por novos padrões de produção e de organização societária poderão levar as experiências de CA ao encontro das propostas de agricultura alternativa, as quais buscam a diminuição do uso de insumos de origem sintética, utilizando princípios biológicos e, acima de tudo, o incremento à renda. Porém, esta proposta é um grande desafio, devido ao baixo grau de instrução dos agricultores, que teriam que se adaptar à nova forma de produção.

A descapitalização do pequeno produtor rural faz com que haja dificuldade de adotar certas técnicas por mais simples que sejam. Porém, a questão é se ele não mudar o modo de produzir, estará condenado a desaparecer enquanto agricultor, por isso é fundamental o papel da educação no processo de difusão e adaptação de técnicas agrícolas alternativas, para pequenos produtores rurais. O grande desafio da pequena produção, porém, é vencer este obstáculo: o período de maturação que o processo exige.

2.2 Políticas Agrárias

Para que se possa efetuar um estudo aprofundado sobre o tema, faz-se necessário um esclarecimento no que tange ao termo “política”. Por se tratar de uma idéia, de um conceito abstrato e intangível, tem sido empregado com vários sentidos. Assim, talvez, tenha acabado por perder seu significado. Obviamente, é possível explicar o que é política através de palavras diferentes, mas não é lícito subverter o próprio conceito, atribuindo-lhe significações variadas e imprecisas, pois, desta forma, o raciocínio torna-se obscuro.

Políticas, segundo Bio (1985, p. 53) “são decisões futuras, ou são orientações preestabelecidas para a tomada de decisões no sentido dos objetivos, ou ainda, são guias de raciocínio planejados para a tomada de decisões”. Para efeito deste estudo, política significa: Sistema de regras respeitantes aos negócios públicos ou privados, que tratam de um conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução.

Desta forma, segundo Bio (1985), alguns aspectos estão implícitos no conceito:

- Há a orientação das ações para os objetivos, ou seja, a ação é precedida pela decisão;
- A política deve ser um guia de raciocínio planejado, implica uma atitude de planejamento e implantação para auxiliar na condução consistente das ações rumo aos objetivos;
- Elas permitem arbítrio. Elas por si só não são uma decisão. Embora variando em complexidade conforme o nível da política, algum grau de julgamento se faz necessário por quem estiver envolvido;
- Elas representam o desejo da administração/governo;
- É comum as políticas públicas estabelecerem procedimentos, definirem funções e responsáveis.

Portanto, Política pode ser definida segundo Arbage (2000, p.119), como “um conjunto de instrumentos de que o governo lança mão para regular o comportamento dos agentes privados e públicos com vistas a atingir os objetivos” predeterminados. Assim, podem ser facilmente compreendidas a interação entre as políticas agrárias e as políticas de outros setores que com ela têm interface.

As políticas, quando definidas de forma adequada, podem trazer vários benefícios relevantes à comunidade envolvida, pois, ainda na visão de Bio (1985):

- Permitem decisões mais econômicas e mais rápidas, evitando, muitas vezes, que se façam necessários estudos de situações semelhantes de caráter repetitivo, pois todos os envolvidos conhecem os objetivos, as circunstâncias, os parâmetros, as limitações etc. Isso significa economizar tempo e recursos financeiros;
- Facilitam o entendimento por parte de todos os envolvidos no processo, pois, uma vez estabelecida, sabe-se que esta é uma política de governo para a consecução de determinadas ações orientadas a um objetivo e não à política de um indivíduo ocupante de algum cargo;
- Protegem os envolvidos no processo de pressões de emergência. Considerando-se que para a concepção das políticas se faz necessário um prévio planejamento das ações a serem empreendidas, logo se conhece todos os atores envolvidos no cenário; e
- Coordenam as ações com base em uniformidade e coerência. Este princípio é de fundamental importância para assegurar que todos os elementos envolvidos tenham certas garantias que de outra forma não teriam.

Com estas considerações básicas sobre o termo política, pode-se, para a finalidade deste trabalho, conceituar “políticas agrárias” como sendo o conjunto de medidas ou orientações governamentais, por meio das quais o governo busca regular ou modificar os negócios agrários, visando ao desenvolvimento econômico e social do país. Têm por objetivo principal, segundo Arbage (2000, p. 120) “a modificação estrutural do sistema produtivo e trata das questões relacionadas principalmente à posse e uso da terra”.

Já, política agrícola, pode ser definida conceitualmente como um conjunto de medidas ou orientações governamentais, através das quais se busca direcionar as atividades agrícolas quanto ao seu volume ou tipo de culturas, com vistas a atingir os objetivos definidos para o setor primário.

Cabe diferenciar os termos agrário e agrícola que, na conceitualização de Arbage (2000, p. 120), “poder-se-ia caracterizar de forma genérica que o agrário compreende o agrícola e que ambos os conceitos estão de alguma forma implícitos e presentes na concepção mais abrangente do rural. Este, por sua vez, está vinculado a uma noção de espaço e não mais estritamente às questões eminentemente produtivas”.

Por “negócios agrários” entenda-se todas as atividades correlacionadas à produção agrícola e agropecuária, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de tecnologias, insumos, sementes, entre outros, para os agricultores, além do processo de industrialização dos produtos resultantes das propriedades rurais.

Faz-se necessária a inclusão dos meios de comercialização e industrialização dos produtos agrícolas neste raciocínio, pois numa visão sistêmica é inimaginável a concepção de organizações sociais isentas das influências de outros agentes ativos no ambiente, além de que o sistema produtivo agropecuário representa um tipo ou subsistema inserido no contexto de um ou vários sistemas maiores. Da mesma forma, também é de difícil delimitação a fronteira entre um sistema e outro, já que se trata de sistemas sociais, portanto, dinâmicos e em constante interação, pois as organizações são “um dispositivo social para cumprir eficientemente, por intermédio do grupo, alguma finalidade declarada” (KATZ & KAHN, 1987, p. 31).

E, ao contrário do que possa parecer, a política econômica dirigida a outros setores da economia exerce uma influência muito forte sobre o desenvolvimento agrícola. Em estudos realizados sobre a agricultura, normalmente procuram-se enfatizar as políticas dirigidas ao setor agropecuário, esquecendo-se de que existe uma ampla gama de fatores intervenientes, reflexos da política macroeconômica ambiental. Isto pode ser considerado verdadeiro quando faz referência às políticas fiscal e monetária, política cambial, entre outras, bem como programas específicos de industrialização. Entretanto, os economistas agrícolas, “freqüentemente tendem a ignorar essas políticas em seus trabalhos analíticos de pesquisa” (SCHUH, 1977, p. 3).

Para a seqüência dos estudos, seguindo um raciocínio lógico, se faz necessária, portanto, uma breve análise das políticas macroeconômicas, para compreender a interação que estas têm para com as políticas agrárias. Neste intento, serão abordadas as políticas de comercialização, monetária, de câmbio, além do modelo de desenvolvimento industrial adotado no Brasil.

2.2.1 Políticas Comerciais

O processo de industrialização ocorrido no Brasil, principalmente nos primeiros quinze anos posteriores a Segunda Guerra Mundial, resultou de uma política seletiva de investimento principalmente orientada à produção de manufaturas, até então importadas. Essa política foi caracterizada pela manipulação de tarifas, taxas de câmbio e controles quantitativos de forma a criarem-se barreiras à importação dos bens que se desejava substituir por produtos nacionais. E, além disso, tentar gerar as divisas necessárias para o desenvolvimento industrial.

O uso destes instrumentos provocou uma acentuada realocação de recursos em favor dos setores secundário e terciário, em detrimento ao desenvolvimento agrícola que, além de arcar com o desincentivo, foi ainda o principal fornecedor desses recursos, já que era o setor de maior expressão e mais divisas gerava ao País. Portanto, a transferência de recursos da agricultura é que, em grande parte, financiou o desenvolvimento industrial (SCHUH, 1977).

O período em que ocorreu esta transferência explica-se pelas condições favoráveis à industrialização neste momento, pelo fato de os países envolvidos na guerra estarem num lento processo de recuperação e reestruturação econômica e também pela poupança de divisas feitas pelo País no período em conflito.

A política de comercialização para os produtos agrícolas brasileiros facilmente se identifica pelo caráter exportador para gerar divisas e equilibrar a balança comercial, em contrapartida às importações de tecnologias, máquinas e até mesmo matéria-prima de produtos inacessíveis em solo brasileiro. Essa geração de divisas só poderia ser feita mediante produtos de cultivo tradicional, fácil e barato. Logo, há um grande incentivo aos produtos como o café e, mais recentemente, a soja, entre outros. Essas culturas, como é sabido, são produzidas de forma extensiva, incentivando a monocultura e o latifúndio.

Através dos tempos, tem-se notado a importância de um governo delinear e manter uma política de comercialização da produção, já que elas podem vir a ser o ponto de referência para que os produtores planejem sua atividade, baseados nas tendências diversas determinadas pelo sistema de incentivo à exportação.

2.2.2 Política Monetária

Da mesma forma, como outras variáveis, a política monetária tem uma forte influência na forma de desenvolvimento rural. Através dela, o governo restringe ou amplia o volume de recursos para servir de fomento à atividade produtiva. Desta forma, a economia responde positivamente se a quantidade de recursos for maior e, ao contrário, encolhe-se na medida em que se restringe o investimento. A grande questão acerca do tema é até onde os governos, principalmente dos países em desenvolvimento, têm a disponibilidade deste capital para injetar na economia e, além disso, quais as prioridades que darão, visando à construção do desenvolvimento integrado.

2.2.3 Política Cambial

As medidas mais comumente utilizadas têm sido a supervalorização das taxas de câmbio e/ou estabelecimento de taxas múltiplas. A supervalorização demonstra a intenção de manter a moeda local forte, para baixar o preço dos insumos indispensáveis à industrialização, porém, não discrimina setores que pretende fortalecer. Esta medida pode se tornar onerosa e de difícil correção quando se fizer necessária.

Juntamente a isso, alguns países adotam taxas de câmbio múltiplas, como forma de orientar o processo de industrialização em direções específicas. Esta medida tem sido utilizada inclusive pelo Brasil que, em 1956, segundo Schuh (1977), tinha doze diferentes taxas.

Outra forma de direcionar o desenvolvimento é estabelecer tarifas protecionistas. Elas se justificam com a missão de proteger a indústria nascente, ou ainda, para controlar, através delas, o nível de importações, já que, normalmente, essas medidas se tornam necessárias para otimizar os escassos recursos e utilizá-los em situações realmente necessárias. Pode, em alguns aspectos, ser considerada de grande eficácia, já que os seus resultados vão além da economia, pois estando a atividade produtiva em alta, gera condições sociais desejáveis às populações dos países que a adotarem, pelos fatores adicionais como, por exemplo, a distribuição de renda, nível de empregos, entre outros.

2.2.4 Modelo de Desenvolvimento Industrial

O forte incentivo ao desenvolvimento industrial percebido no período pós-guerra tem sido a preocupação central de governos. Em detrimento ao fortalecimento do setor agrícola, a política de substituição de produtos importados e o parque industrial nacional explodiram. Este processo tem, é claro, uma grande importância, pois se trata de criar um mercado interno aos produtos agrícolas aqui produzidos, desde que este setor consiga continuar a se desenvolver. A grande questão é que o desenvolvimento agrícola foi considerado quase exclusivamente como um problema de aumento de produção, o que implica num crescimento quantitativo da produção, o que não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento, já que este envolve muitos outros aspectos tais como os sociais, que foram relegados a segundo plano.

Feitas estas considerações, iniciar-se-á um estudo específico sobre as políticas agrárias. É importante ressaltar que elas se fazem absolutamente necessárias, pois como foi

dito, servem como orientadoras do processo de produção. Ainda mais no setor agrícola, pois este “negócio” tem algumas características peculiares que em muito se diferenciam de qualquer outra atividade econômica, pois trata-se de características como: a dispersão do espaço rural; descontinuidade do fluxo de produção; duração do ciclo produtivo; perecibilidade do produto; especificidade biotecnológica; e risco bioclimático.

É, portanto, para amenizar o impacto desses fatores, além de muitos outros, como a disponibilização de recursos financeiros para novos investimentos ou simplesmente para capital de giro, que se faz absolutamente necessário a existência de políticas definidas de forma muito clara, de modo a viabilizar o negócio agrícola. Com o objetivo de atender a estes requisitos, são elaboradas as políticas agrárias. As mais amplamente utilizadas pelos governos serão brevemente abordadas.

2.2.5 Infra-Estrutura de Produção, Comercialização e Informação

Com as políticas de infra-estrutura, as iniciativas do governo visam, basicamente, promover o melhor aproveitamento do espaço rural e facilitar sua exploração. Entre as principais medidas nesta linha destacam-se os programas de conservação de solos, drenagem, irrigação e eletrificação rural.

As várias ações empreendidas pelo governo nesta área podem ser classificadas em melhorias de infra-estrutura de apoio à produção, comercialização e informação, o que não implica dizer que seus efeitos atinjam apenas essas três áreas. Na verdade, em face do inter-relacionamento entre os setores, as decisões tomadas pelo homem do campo, as medidas dirigidas à produção tendem a desdobrar-se em reflexos diretos e indiretos sobre as decisões de intermediários e sobre o comportamento do setor de comercialização (ACARINNI, 1987, p. 125).

O combate à erosão é uma prática comumente adotada pela sua importância econômica, evitando o desgaste físico do solo. A erosão é especialmente preocupante quando se vislumbra o futuro, pois, de início, ela apenas provoca o empobrecimento do solo “lavando” os nutrientes das camadas superficiais da terra. Num estágio mais avançado e num horizonte de tempo maior, no entanto, pode inutilizar as terras para a agricultura demandando um tempo muito longo e maciços investimentos para a sua recuperação.

2.2.6 Irrigação

Na área de infra-estrutura produtiva, “o programa de irrigação merece lugar de indiscutível importância social e econômica, já que a irregularidade de chuvas é um dos

agentes de maior instabilidade e risco a que está submetida a atividade agrícola” (ACARINNI, 1987, p. 127). Este instrumento tem permitido operar verdadeiros “milagres”, pois em muitos lugares, possibilitou transformar áreas desertas em regiões altamente produtivas.

Os programas de irrigação devem levar em consideração vários aspectos quando de sua implantação como, por exemplo, o tipo de cultura, a existência ou não de fontes hídricas, os recursos financeiros e tecnológicos disponíveis e a extensão da propriedade. O método de irrigação deve se adequar, segundo estas condições, para que a implantação de programas deste tipo atinjam o ponto ótimo de exploração.

2.2.7 Eletrificação Rural

A eletrificação rural representa uma medida extremamente importante também, propiciando ao homem do campo o conforto, já que o contrário, é um dos maiores motivos de abandono do espaço rural. Além disso, ainda há o fator econômico que precisa ser levado em consideração, uma vez que a energia possibilita a utilização de motores estacionários (para reduzir o custo da irrigação, por exemplo) a custo menor do que o diesel ou outras formas de energia.

2.2.8 Armazenagem e escoamento da Produção

A comercialização abrange todas as atividades que, após a colheita do produto, são empreendidas por diferentes agentes até o momento da sua venda ao consumidor final. Nesse processo, estão inclusas transações de compra e venda e outras atividades como o armazenamento, o transporte e a transformação nos mais diversos estágios do produto. Este processo, pela complexidade e amplitude de abrangência, propicia o surgimento de disfunções dentro do sistema.

Deste modo, além de o governo procurar melhorar as condições de transporte e de armazenamento, precisa também empreender em atividades para a correção das distorções que vão surgindo. Um item de extrema importância no processo de armazenagem é o fato de os produtos agrícolas sofrerem com a perda de peso e alteração das características. Logo, os esforços, neste sentido, não podem ser apenas de local suficiente, mas também de condições apropriadas e por um período longo, que é o espaço de tempo de entressafra.

Os intermediários do processo de comercialização são agentes diversos que atuam nos mais variados estágios em que se encontra o produto. Por vezes, um único agente, assume mais de uma função como, por exemplo, armazenar, comprar, transformar e vender. Porém, mesmo não havendo este acúmulo de funções, o poder de barganha destes atravessadores é muito forte.

Esta força adquirida por conhecer melhor o processo de comercialização do que o produtor, por ter melhores informações sobre o mercado e por ser um comerciante, enquanto que o outro é agricultor, entre outros fatores, cria uma grande disfunção do sistema, que normalmente se reflete na baixa remuneração do produtor. Este, por sua vez, passa a maior parte do tempo preocupado em produzir e colher, geralmente permanece mal informado sobre preços e condições de mercado, contribuindo para essa baixa remuneração do seu produto.

A baixa remuneração da produção agrícola tem, além destes motivos, o fato de o produtor ter muitas vezes urgência na comercialização da produção, pois, muitas vezes, trata-se da sua única fonte de renda, ou por ter compromissos junto aos fornecedores ou instituições bancárias onde adquiriu empréstimo para poder empreender na atividade produtiva. Em certos casos

o preço recebido pelo produtor situa-se em torno de 15 a 20% apenas, o que pode ser reflexo do elevado grau de elaboração exigido pelo produto, da pequena concorrência entre agentes intermediários, das dificuldades de armazenamento e transporte, e não raro, do grau de exploração a que se encontra submetido o produtor (ACCARINI, 1987, p. 132).

A construção e recuperação de estradas, ferrovias, enfim, a melhoria da infra-estrutura viária principalmente favorecendo localidades mais distantes, reduz o custo do transporte e estimula o aparecimento de novos agentes comerciantes que, em busca de negócios, passam a competir com os agentes já estabelecidos e os preços praticados pelo mercado tendem a ser mais vantajosos para os produtores e consumidores através da redução da margem de comercialização.

O investimento em vias para escoamento da produção é ainda uma forma de desenvolver uma região de forma ampla, pois tem reflexos favoráveis também sobre o mercado de fatores de produção, em cujos preços estão embutidos os custos de transporte e os lucros do intermediário.

Diante disto, a presença do governo torna-se praticamente indispensável, pois a necessidade de montar uma eficiente rede de coleta, de distribuição e de armazenagem da produção, além de outras atividades que, por vezes, podem não ser atrativas para a rede

privada, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e, às vezes, de regiões inteiras sob a sua égide. Portanto, indiscutível é a necessidade de o governo, através das políticas, criar, incentivar e regular as atividades econômicas, visando ao bem social da nação.

2.2.9 Abastecimento, Preços e Estoques Reguladores

O objetivo básico dos programas de abastecimento e das medidas dirigidas às áreas de controle e tabelamento de preços é influir nas margens de comercialização. Os programas de estoques reguladores têm por finalidade regular a oferta e a demanda através da manipulação de estoques em níveis que permitam atenuar as bruscas oscilações de preço que caracterizam o mercado agrícola, devido às suas peculiaridades (ACCARINI, 1987).

As medidas, quanto ao abastecimento, servem ao governo no propósito de conseguir, através da compra e venda de produtos, intervir no mercado quando da ocorrência da escassez e, desta forma, evitar que os preços praticados pelos intermediários não se situem fora da realidade de mercado.

O grande problema, em se adotando medidas como a do abastecimento regulado ou acordo de preços, é que a fiscalização, quanto ao cumprimento do acordado, é de extrema dificuldade, pois exige uma superestrutura para conseguir fazê-lo. O tabelamento de preços também vem, em inúmeros casos, acompanhado da importação de produtos, quando as medidas anteriores não mostrarem efeito positivo, sob o risco de causar, com isso, o estímulo ao consumo.

Na verdade, tanto o abastecimento como o controle e o tabelamento dos preços são medidas paliativas, pois não atacam as causas dos problemas estruturais de produção e comercialização. Logo, não é demais lembrar que essas medidas devem ser tomadas apenas em situações extremas, já que a possibilidade de fracasso quanto à consecução dos seus objetivos é muito grande caso essas medidas não venham acompanhadas de outras que busquem agir no nascedouro das disfunções.

2.2.10 Preços Mínimos

Devido às características peculiares da sazonalidade da produção agrícola, o risco de oscilações de preços em períodos de safra na qual se concentra a sua oferta, tende a gerar decréscimos nos preços por causa da lei da oferta e da demanda .

O programa de preços mínimos tem por objetivo principal orientar a atividade rural e proteger a renda dos produtores. Tal medida se resume em o governo garantir a compra pelo preço mínimo fixado, caso o mercado não o estiver praticando. Esta prática força os intermediários e a indústria a praticarem estes preços para obterem a matéria-prima que necessitam.

A prática do mercado conhecido como “mercado a termo”, ou seja, modalidade de comercialização onde se contrata a venda dos produtos ainda durante o ciclo de produção, para entrega futura e a preços previamente fixados, pode desempenhar papel semelhante a dos preços mínimos. O agravante é que o produtor se compromete a entregar os produtos ao preço contratado, mesmo quando a safra é atingida por sinistros e o preço de mercado estiver maior. Portanto, não substitui na íntegra a política do preço mínimo, já que há o risco do produtor não ser o maior beneficiado, além de se considerar, que nem todos os produtores têm acesso a esse procedimento.

Um cuidado que precisa ser tomado quando da fixação do preço mínimo é a forma pela qual é feito. Várias práticas podem ser adotadas, como por exemplo, considerar o preço internacional ou outros, porém, tem o inconveniente de não estar ajustado à realidade interna. Portanto, recomenda-se que o estabelecimento do preço mínimo seja feito com base numa média dos custos operacionais dos produtores, que podem ainda ser diferentes de uma região para outra, devido às realidades de mercado concorrencial, ou à dificuldade de acesso aos insumos, ou devido aos custos diferentes para o transporte dos produtos.

Uma grande dificuldade no que tange a esta política refere-se às dificuldades que têm encontrado os países em desenvolvimento por não terem os recursos financeiros necessários e nem força política suficiente para estabelecer as suas políticas quanto aos preços ou subsídios devido aos conflitos comerciais internacionais que poderiam vir a gerar. Já não é esta a realidade dos países ricos que mantêm subsidiados os produtos que lhes convêm, sem que outros interfiram em suas decisões. Este fato se comprova à medida que se percebe o grande subsídio que estes dão a determinados produtos de seus países, muitas vezes somente com o objetivo de que a agricultura cumpra sua função social.

2.2.11 Crédito Rural

O crédito rural significa um empréstimo feito ao produtor, junto a um órgão supridor institucional, normalmente bancos oficiais ou comerciais, porém, pode este papel ser

desempenhado por fornecedores que fazem o financiamento diretamente ao produtor pelo prazo de pagamento dos insumos, por exemplo.

Este mecanismo tem efeitos distributivos, uma vez que permite o acesso aos meios de produção pelos produtores que poderiam não ter, de outra forma, condições de produzir pela falta de acesso aos insumos, tecnologias ou equipamentos. Através de estímulos econômicos, gera-se o aumento quantitativo da produção, melhor produtividade, além de poder melhorar a qualidade dos produtos.

Existem duas modalidades distintas de financiamentos, uma para investimento e outra para custeio:

O crédito de investimento possibilita a aquisição de terras, animais de trabalho ou reprodução, tratores, colheitadeiras e equipamentos de uso rural, implantação de lavouras perenes, formação de pastagens, correção e conservação do solo, obras de irrigação, construção de armazéns e outros itens que compõem o capital investido em ativos permanentes, característica dos investimentos com longo prazo de recuperação.

Já o crédito de custeio serve para cobrir custos relativos a fertilizantes, defensivos, sementes, mão-de-obra, vacinas, remédios, combustíveis, alimentação dos animais e outros recursos necessários para operacionalizar os recursos permanentes investidos na propriedade. Pode, desta forma, ser comparado ao capital de giro necessário nas empresas de outros ramos de atuação (ACCARINI, 1987).

Além dessas duas modalidades, existe ainda o conhecido como crédito de comercialização. Este crédito é concedido ao produtor no momento da colheita, se o preço do produto lhe estiver em níveis desfavoráveis. Havendo a necessidade de liquidar os financiamentos vincendos neste prazo, faz-se um novo financiamento. É preciso salientar, porém, que esta modalidade é muito pouco utilizada, até porque é de difícil operacionalização e fiscalização.

O prazo de vencimento e o valor dependem da finalidade do financiamento. Normalmente, considerando-se a descontinuidade do fluxo de produção, conseqüentemente da receita do produtor, o vencimento destes empréstimos ajusta-se a essa peculiaridade.

As características principais do crédito agrícola são as taxas de juros incidentes sobre o principal, diferenciado do mercado financeiro, normalmente abaixo, devido justamente às características peculiares da atividade agrária. A menor rentabilidade, a descontinuidade no processo produtivo, altos riscos bioclimáticos, duração do ciclo produtivo, para citar apenas algumas, são as justificativas para que os créditos para esta atividade tenham taxas

diferenciadas ou até subsidiadas. Essas características tornam as operações de empréstimos de maior risco para as instituições financeiras.

Em função do risco elevado, os órgãos supridores têm atuado de forma seletiva no processo de concessão de crédito, considerando as garantias que o produtor pode dar em troca, como aval, penhor, fiança etc. Desta forma, surge uma disfunção do crédito agrícola, cujo propósito é, justamente, possibilitar o acesso aos meios de produção, para quem menos condições tiver e não o contrário.

Outra disfunção do crédito agrícola é que, por se tratar de financiamento a taxas menores do que as praticadas no mercado e, às vezes, ainda subsidiado, estimula a especulação financeira com estes fundos, ou ainda, desvio para outras atividades que podem nem estar na relação de prioridades para incentivo. Com esta prática, o crédito rural fica totalmente desconfigurado do objetivo ao qual se propõe, descumprindo sua função social.

Apesar da dificuldade de operacionalizar o crédito rural e de todos os males que pode gerar pelo mau uso destes recursos, é uma política de grande valor e de extrema importância para o desenvolvimento produtivo da agricultura, além de propiciar aos pequenos produtores maiores possibilidades de geração de renda.

2.2.12 Seguro Rural

Assim como o preço mínimo tem a função de proteger a renda do produtor, reduzindo o risco de mercado, o seguro rural tem a função de minimizar o risco do produtor frente às pragas ou doenças do rebanho, irregularidade das chuvas, tempestades, geadas e outras condições bioclimáticas desfavoráveis e intempéries diversas.

O objetivo básico do seguro rural é superar as conseqüências dos sinistros, conseqüências sociais e econômicas, já que, normalmente, a única fonte de renda do produtor pode ter sido destruída, impossibilitando-o de reiniciar em outra atividade por falta de capital.

A forma de indenização se dá de duas maneiras: Uma delas é a indenização que a seguradora faz para a cobertura dos custos ocorridos na cultura com o preparo do solo, com as sementes, com os fertilizantes e outros. Outra forma de indenização é ressarcindo-se a lavoura afetada no valor de mercado da produção sinistrada (ACCARINI, 1987). Uma terceira alternativa tem surgido nos últimos anos, que se refere ao ressarcimento de quantia fixa de produção, acertada quando da contratação da apólice. Exemplo: paga-se quantia fixa de prêmio de seguro e a indenização, em caso de sinistro, será de 100 sacas por alqueire.

A atuação neste mercado é ainda muito restrito por seguradoras privadas. Isto se deve ao fato de o seguro rural ser visto pelos produtores, em muitos casos, como um custo adicional e não como investimento preventivo. Esta visão distorcida faz com que o número de adesões aos planos de seguro seja reduzida, ou seja, há um número pequeno de segurados para pulverizar o custo, tornando o negócio pouco atrativo para as seguradoras.

Frente a este cenário, o Estado precisa, de certa forma, prover assistência ao produtor. Neste intento, alguns Estados montaram sistemas próprios de seguros, mas, em nível nacional, existe um único programa com este objetivo, que é o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), cuja cobertura se limita a indenizar os custos operacionais incorridos. Existe um campo enorme de possibilidades de atuação neste ramo, lembrando sempre, porém, que uma das formas de viabilizar o seguro é diminuir a probabilidade de sinistros atuando-se nas causas das frustrações que, em grande parte das vezes, se refere à falta de chuvas. Uma política de incentivo à irrigação, por exemplo, em muito diminuiria a ocorrência de sinistros.

2.2.13 Educação e Treinamento

As alternativas de políticas adotadas ao setor agropecuário mencionadas anteriormente,

complementam-se na medida em que se destinam a superar, combater ou prevenir problemas e dificuldades que se manifestam em diferentes lugares ou momentos. Entretanto, o fato de serem os mais difundidos e discutidos não significa que sejam os únicos nem tampouco suficientes para promover o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida do produtor (ACCARINI, 1987, p. 176).

Entretanto, o valor desses e dos demais programas e seus raios de ação, raramente conseguem superar os óbvios limites e dificuldades que o homem do campo enfrenta quando permanece alienado e simplesmente incapaz de realizar simples operações que poderiam ser a grande solução dos seus problemas. Dentro desse quadro, a amplitude e o alcance de programas de alfabetização de crianças e adultos assumem indiscutível importância social e econômica, pois representam uma espécie de elo para vencer obstáculos constantes de forma mais natural.

Desta sorte, desqualificação e afastamento são, quase sempre, conseqüências ou causas de carências e se desdobram em problemas que podem inviabilizar qualquer programa de modernização e desenvolvimento rural. A educação dos agricultores pode lhes facilitar o

acesso às informações e possibilitar alternativas próprias de renda e de vida, sem estar eternamente atrelado às boas vontades, entre um governo e outro, de o auxiliarem em suas atividades.

Dada a sua importância, chega-se à conclusão de que treinar, educar e integrar produtores representam passos decisivos e, às vezes, precedentes a outras medidas.

Em inúmeras situações, esses programas podem mostrar-se mais importantes e eficientes a médio e a longo prazo pois possibilitam a ele próprio escolher seus próprios caminhos, estudar alternativas, vislumbrar soluções, e definitivamente livrar-se de outros instrumentos que, por vezes, mais agravam do que ajudam, pois lhe tolgem até a vontade de mudar (ACCARINI, 1987, p. 177).

2.2.14 O Caso Brasileiro

Em todas as atividades econômicas existem diretrizes governamentais que regem o sistema; esse é o papel das políticas.

No período desenvolvimentista, o Brasil baseou a sua expansão agropecuária e o aumento da produção agrícola, utilizando-se de praticamente todas as modalidades mencionadas anteriormente, com maior ou menor ênfase em determinados períodos, normalmente com uma visão a curto prazo, caracterizando-se pela injeção de recursos no setor.

Tivemos, no passado, uma política de corte produtivista, bastante clara na definição de suas metas e dos instrumentos. Tratava-se de promover a modernização da base técnica, da integração agroindustrial, dos incentivos a determinadas culturas, da promoção das exportações, entre outras. Por meados dos anos 70, foram agregados a esses objetivos a produção da energia e a auto-suficiência alimentar. É importante ressaltar que nestas políticas estavam embutidos mecanismos de incremento ao volume de produção.

O Brasil tem baseado a expansão e a modernização de seu setor agrícola principalmente em incentivos de mercado. Tais incentivos têm sido proporcionados, em grande parte, segundo Paniago e Schuh, (1977, p. 77) por intermédio de quatro políticas agrícolas:

1. Investimentos em infra-estrutura de mercado destinados, primordialmente, a melhorar os preços agrícolas e, conseqüentemente, expandir a produção. Esta foi a idéia básica das políticas da década de 1950;
2. Subsídio para o uso de insumos modernos, principalmente fertilizantes e equipamentos agrícolas. Na década de 1950, isso foi feito por intermédio de subsídios cambiais e isenção de impostos, enquanto, na década de 1960, o crédito subsidiado foi o principal instrumento para redução dos custos;

3. Aumento substancial de crédito concedido à agricultura pelos bancos oficiais para despesas de cultivo a taxas de juros reais negativos. Isso ocorreu, principalmente, entre 1960 e 1965;
4. Implementação efetiva de um programa de preço mínimo para produtos básicos, excluindo café, cana-de-açúcar e cacau. Teve início somente em 1963 e foi feito basicamente, em resposta ao aumento contínuo dos preços agrícolas que se registrou em 1958, agravando-se a crise de oferta de 1962/63.

A característica básica destas políticas foi a tentativa de aumentar a produção através de produtividade mais alta e reduzir os preços para os consumidores.

Não muito diferente da opinião anterior, Nóbrega (1985) compartilha, em grande parte, desta conclusão e destaca um agente como o principal: o desenvolvimento do setor rural, por mais de quarenta anos, se baseia no crédito subsidiado como a principal forma de apoio oficial ao desenvolvimento de suas atividades.

Da mesma forma Coelho (1999), em sua análise, confirma a opinião de Nóbrega, dizendo: “Como se sabe, o modelo de apoio à agricultura brasileira sempre foi excessivamente concentrado em instrumentos financeiros de curto prazo”.

Os anos noventa foram marcados por modificações importantes nas políticas macroeconômicas em todos os sentidos e surtiram os efeitos em todos os setores econômicos, inclusive no mercado agrícola.

Essas mudanças referem-se às novas relações assumidas pelo poder público frente às instituições privadas, de forma geral com a maior liberalização dos mercados e menor intervenção do Estado, até mesmo pela sua incapacidade de manutenção do modelo vigente e deteriorado ao longo da década de 80.

Na introdução do seu livro, Nóbrega (1985, p. 11) assim se expressa:

Em meados de 1980, a decisão governamental de exercer maior controle sobre a política monetária trouxe à tona uma realidade de que já suspeitavam os técnicos envolvidos na elaboração do orçamento monetário, qual seja a impossibilidade de o governo continuar suprimindo a agricultura de crédito rural farto e subsidiado.

Naquele mesmo ano, o Conselho Monetário Nacional iniciou o que viria a ser uma longa série de medidas tendentes a lidar com uma aguda escassez de recursos, sem causar traumas ao setor rural que se acostumara, por mais de quarenta anos, a ter no crédito subsidiado a principal forma de apoio oficial ao desenvolvimento de suas atividades. Essas medidas centraram-se em três pontos básicos: ampliar a obrigatoriedade de aplicação de recursos dos bancos privados em crédito rural, reduzir os níveis do financiamento oficial e retirar gradualmente o subsídio representado por taxas de juros reais negativas.

Como medida compensatória, o governo decidiu eliminar o tabelamento de preços dos produtos agrícolas, que permaneceu apenas em três casos, por suas características especiais: o trigo, o leite e o açúcar. De igual modo, a fixação dos preços mínimos passou a ser realizada de forma mais realista, apesar dos impactos negativos que isso acarretaria na inflação.

Não havia mais dúvida, então, de que seria necessário promover a transição de um modelo de desenvolvimento rural, baseado no crédito, para outro em que a intervenção governamental se concentrasse na promoção do aumento da produtividade e da estabilidade de renda dos produtores, inclusive via mecanismos de preços mínimos e maior liberdade na comercialização interna e externa dos produtos da agricultura.

O Brasil apresenta características bastante distintas dos países ricos, pelas disparidades sociais. Enquanto os latifúndios exploram a atividade agrícola utilizando-se das mais avançadas técnicas produtivas, ostentando uma riqueza incomum, os minifundiários estão ainda em outro estágio em relação ao uso de novas tecnologias, muito aquém do que poderiam estar, obtendo rendas muito estreitas que não lhes possibilitam acesso às condições mínimas de sobrevivência e, muito menos, à cidadania. Sobre este aspecto, deveriam ser definidas prioridades, quais sejam: o combate à pobreza, a redução da miséria, fome e subdesenvolvimento social que caracterizam o Brasil. Além disso, o problema é que as necessidades são muitas e os recursos são poucos para enfrentá-los, devido à política monetária adotada nos anos oitenta, em decorrência da crise e mantidas na década de noventa, já que esta crise ainda não foi superada.

Pior ainda no caso da agricultura. Pode-se dizer que o Brasil não tem uma política definida com vistas a superar os impasses instaurados. O que temos são intervenções localizadas, muitas delas cedendo às pressões dos *lobbies* ruralistas para a manutenção da atual estrutura fundiária, ou para solucionar os problemas de inadimplência financeira dos produtores que tomaram crédito e não conseguiram ou não quiseram pagar, ou ainda outras atitudes isoladas como, por exemplo, do PRONAF, sobre o qual serão apresentado alguns dados.

Tabela 2. 1 - Pronaf: Recursos liberados

Ano	Paraná	Brasil
1995	19.152.335,10	89.961.888,99
1996	92.963.596,46	558.895.119,02
1997	212.643.231,20	1.408.067.697,21
1998	175.370.978,64	1.371.787.774,59
1999	267.363.928,74	1.830.554.762,06
2000	292.588.749,39	1.802.855.848,04

Fonte: BACEN

A partir dos dados da tabela 2.1, serão feitos alguns comentários. O PRONAF é uma das modalidades de financiamento oficial com juros de 5,75% aa. para custeio e 4% para investimentos, sendo o limite máximo por beneficiário de R\$ 5.000,00 e R\$ 15.000,00 para

custeio e investimento, respectivamente. É uma modalidade regular⁷ de financiamento com juros menores que os de mercado.

É um programa de muita importância para os produtores de menor porte, porém, ainda é muito restritivo, por causa das burocráticas vias de acesso e das garantias exigidas.

Quanto aos valores liberados, percebe-se que contempla um número reduzido de produtores. No ano de 2000, por exemplo, o valor de 292 milhões de reais liberados no Paraná corresponde ao financiamento de 367.112 hectares de milho, a um custo médio de R\$ 797,00 por hectare. Ora, 367 mil hectares, representam 4,3% do total da área plantada no ano, que foi de aproximadamente 8,5 bilhões de hectares. Ou ainda, corresponde a um financiamento de R\$ 34,50 por hectare plantado.

Portanto, apesar de ser um programa que atenda, parcialmente, às necessidades dos agricultores, ainda é muito tímido e precisa ser ampliado, senão continuará a se parecer mais com uma esmola do que a um instrumento de incentivo e desenvolvimento dos produtores e comunidades rurais.

Neste momento de baixa dos preços da maioria dos *commodities* agrícolas, em que o governo deveria estar empenhado em fazer um planejamento estratégico a longo prazo, apontando alternativas e indicando as áreas que serão apoiadas, direta ou indiretamente, está simplesmente entrando na onda do liberalismo, pregado mas não adotado pelos seus patrocinadores e, cada vez mais, somente apagando os incêndios causados pela absoluta falta de saber criar alternativas mais interessantes para a agricultura e para o País.

Historicamente, as relações de comércio entre os países foram marcadas pela adoção de políticas que visavam proteger seus mercados internos, agrícolas e industriais, da concorrência internacional. Destacam-se entre os instrumentos utilizados a proteção tarifária e a concessão de subsídios. Ainda, a isenção total ou parcial de impostos, o estabelecimento de cotas de importação e a desvalorização cambial. Internamente, referentes ao setor agrícola, tornaram-se amplamente utilizadas as políticas de garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e de concessão de subsídios. Este perfil protecionista foi muito acentuado e mantido até o período pós-guerra.

Em 1947, os EUA e a Inglaterra, por considerarem insuficientes os mecanismos protecionistas para acessarem ao mercado internacional, convocaram uma reunião da ONU na qual apresentaram um projeto intitulado Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Esse

⁷ Além desta modalidade, existem outras linhas de crédito para programas especiais, nas quais eventualmente a taxa de juros é menor que a de mercado.

acordo assinado por 23 países, inclusive o Brasil, propunha regras multilaterais para o comércio internacional.

Neste mesmo período, outro fato que contribuiu para alterar as relações de concorrência no mercado internacional foi o início da criação da Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1958. Seu objetivo principal era fortalecer a economia dos países da Europa Ocidental enfraquecida com o evento da guerra.

O objetivo da redução tarifária proposto pelo GATT foi sendo alcançado ao longo das rodadas de negociações, fundamentalmente para os produtos industriais. Ao mesmo tempo em que cresciam as restrições impostas ao comércio através de barreiras não tarifárias, o setor agrícola continuava a ter tratamento diferenciado.

Especificamente sobre o setor agrícola, um acordo foi firmado na Rodada Uruguai, iniciado em 1986 e concluída em Marrakesch em 1994, marcada também pela extinção da GATT e pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este acordo instituiu certas regras para o comércio internacional de produtos agropecuários, deu novo alento ao ideal de liberalização comercial, tão ansiosamente desejado pelos países em desenvolvimento. Os termos deste acordo estabelecem compromissos de redução do protecionismo quanto ao acesso a mercados, subsídios às exportações e apoio interno, bem como a retomada das negociações em 1999.

Face às sucessivas crises financeiras que marcaram a década de 90, os países em desenvolvimento prosseguiram, sem grande êxito, no esforço de ajustamento econômico. Os países ricos usaram outras justificativas, mas na verdade, por falta de interesse político, impediram a retomada às negociações.

Neste cenário de dificuldades e de pressão generalizada em prol do aumento das exportações, acentuou-se ainda mais a competitividade do comércio internacional, exacerbando seus efeitos deletérios sobre os países em desenvolvimento, destituídos de recursos e instrumentos adequados para a defesa dos seus interesses. Ao mesmo tempo, os países ricos, representados pelos EUA e CEE, fortalecem seus instrumentos de proteção e alocam recursos adicionais no subsídio e na promoção das exportações, como pode ser demonstrado no crescente volume de recursos disponibilizados para subsidiar o setor agrícola, na monta de US\$ 362 bilhões em 1998, contra US\$ 326 bilhões em 1986 (Revista Política Agrícola, 1999). Para se ter um parâmetro comparativo, no Brasil, entre 1965 e 1998, foram aplicados cerca de US\$ 340 bilhões em todas as modalidades de apoio à agricultura, e a média

de recursos liberados para o financiamento da atividade agrária na década de 90 foi de US\$ 7,5 bilhões, segundo a mesma fonte.

Além deste fato, a reestruturação das barreiras impostas pelos países desenvolvidos comporta as de caráter não tarifário. Dentre as mais comuns estão as restrições sanitárias, fatores determinantes no tocante ao comércio internacional. O efeito disto fica demonstrado com o indicador de que a fatia de mercado de exportação brasileira caiu de 1,4% no seu auge para a participação de 1% atualmente (Revista Política Agrícola, 1999).

Evidencia-se assim que, mesmo com as negociações da Rodada Uruguai para o segmento agrícola exportador, permanecem ainda grandes entraves para a vigência de um acordo que atenda aos anseios dos países periféricos, nos quais o Brasil se inclui, já que empreenderam unilateralmente ampla abertura econômica e comercial.

Exemplos dessa dificuldade negociadora por parte dos países ricos retratam-se na dificuldade de colocação no mercado de produtos de interesse do Brasil, como é o caso do aço, do suco de laranja e dos calçados para os norte-americanos e óleo de soja e carnes para a União Européia. Essas restrições e dificuldades de acesso àqueles mercados se mantiveram inalteradas após a Rodada Uruguai e, igualmente irremovíveis têm sido e deverão continuar sendo as distorções de política de defesa comercial daqueles países utilizadas como forma disfarçada de proteção.

As resistências encontram-se, principalmente, nas duas grandes forças econômicas mundiais, que usam o poder econômico e político que detêm, para moldar as regras multilaterais de comércio, segundo seus interesses e necessidades. Ao mesmo tempo, têm seus segmentos de produção agropecuária desenvolvidos e modernos, mas com capacidade de competição no mercado mundial discutível, tendo em vista que foram sustentados por políticas internas e externas francamente protecionistas. Além disso, embora possam apresentar saldo comercial agrícola deficitário, a hegemonia adquirida nos demais setores lhes permite administrar uma balança comercial relativamente equilibrada.

E o Brasil, como reagiu frente a este “novo velho” panorama do cenário econômico mundial?

Durante recente reforma ministerial, o presidente da República voltou a enfatizar as três grandes metas do governo federal para os próximos anos: gerar grande quantidade de empregos, atingir US\$ 100 bilhões nas exportações totais e manter a estabilidade da moeda. A obtenção destas metas vai depender, fundamentalmente, do desempenho do *agrobusiness* nacional, devido ao seu alto coeficiente de geração de empregos por unidade de investimento,

pela sua posição privilegiada no comércio em termos de competitividade e pela necessidade de manter o mercado doméstico.

O agravamento da crise fiscal do Estado brasileiro, a abertura da economia no início dos anos 90 e a estabilização da moeda em meados da década, trouxeram duas mudanças importantes na política agrícola: a redução drástica na oferta de crédito oficial juntamente com a eliminação de subsídio ao crédito e a elevação da taxa real de juros como parte da estratégia de combate à inflação, com a introdução de dois instrumentos menos onerosos e menos intervencionistas para substituir os instrumentos tradicionais da política de garantia de preços mínimos: o Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e o contrato de opções.

O PEP é um mecanismo, que transfere para o produtor ou comerciante um subsídio correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo, evitando as problemáticas aquisições governamentais que ocorriam quando o preço de mercado ficava abaixo do preço mínimo. Como efeito, os estoques públicos, que no final da década de oitenta chegaram a atingir perto de 20 milhões de toneladas de grãos, nos últimos anos não têm ultrapassado a dois milhões de toneladas. Essa medida reduziu os custos do Estado, sem, no entanto, alterar algo aos produtores rurais.

A política do contrato de opção foi baseada no programa desenvolvido nos EUA na década de oitenta para substituir ou complementar o programa de suporte de preços, com uma diferença: no Brasil o programa é inteiramente patrocinado pelo governo através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), enquanto lá, os contratos de opções eram operados na sua maioria por agentes privados.

Quanto à taxa de juros tradicionalmente utilizada como ferramenta de apoio à produção agrícola, com taxas reais negativas, a partir de 1990, passou a ser praticada na concessão do crédito a taxas de mercado e com mudanças nos mecanismos de indexação das dívidas rurais, acarretando o grande problema do endividamento dos produtores.

Conforme demonstrado na tabela 2.2, o total da dívida junto ao Banco do Brasil, atinge pouco mais de R\$ 24 bilhões, envolvendo cerca de 701.658 mutuários, enquanto junto a bancos privados a dívida chega a mais de R\$ 8 bilhões.

Tabela 2. 2 - Saldo dos Empréstimos ao Setor Rural

Faixa (R\$)	Mutuários	%	Valores em Mil R\$	%
1- 10.000	513.658	73.21	1.413.440,00	5.89
2- 10.001 – 50.000	134.774	19.21	3.848.580,00	16.03
3- 50.001 – 200.000	38.446	5.48	4.992.170,00	20.79
4- 200.001 – 500.000	10.530	1.5	3.487.240,00	14.52
5- 500.001 – 1.000.000	2.072	0.30	1.376.010,00	5.73
6- Acima de 1 milhão	2.178	0.31	8.892.200,00	37.04
Total	701.658	100.00	24.009.640,00	100.00

Fonte: Banco do Brasil em 06.11.2000 – site: www.bb.com.br

Conforme se pode perceber pela tabela 2.2, os recursos estão extremamente concentrados em poucos mutuários: quase 58% do total (R\$ 13,7 bilhões), com saldo devedor acima de R\$ 200 mil e está nas mãos de 2,11% dos mutuários (14.780 contratos). Ampliando para a faixa acima de R\$ 50 mil, o valor da dívida em poder de 7,59% dos mutuários, atinge 18,7 bilhões (78,08%). Acima de R\$ 1 milhão, o dado impressiona: 0,31% dos mutuários (2.178) devem R\$ 8,89 bilhões, mais de 37% do total. Sabe-se que nos bancos privados esta concentração é ainda maior.

Face ao quadro exposto, para amenizar o problema e criar ao mesmo tempo uma perspectiva otimista para o setor, o governo lançou três programas: a securitização da dívida agrícola, destinada a permitir, de imediato, acesso ao crédito, implantação e dinamização dos corredores multimodais de transporte para reduzir os elevados custos de escoamento das safras e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para inserir os pequenos produtores na economia de mercado dentro dos princípios básicos do desenvolvimento rural sustentado.

Em relação ao programa de securitização, observa-se que o perfil de distribuição do débito pouco se alterou. Na faixa de contratos de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00, ocorreu a maior participação. Com relação a estes contratos, 72,04% foram securitizados.

O programa de securitização, segundo o próprio Ministério da Agricultura, não alcançou os resultados esperados, o que de certa forma era previsível. A razão mais importante é que, talvez em função do excesso de preocupação com o alongamento das dívidas e não com a capacidade futura de pagamento e da influência do principal agente financeiro na formulação do programa, a sistemática de correção dos débitos, que na realidade era o cerne do problema, não foi alterada em sua essência mantendo-se as distorções, causadoras originais do quadro de endividamento.

Além deste fator, também a recente queda nos preços dos principais *commodities* agrícolas após a crise asiática, reduziu ainda mais a capacidade dos produtores de cumprirem os compromissos assumidos.

Todavia, no ambiente agrícola, como bem se sabe, há um grau de risco e incerteza elevado, devido às dificuldades de se prever o comportamento futuro do mercado, dos fenômenos naturais que fortemente influenciam o mercado e das políticas governamentais. Nos últimos anos, a maior fonte de incerteza tem sido a política macroeconômica do governo. Seus reflexos na política agrícola, principalmente nos mecanismos de financiamento rural, foram decisivos no atual quadro de conjunturas que constituem a realidade agrária atual.

Atualmente, o governo encontra uma série de restrições de atuação no que concerne às políticas agrícolas, pois, por um lado, sofre a pressão internacional frente ao acordo da OMC, e por outro, devido às outras políticas econômicas adotadas, enfrenta grandes restrições orçamentárias para auxiliar o setor.

Além de todos os fatores intervenientes apresentados, existem ainda outros fatores de ordem ideológica que permeiam o processo. Sob a égide do modo de produção capitalista, os governos estão interferindo cada vez menos na vida econômica das empresas e do sistema econômico, partindo do princípio do “*laissez faire*”⁸, ou seja, a não intervenção do Estado na economia. Nos países mais avançados, esta lei de mercado rege as operações empresariais e tem até um certo grau de êxito econômico, porém, sempre assistido e regulado pelo setor público. No caso específico da agricultura, estes países exercem um alto grau de controle sobre o setor de forma estratégica para a produção, tanto para o abastecimento interno de alimentos quanto para produtos de exportação. Este protecionismo tarifário e cambial além de outras ferramentas, lhes possibilita vantagem competitiva no mercado internacional. Desta forma, conseguem atender os produtores de menor porte para cumprirem seu papel social.

A adoção de postura favorável a não intervenção do setor público no privado, incorre em sérios riscos. Se, por um lado, a exploração intensiva das atividades econômicas gera a competição entre os agentes quando estes estão em igualdade de condições, por outro, é passível de se instaurarem oligopólios em determinados ramos de atividades que inibem o desenvolvimento sustentável. Ainda mais propício a isto fica o mercado, quando se tratar de empresas de alta tecnologia.

⁸ Oriundo da língua francesa. Deixar fazer, deixar acontecer

Outro risco que se corre nesta circunstância é justamente as empresas privadas explorarem somente os mercados de fácil acesso e com retorno certo. Desta forma, jamais uma nação regida exclusivamente pelo sistema de mercado se desenvolverá na íntegra, pois regiões como, por exemplo a Amazônia, não seriam privilegiadas com a exploração comercial, logo, dificilmente conhecerão o desenvolvimento e a qualidade de vida, ainda mais se tratando da atividade rural, que é geograficamente ainda mais dispersa.

2.3 Renda

O desenvolvimento agropecuário, como componente do desenvolvimento rural, completa o mesmo e dele depende para ser atingido. O desenvolvimento rural, tal como o urbano, faz-se através dos mesmos componentes e para o mesmo alvo que é o homem, exceto que um se dá no campo e o outro nas cidades.

A melhoria da qualidade de vida que se busca envolve aspectos de educação, saúde, segurança, infra-estrutura, trabalho, lazer, renda e outros serviços. Enfim, condições que propiciem o bem-estar. Essas condições no meio rural, no entanto, são bastante limitadas comparadas ao meio urbano.

O desenvolvimento rural requer mais que tecnologia de produção simplesmente. Ele compreende uma ampla gama de fatores necessários para a sua efetivação e exige a adoção continuada e permanente de um modelo político, econômico e social de desenvolvimento: o modelo político pela liberdade de expressão e pela democracia; o modelo econômico pelos investimentos produtivos, pelo aumento da produtividade através da tecnologia e pela melhoria da infra-estrutura, além da estabilidade de preços e do equilíbrio nas relações comerciais com o mundo exterior; por fim, o modelo social de desenvolvimento que preconiza uma melhor distribuição de renda e o desenvolvimento da cidadania.

Verifica-se, portanto, quão complexa é a tarefa de conciliar todas as variáveis envolvidas para atingir um desenvolvimento harmônico e equilibrado, sabendo-se que intervenções em segmentos específicos e de forma isolada, embora possam surtir alguma melhora, dificilmente asseguram a emancipação das comunidades rurais.

Neste contexto, “renda” não significa somente, como no entendimento primitivo, a satisfação das necessidades fisiológicas para a subsistência, pois a evolução da sociedade exige que sejam satisfeitas novas necessidades, quais sejam, acesso à educação, ao transporte, ao conforto, ao lazer, entre outras. Para a inserção social do homem nesta nova perspectiva,

exige-se então uma remuneração que geralmente é feita em moeda e que esta, por sua vez, cumpra a função de troca.

Para a finalidade deste estudo, que procura avaliar a oscilação na renda dos produtores rurais, não poderia ser usado o termo no seu sentido amplo; primeiro, por não tratarmos apenas da agricultura familiar de subsistência⁹ na qual ainda amplamente se usam rendas alternativas para a remuneração do seu trabalho; segundo, porque somente a subsistência não basta ao homem do campo, e terceiro, por necessitarmos, como parâmetro comparativo, nesse estudo, de um referencial mensurável.

Assim, a compreensão de “renda” neste trabalho será: a diferença obtida entre a receita com a comercialização e os custos totais de produção dos produtos em estudo.

2.4 Considerações Gerais sobre o Tema

Como pôde ser visto nas seções anteriores, os problemas que a economia e o modelo alocativo brasileiro apresentam são muito característicos e peculiares. É preciso encará-los de modo específico e, para tanto, é necessário que se esteja munido não apenas de instrumentos legais e gerenciais, mas também com o espírito dirigido a tentativas de aplicações de novas idéias e modelos alternativos com busca de soluções para os problemas observados.

Na realidade agrária brasileira, dá para estabelecer uma analogia entre o momento vivido pela sociedade em geral quando da ocorrência da Revolução Industrial e o momento da história do agronegócio iniciado em meados dos anos 50 e que ainda está em curso. A teia social existente entre os moradores rurais foi também, quase que totalmente, destruída pelas seguintes razões: implementação de técnicas produtivas sob forte uso de maquinaria e insumos agrícolas modificando a forma, senão acabando com muitos postos de trabalho; o excedente da mão-de-obra, substituída pelas máquinas, desloca-se para as cidades procurando outro mister; desqualificados para as novas ocupações se incorporam à classe social dos excluídos nos grandes centros; aumenta o índice de populações pobres, além de várias outras conseqüências relacionadas à saúde pública, à educação e à segurança, que afetam a sociedade

⁹ - Sem querer entrar em grandes discussões teóricas, considera-se “Agricultura Familiar aquela em que os trabalhos são exercidos predominantemente pelo agricultor e sua família, mantendo eles a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, mas tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Normalmente são unidades pequenas (MUSSOI, 1999, p.13).

como um todo. A mudança ocorrida no trabalho dos agricultores, bem como nas suas características, legou à sociedade brasileira conseqüências muito amargas.

A revolução no sistema agrário nacional sofre também do mal de os governantes deixarem a economia de mercado moldarem a estrutura social tal e qual na época da Revolução Industrial, com um agravante: os atuais governos conhecem as conseqüências causadas por este modelo naquele momento histórico e, nem assim tiveram o mínimo cuidado para evitar que grandes organizações empresariais, com objetivos unicamente econômicos, transformassem a nação e não impediram que catástrofes semelhantes aos daquela época viessem a assolar a atual sociedade brasileira. Pelo contrário, incentivaram o crescimento de tal filosofia, mesmo sabendo que o resultado seria este que estamos vivendo.

Apesar das intensas mudanças ocorridas no modelo de produção agrícola, as características da Revolução Industrial e da divisão do trabalho não tiveram tão forte influência sobre os trabalhadores rurais como sobre os urbanos, pelo fato de o aprendizado dos filhos de agricultores se processar simultaneamente ao seu crescimento e a experiência familiar que vai adquirindo com o chefe da família, portanto, não destruiu o seu sistema de educação para o ofício. Neste modelo, não se dissocia no seu trabalho corpo e mente, ou seja, não se separa o processo de planejamento e a execução do trabalho. Para ratificar a justificativa afirma Braverman (1977, p. 100):

O mais importante e mais difundido dos ofícios era, e pelo mundo todo continua até hoje, o de lavrador. A família lavradora combina seu ofício com a rude prática de numerosos outros, inclusive o de ferreiro, pedreiro, carpinteiro, açougueiro, moleiro, padeiro etc. Os aprendizados exigidos nos ofícios tradicionais iam de três a sete anos, e para o lavrador é claro que vai além disso, incluindo a maior parte da infância, da adolescência e da idade adulta. Em vista do conhecimento a ser assimilado, das habilidades a serem conseguidas e do fato de que se exigia do artesão, como do profissional, que dominasse uma especialidade e se tornasse o melhor juiz da aplicação dela a problemas específicos da produção, eram necessários anos de aprendizado e empregados num processo de experiência que se estendia por décadas como trabalhador sob as vistas do mestre-artesão.

Note-se que a mudança na relação de trabalho no campo se deu intensamente a partir dos anos 1960, quando a agricultura se viu incluída no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, criou-se um setor de assalariados rurais, em parte substituindo as antigas formas de relações familiares e de subsistência.

Infelizmente a agricultura brasileira está submetida a uma profunda contradição: por um lado, tem a urgente necessidade de modernizar-se, porque se não o fizer, não poderá enfrentar a fortemente subsidiada agricultura dos países desenvolvidos e, por outro, os governos nacionais, mesmo que quisessem adotar medidas protecionistas ou de subsídios, não

disporiam de recursos financeiros, nem força política e nem tampouco, agilidade operativa suficientes para fazê-lo.

A ineficácia da agricultura brasileira (dentro e fora da propriedade) poderia ser diminuída através da Reforma Agrária, possibilitando aos trabalhadores o acesso aos meios de produção e complementarmente um programa que proporcione aos agricultores as habilidades de que eles necessitam para eliminar as causas das deficiências. Em grande parte, há tão somente a falta de capacitação e de tecnologias condizentes com a sua realidade, que por vezes nem investimento requerem. Esta sim, é uma das funções do Estado e este, por sua vez, tem plenas condições de proporcioná-las.

Desta forma, evidencia-se que o instrumento emancipatório reside no acesso à terra e na educação dos agricultores remanescentes no campo, para que consigam aumentar sua produtividade e rentabilidade, que é a alternativa mais viável e sensata, tendo como propósito central, proporcionar às famílias rurais os conhecimentos necessários para que elas mesmas possam solucionar os seus problemas.

Quanto ao aumento da renda, duas alternativas se apresentam para a produção em pequena escala: a diversificação voltada para a produção de alimentos agregando valor ao produto, ou seja, processá-lo industrialmente, ainda que de forma primária e comercializar a produção diretamente com o mercado consumidor, eliminando os intermediários; e o trabalho organizado de forma cooperativa junto a outros produtores o que facilitaria uma cadeia de distribuição e fornecimento regular, integrada a outros produtores para possibilitar uma certa escala e ter um mix de produtos para desta forma viabilizar as transações para os produtores e consumidores

Quaisquer destas opções exigem uma forma de operacionalizar o processo. Neste ponto entram, com uma importância fundamental, as políticas agrárias governamentais. O importante neste caso é que atendam ao interesse de todos os envolvidos no processo para que, juntos, possam se fortalecer e perpetuar o ciclo.

A forma mais lógica para agregação de valor aos produtos certamente se refere a sua industrialização no próprio ambiente de produção, ou seja, nas propriedades rurais, já que o produto da monocultura comercializado *in natura* é viável na propriedade que o produz em larga escala, mesmo com as pequenas margens de lucro auferidas nesta modalidade de produção devido ao poder de barganha que estes produtores têm junto ao ciclo de negócio, tanto na aquisição de insumos e sementes quanto na venda da produção. Porém, a pequena agricultura se inviabiliza deste modo.

As conseqüências de criar-se um modelo de agricultura baseada em produção de alimentos não desmontariam o atual modelo agrícola, visto que a participação dos pequenos estabelecimentos neste negócio é fracionário, mas criaria uma nova perspectiva econômica e de vida desta parcela de excluídos. Os resultados mais óbvios seriam a permanência do homem no campo, evitar-se-iam mais problemas sociais nas cidades por causa do seu crescimento desordenado, haveria a produção de alimentos de melhor qualidade e ainda o lucro destes novos empreendedores certamente circularia localmente sendo reinvestido para realimentar o processo ou até ampliá-lo.

As dificuldades para a implementação deste modelo certamente serão muitas, pois a soma dos problemas que foram se acumulando no setor agrícola do país ao longo dos anos foram colocando os agricultores numa situação de impotência e inação frente aos acontecimentos que eles, por certo, mal entendiam. O sistema de mercado se encarregou de, no transcorrer dos fatos, alienar as pessoas da sua essência enquanto seres humanos e pregou uma cultura própria às massas, ou seja, a cultura do consumismo, do comodismo e da individualidade de cada pessoa se sobrepondo ao coletivo. Desta forma, um grande empecilho à implementação deste modelo refere-se a problemas de caráter cultural e educacional.

Outro aspecto problemático à sua implementação refere-se à falta de recursos financeiros dos pequenos produtores. Se a história recente nos conta da sua dificuldade em sobreviver, que dirá para poupar visando um projeto desta grandeza. Já o crédito para financiar este tipo de atividade, além de ser escasso, é de difícil acesso aos menos favorecidos.

Também neste rol de dificuldades se inclui a luta concorrencial que teriam que enfrentar com as grandes agroindústrias atuantes no mercado, pois mesmo se tratando de um projeto de associativismo baseado na solidariedade dos componentes, quando da colocação do seu produto no mercado, estarão saindo desta instância e não terão ajuda de ninguém, já que estarão tentando se incluir num mercado no qual as premissas capitalistas são conhecidas.

Por fim, outra dificuldade seria conseguir a credibilidade e aceitabilidade dos agricultores já que, nos últimos anos, não poucas foram as poções “mágicas salvadoras” que lhes foram vendidas. Mesmo eles investindo capital e trabalho, nunca tiveram o gosto de desfrutar dos resultados.

As dificuldades para operacionalizar um projeto de tamanha grandeza existem. É difícil, mas é possível. É possível, porque ninguém mais do que os agricultores quer que ele se realize; é possível porque nunca faltou, a esta gente, disposição ao trabalho; é possível porque

é necessário; é possível porque toda sociedade anseia por uma solução para esses problemas, que também são os seus; é possível porque o maior investimento que precisa ser feito é em educação; é possível porque os resultados só tendem a ser benéficos para a sociedade e para a nação.

Se é necessário e possível, porque o Estado não dá a sua parcela de contribuição no que tange ao maior investimento, a educação? Os governos não podem esquecer-se de que a grandeza desta nação foi construída, em grande parte, graças às generosas transferências de riquezas produzidas pela agricultura e pelos agricultores; por mais liberais que sejam, os governos não podem desobrigar-se do seu indeclinável dever de proporcionar-lhes, no mínimo, uma excelente formação e capacitação, uma vez que é a única alternativa que permitirá às famílias rurais atingir a emancipação.

O modelo de agricultura familiar se baseia na capacitação do produtor e de sua família, a fim de melhorar a produtividade e eficiência com que utiliza os recursos e serviços à sua disposição. Por conseguinte, o objetivo primeiro do modelo deve ser centrado em desenvolver suas potencialidades latentes e aumentar a capacidade dos membros das comunidades rurais para que, de forma organizada, identifiquem as causas de seus problemas, tomem suas próprias decisões, constituam seus próprios serviços, introduzam as tecnologias apropriadas e passem a aproveitar plenamente os recursos que têm ao seu alcance, para que deste modo, diminuam sua dependência das decisões, dos serviços e dos recursos externos que são inadequados, caros e muitas vezes ineficazes.

Quanto à organização cooperativa mencionada anteriormente, deve se lembrar que os ideais do cooperativismo tradicional, no decorrer do tempo, foram-se adaptando às condições do mercado, fugindo de seus princípios iniciais do século XIX e, aos poucos, sucumbiu às exigências do mercado. A cooperativa tornou-se uma empresa como outra qualquer sendo a sua meta apenas o lucro, com o aspecto social contido em seus ideais invertido, pela busca da eficiência e da competitividade.

As perspectivas para a CA dependerão também, em grande parte, de medidas a serem tomadas pelos próximos governantes, uma vez que só com a vontade e a organização dos agricultores será muito difícil alcançar êxito completo, pois, na prática, o Estado, em relação ao setor agrícola, tem adotado uma política muito confusa. Na maioria das vezes tem representado os interesses dos grandes grupos econômicos, com um estilo de modernização que não corresponde aos verdadeiros interesses e necessidades da agricultura nacional.

Contrastando com os ideais do cooperativismo tradicional, não se pretende, de forma alguma, generalizar a forma de administração cooperativa para toda sociedade, mas sim, como um recurso para melhoria de vida dos pequenos produtores rurais e para lhes proporcionar maior poder de resistência, fortalecer os movimentos populares, aglutinar os agricultores para discutirem, a partir de sua realidade, a superação dos entraves econômicos e sociais.

Por fim, deve-se salientar que a economia cooperativa não possui apenas o caráter econômico, mas necessariamente também o político e o cultural, já que a finalidade da vida humana não é a política e a economia em particular, mas o exercício da liberdade das pessoas para o bem-viver pessoal e coletivo.

As dificuldades são muitas, a necessidade de mudanças, urgente. O tempo é curto, logo, é preciso criar uma nova consciência em toda sociedade visando ao apoio destas novas formas de organização, haja vista que o modelo atual de desenvolvimento não consegue responder aos problemas, pelo contrário é o principal responsável por eles.

Agrupando-se numa fórmula, o trabalho cooperativo, a diversificação, a industrialização, o aumento da eficiência do sistema produtivo, possibilitar uma acessibilidade maior de pequenos produtores aos meios de produção, educá-los para diminuir a dependência de agroindústrias, são variáveis de extrema importância para o sucesso econômico e social da agricultura brasileira.

O objeto de estudo deste trabalho, que é a análise das propriedades rurais e as possibilidades de geração de renda e cidadania, supõe que as políticas públicas poderiam e deveriam auxiliá-las a cumprir o papel de viabilizá-las, já que o sistema de mercado não serviu como forma de promoção social desta parcela da sociedade (as comunidades rurais), como também, contribuiu para a sua degradação e destruição.

Os limites da sociedade centrada no mercado conduzem a uma conclusão cada vez mais iminente no que tange às propriedades rurais, pois foi-se o tempo de uma atividade agrícola razoavelmente assistida pelo poder público, crédito barato, preço mínimo, seguro contra intempéries, assistência social ao homem do campo etc. A orientação ideológica predominante é jogar todos estes fatores à esfera do mercado, onde as vantagens econômicas comparativas estão predominantemente ao lado dos mais fortes (oligopólios e monopólios). Urge, portanto, um trabalho profundo de reforma cultural, cujo objetivo seja romper com um ideário secular que não encontra mais possibilidade de reprodução nos dias atuais.

As políticas públicas direcionadas ao setor agrícola podem, neste cenário, converter-se em uma estratégia de organização da sociedade rural, através da implementação de estruturas nas quais as unidades de produção e consumo se articulam em laços de realimentação e, assim, permitam a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e o poder local, afirmando-se em uma ética e visão de mundo substancial.

A implantação e efetivação de políticas sociais no setor rural é movida pela consciência de que o consumo é o objetivo final de todo o processo produtivo e que, ao consumir, contribui-se para preservar ou destruir os ecossistemas, para manter empregos ou gerar desemprego numa região; contribui-se na manutenção da exploração dos trabalhadores em uma sociedade injusta ou colabora-se para a eliminação, pelo menos, de parte da exploração dos seres humanos e para a construção de uma nova sociedade colaborativa e solidária.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Neste capítulo, será descrita a metodologia empregada na pesquisa e na coleta de dados, na busca de subsídios documentais e dados reais dentro do sistema agropecuário paranaense.

Considerando que o problema proposto para o trabalho de pesquisa é que determina a forma ou o método que ele deverá seguir, pode-se concluir que o presente estudo caracteriza-se por ser de natureza qualitativa. O foco principal da abordagem qualitativa está em compreender, descrever e interpretar os significados que as pessoas projetam no fenômeno em estudo. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa, especialmente a de natureza fenomenológica, preocupa-se em descrever as características dos fenômenos sociais e, para tanto, empenha-se em estudar o ambiente no qual ocorre, buscando investigar a significação que lhe é conferida pelos sujeitos envolvidos. Esta preocupação torna-se relevante, por acreditar-se que o processo pelo qual as pessoas concebem determinada realidade atribuindo-lhe significados, configura também suas ações, portanto, as ações são reflexo da significação que atribuem aos fatos e legitimam suas atitudes.

Quanto às características, “a análise qualitativa pode ter apoio quantitativo, mas geralmente omite a análise estatística ou o seu emprego não é sofisticado” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

O presente estudo caracteriza-se também como um estudo de caso, por consistir numa análise intensiva que busca reunir informações tão numerosas e detalhadas quanto possível. Godoy (1995) ressalta que o estudo de caso é indicado quando os pesquisadores procuram compreender “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, e onde há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados.

Destaca-se, ainda, em Minayo (1994) que a realidade pesquisada é sempre mais rica que os recortes apresentados sobre a mesma pela pesquisa e, além disso, em pesquisas sociais nem tudo o que é importante pode ser medido com precisão. Não se busca definir elementos, mas sim relatá-los conforme será dito pelos informantes e percebido pelo pesquisador. Desta forma não tem a intenção de esgotar o assunto e o tema pesquisado.

3.2 Perguntas Norteadoras de Pesquisa

Qual é a relação entre as políticas agrárias adotadas pelo Estado no período 1994 – 2000 e a renda dos produtores rurais no Oeste e Sudoeste do Paraná?

Qual foi a evolução dos custos de produção ao longo deste período?

Qual foi a evolução da renda dos produtores rurais no mesmo período?

Quais foram as políticas públicas que regularam o setor?

3.3 Definição de Termos

Políticas Fundiárias: Conjunto de medidas ou orientações governamentais por meio das quais se busca ordenar a ocupação do espaço territorial rural e influir na distribuição de terras.

Políticas Agrárias: Conjunto de medidas ou orientações governamentais por meio das quais busca-se regular ou modificar os negócios agrários, visando ao desenvolvimento econômico e social do país.

Políticas Agrícolas: Conjunto de medidas ou orientações governamentais através das quais busca-se direcionar as atividades agrícolas quanto ao seu volume ou tipo de culturas.

Custo de Produção Agrícola: Gastos financeiros que se fazem necessários durante o ciclo produtivo (da preparação da terra à colheita), para a produção agrícola. Representa a soma de valores empregados para o uso dos fatores de produção.

Renda: Receita monetária obtida na comercialização dos produtos em estudo. Esta receita é gerada pela diferença entre o preço recebido pelo produtor e o custo de produção.

Negócios Agrários: Entenda-se por negócios agrários todas as atividades correlacionadas à produção agrícola e agropecuária, bem como as atividades relacionadas ao fornecimentos de tecnologias, insumos, sementes, entre outros, para os agricultores, além do processo de industrialização dos produtos resultantes das propriedades rurais.

3.4 Delimitação da Pesquisa

Os produtos escolhidos para o estudo foram selecionados intencionalmente de forma a atender os objetivos a que este trabalho se propõe. Para a realização desta pesquisa, separou-se produtos agrícolas considerados mais importantes, separados preliminarmente em dois grupos: os de vocação exportadora e outro grupo de produtos caracteristicamente produzidos

para atender ao mercado interno. Como produto de exportação optou-se pelo soja; como produtos característicos para o mercado interno, o milho, o feijão e o trigo, que são os principais itens componentes da alimentação da população brasileira.

Em uma primeira etapa, foi feito um levantamento dos custos de produção destes produtos desde a preparação da terra para o plantio, até a colheita. Estão contemplados os custos de mão-de-obra, depreciação das máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos agrícolas, custos de colheita, além de outros de menor monta. Esta pesquisa foi feita de forma documental junto ao DERAL (Departamento de Economia Rural) e a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná). A segunda etapa da pesquisa consiste num levantamento dos preços de comercialização obtidos pelos produtores rurais, com base também nas informações disponíveis nestes órgãos. Este levantamento, assim como o dos custos, foi feito de forma evolutiva, ou seja, ano após ano. Segundo Gil (1991), a pesquisa documental é uma fonte de dados rica e estável e de extrema utilidade em pesquisas de natureza histórica.

A escolha dos produtos para a realização da pesquisa justifica-se pelas seguintes razões:

- São culturas típicas da região;
- Atendem aos dois mercados: exportação e mercado interno;
- Há uma certa perenidade no mercado de consumo e demanda constantes;
- A tendência futura de consumo indica que prevalecerão por muito tempo como componentes essenciais;
- Existem estatísticas confiáveis;
- Estão fortemente arraigados na cultura alimentar brasileira;
- Há o conhecimento e a intimidade do autor com os produtos e a tecnologia de produção.

Em outro capítulo será feita análise de uma comunidade rural. O objetivo é ratificar as conclusões da pesquisa e verificar os efeitos sobre ela. Para isso serão utilizados somente dados sobre população, número de famílias etc. A comunidade é a vila de Santa Cruz do Ocoí no Município de São Miguel do Iguçu-PR. O motivo da sua escolha são as suas características comuns à inúmeras outras comunidades rurais, que bem exemplificam o objeto de estudo. Além disso, a facilidade de acesso às fontes documentais para a obtenção das informações necessárias e, ainda, o conhecimento prévio do autor da comunidade.

O período de tempo a ser estudado compreende os anos 1994 a 2000. As razões para a escolha deste período de tempo se justifica metodologicamente, pois em 1994 houve uma inflexão na estrutura política brasileira quando um novo bloco de dirigentes assumiu o poder e trazia, pretensamente, uma nova racionalidade para organizar a economia nacional. Esta nova racionalidade se caracteriza, entre outras ações, pela desestatização, estabilização, reforma fiscal e tributária e a desregulamentação das relações de trabalho ainda em curso e, principalmente, pela liberalização comercial do Brasil com os parceiros internacionais.

3.5 Coleta e Análise de Dados

O método escolhido para a elaboração deste estudo é baseado na exploração do tema na teoria através da bibliografia e publicações. Foram coletadas também opiniões através de entrevistas com pessoas ligadas ao setor.

Foram utilizados, neste trabalho, dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através de entrevistas. Em relação aos dados secundários, as fontes de consulta foram livros, periódicos de administração e economia rural, relatórios de instituições ligadas à atividade agrícola, documentos do governo do Paraná cedidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e, finalmente, notícias obtidas em jornais e revistas especializadas de circulação local e nacional.

Os instrumentos utilizados no capítulo “Análise da Comunidade Rural” (estudo de caso) foram registros documentais, tais como atas de reuniões da Associação, do grupo de jovens, e registros escolares, além de entrevistas com líderes da comunidade.

A entrevista semi-estruturada é uma forma de investigar os processos de mudança social, pois com este método, o informante segue espontaneamente sua linha de pensamento e relata suas experiências e percepções sobre os fatos, dentro do foco principal colocado pelo investigador (TRIVIÑOS, 1987).

A análise dos dados levantados foi feita através da confrontação das informações. Para tanto, foi empregado o método descritivo/exploratório e, segundo Triviños(1987), seu propósito é explorar um tema atual a fim de levantar problemas e hipóteses para futuros estudos; e descritivo, pois descreve, com o máximo de clareza possível, os fatos acerca do tema em estudo, sem, no entanto, incorrer em generalizações infundadas.

4 APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução da margem de rentabilidade dos produtores rurais paranaenses a partir do ano de 1994. Foram selecionados intencionalmente alguns produtos (soja, milho, trigo e feijão), por características já mencionadas no capítulo de metodologia.

Para a consecução do objetivo, utilizaram-se dados do DERAL (Departamento de Economia Rural) que é um órgão da Secretaria Estadual de Agricultura do Paraná e da OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná).

Para melhor compreensão do estudo, fazem-se necessários alguns esclarecimentos:

- a) Os dados utilizados nesta pesquisa para o período de janeiro de 1994 a dezembro de 1995 e de abril de 1997 a dezembro de 2000, são do DERAL. Os dados referentes ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1996 são da OCEPAR. No período de janeiro a março de 1997, nenhum destes órgãos publicou as informações referentes à estimativa de custos de produção, segundo eles, por dois motivos: No DERAL pela descontinuidade dos trabalhos, característica de um órgão público e pelo rodízio de pessoal responsável pela publicação. Na OCEPAR, por considerarem inexpressiva a alteração, tornando-se desnecessária a publicação mensal;
- b) A metodologia utilizada por ambos os órgãos é similar, já que os itens componentes de custo analisados são os mesmos e o resultado da pesquisa apresenta pequena variação do custo; o preço recebido pelo produtor na maioria das publicações é igual em ambas as organizações;
- c) Durante a década de 90, percebe-se um grande acréscimo na produtividade de todos os produtos estudados, fato este devido ao aprimoramento das técnicas produtivas, entre elas o plantio direto¹⁰;
- d) A grande difusão do plantio direto gera, a partir de 1997, um duplo estudo de custos dos produtos, sendo que os menores custos das lavouras de plantio direto devem-se principalmente à diluição dos custos fixos, que não se alteram muito, em um volume de produção maior;

¹⁰ Trata-se de uma técnica de produção na qual se dispensa a tradicional preparação da lavoura, como a aração da terra. Mantém-se a cobertura da palha de culturas anteriores como forma de melhorar a adubação natural da terra e ainda ajuda a manter a umidade da terra, já que evita a exposição direta da terra ao sol.

- e) Os valores utilizados nesta pesquisa, tanto dos custos quanto do preço recebido pelo produtor, representam uma média dos preços pesquisados em todo o estado através das regionais distribuídas. Essa pesquisa é feita junto às empresas distribuidoras de insumos e sementes e compradoras da produção e não são feitas necessariamente na mesma data dentro do mês, já que cada regional tem cronograma próprio de atividades;
- f) No período janeiro a junho de 1994, as publicações eram feitas algumas em cruzeiro, outras em dólar e outras ainda convertidas pela URV (Unidade Real de Valor) em reais. Neste período, considerando que a inflação média era de 40% ao mês, os valores podem não representar fielmente a realidade, já que nas conversões feitas para o real e para o dólar utilizou-se sempre a última cotação do mês. E ainda, as datas da pesquisa das regionais do DERAL não eram feitas na mesma data ao longo do mês, portanto, a média feita nestas circunstâncias não representará fidelidade dos dados.

Neste capítulo, são apresentadas as informações obtidas junto às publicações do DERAL e da OCEPAR. O objetivo principal desta etapa do trabalho é selecionar, agrupar e dispor os dados de modo a facilitar a interpretação e compreensão das informações.

Historicamente a agricultura brasileira desempenhou um importante papel para o desenvolvimento econômico e social da nação. Foi assim, também, no processo de industrialização brasileira (iniciado na década de 30), período no qual contribuiu, sobremaneira, em pelo menos cinco aspectos: liberação de mão-de-obra, fornecimento de alimentos e matérias-primas, contribuição como mercado consumidor, geração de divisas e transferência de capital. O desenvolvimento do setor industrial ficaria impossibilitado não fosse essa importante contribuição da agricultura, e esse fato se justifica com a curva¹¹ ou fronteira das possibilidades de produção.

Apesar de toda contribuição que prestou e continua prestando, o setor agrícola é pouco valorizado e continua a ser tratado como coadjuvante no cenário político e econômico nacional. Principalmente a partir do final da década de 80, quando se desmontou toda uma estrutura de apoio à agricultura tais como, acesso ao crédito, subsídios, Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), entre outras.

¹¹ Trata-se, segundo Rosseti (1997), de um limite máximo de produção alcançado por uma economia, mesmo em pleno emprego de todos os fatores de produção. Quando se faz a opção por um setor, sacrifica-se outro devido à transferência de recursos.

A década de 90 caracterizou-se, no Brasil, como um período de grandes transformações estruturais na economia onde a preocupação central de todos os governos, segundo Gremaud, Vasconcellos, Toneto Jr (1999), foi o combate à inflação. Neste intento, três frentes de ações foram tomadas: a estabilização, a desestatização, e a abertura comercial. Esse processo de transformação, intensificou-se ainda mais após 1994, com a criação do Plano Real.

A estabilização da moeda e o combate à inflação foram, basicamente, a plataforma de atuação do governo, da esfera federal de administração, no período pós 94. Para atingir tais objetivos, foram utilizados alguns instrumentos de políticas públicas: a política cambial, adotada até 1999, de muita inflexibilidade. A manutenção do valor da moeda nacional, o real, constitui-se no que os economistas chamam de âncora cambial; a política monetária, baseada no controle dos meios de pagamento, através da taxa de juros ou através do volume de moeda posta em circulação, procura restringir a expansão da base monetária, no que se constitui a âncora monetária. Em outra frente, no combate aos preços, adotou-se uma política de comercialização liberal, através da abertura comercial com os parceiros internacionais e atuou-se sobre os preços pela concorrência de produtos importados, especialmente os produtos componentes da cesta básica, pois têm grande peso nos índices que medem a inflação.

Explicita-se na política de abertura comercial, portanto, a sua influência sobre os níveis de preços dos produtos de origem agrícola, já que são os principais componentes da cesta básica. Esta contenção dos índices de inflação, via manutenção dos preços agrícolas, é conhecida como a âncora agrícola.

A desestatização constitui-se num credo para a atual equipe de governo. A diminuição do tamanho do Estado e da máquina administrativa, juntamente com a menor interferência deste no mercado é fundamental, segundo esta teoria, para o crescimento econômico e a consecução de seus objetivos.

A abertura comercial, progressiva desde os início da década de 90, foi marcada pela redução qualitativa das tarifas de importação, “de uma média de 40% para menos de 20% em quatro anos” (GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JR, 1999, p. 286).

O objetivo maior da liberalização das importações é conter os níveis de preços internos. Este objetivo foi atingido, porém, o impacto sobre a balança de pagamentos foi catastrófico, com resultados deficitários desde 1995.

No ímpeto de controlar internamente os preços, o processo de abertura comercial facilitou em muito as importações (ver tabela 4.1), enquanto as exportações não evoluíram no mesmo ritmo, até porque os produtos nacionais industrializados não estão em condições competitivas favoráveis.

Tabela 4.1 - Importações e Exportações, período 94 – 97 (em bilhões de dólares).

Ano	94	96	97	Variação % 94-97
Exportações	43,5	47,7	52,9	+21.61%
Importações	33,1	53,3	61,3	+85.20%

Fonte: MENDES, 1998

Essa expansão desproporcional entre as importações e as exportações brasileiras foi provocada pela sobrevalorização artificial do real frente ao dólar. “Esse aumento das importações contribuiu muito para assegurar a estabilidade dos preços internos, através de uma maior competição externa. Em outras palavras, foi o que os economistas chamam de uma das âncoras do Plano Real” (MENDES, 1998, p. 104).

O processo de abertura econômica e a adoção de políticas neoliberais desestruturaram o aparelho do Estado e o incapacitam de promover adequadamente políticas sociais necessárias à compensação dos efeitos perversos dessas transformações sobre a parcela mais pobre da população brasileira. Nesta parcela está inclusa a população rural que, segundo o IBGE, tem rendimentos médios menores em relação aos trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo as áreas rurais apresentam uma nova dinâmica na qual atividades não agrícolas passam a desempenhar um importante papel, já que diversas funções de responsabilidade do Estado foram delegadas à iniciativa privada. As premissas da economia de mercado manifestam-se de maneira mais intensa nesta nova relação de produção e comercialização. Uma das conseqüências deste processo foi a imobilização da classe dos produtores rurais, pois:

Constata-se, por um lado, a presença de oligopólios na venda dos insumos necessários para as atividades agrícolas, e de outro, de oligopsônios na aquisição dos produtos deste setor. Os preços dos produtos, via de regra, tendem a aumentar menos que os preços dos insumos” (MENDES, 1998, P. 329).

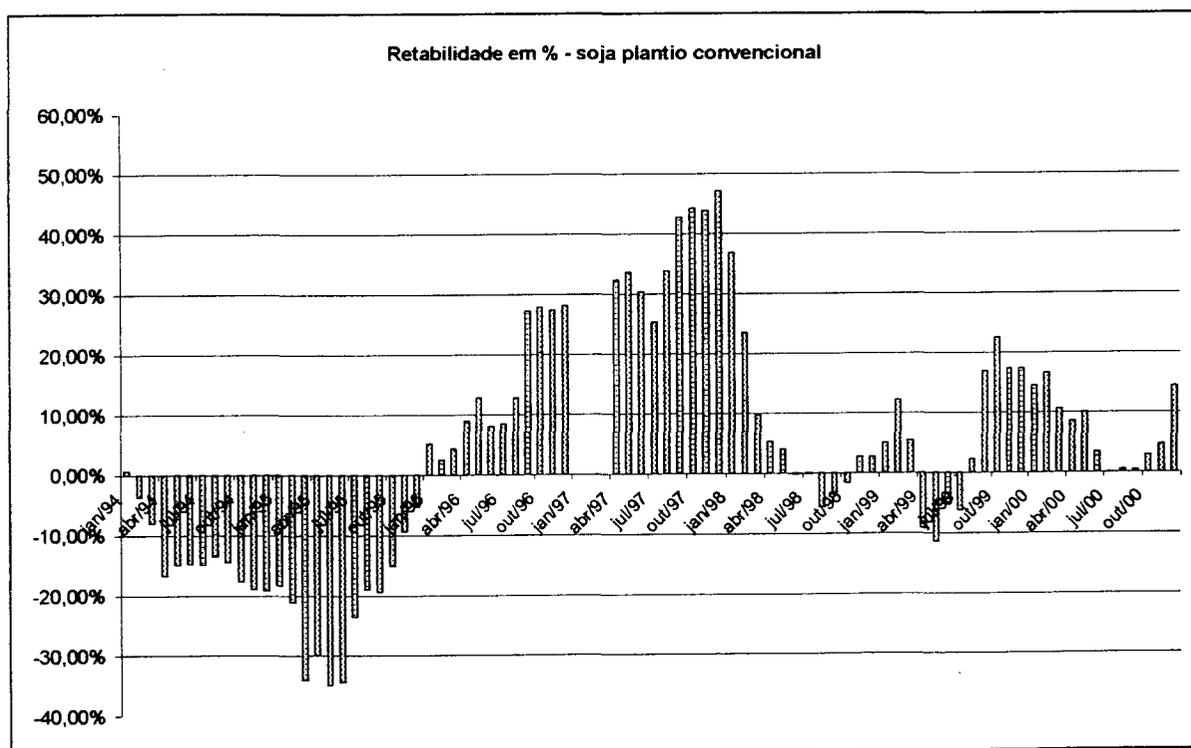
Frente a este novo cenário, percebe-se uma nítida queda na renda dos produtores rurais, que já não vinham de um período recente favorável e, segundo Graziano da Silva (1998), a queda da renda das atividades agropecuárias tradicionais diminuiu em torno de 40%

Tabela 4. 2– Soja plantio convencional

Período	Custo Unitário (1)	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
conclusão							
2000							
Janeiro	15,62	8,67	17,33	17,87	9,91	19,82	14,40%
Fevereiro	15,53	8,78	17,20	18,10	10,23	20,04	16,55%
Março	15,67	8,97	17,36	17,32	9,91	19,19	10,53%
Abril	15,79	8,74	17,50	17,14	9,49	18,99	8,55%
Mai	15,87	8,69	17,47	17,45	9,55	19,21	9,96%
Junho	16,06	8,92	17,42	16,60	9,22	18,01	3,36%
Julho	15,86	8,94	16,74	15,85	8,93	16,73	-0,06%
Agosto	15,63	8,57	16,08	15,69	8,60	16,15	0,38%
Setembro	16,30	8,84	16,59	16,35	8,87	16,64	0,31%
Outubro	16,45	8,57	16,65	16,90	8,81	17,11	2,74%
Novembro	16,55	8,45	16,69	17,32	8,84	17,47	4,65%
Dezembro	16,63	8,50	16,63	19,00	9,72	19,00	14,25%
Média 00							7,13%

(1) Os valores referem-se ao preço da saca de 60 kg.

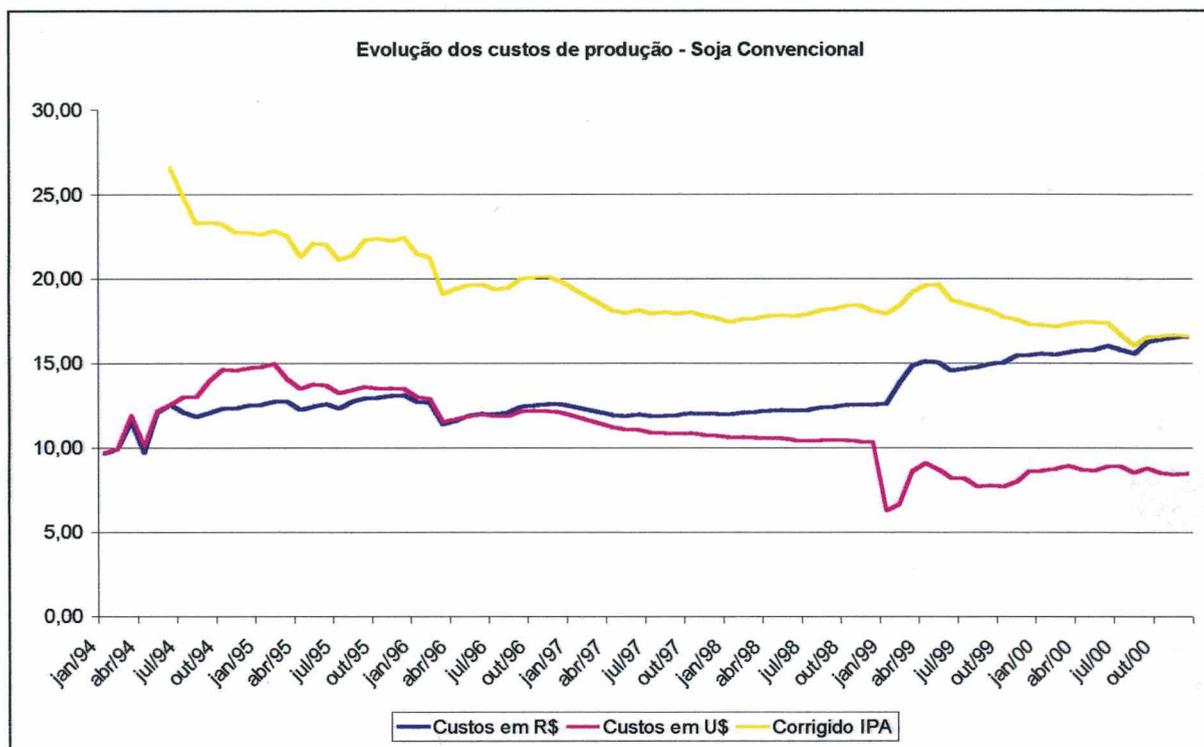
Gráfico 4. 1 - Margem de rentabilidade do soja



Nesse processo de recuperação da rentabilidade, conforme Gráfico 4.1, que no restante do período (96-2000) se manteve com margens positivas, outros fatores influenciaram: a estagnação dos custos de produção, conforme Gráfico 4.2, e a melhora dos preços. Os custos de produção do soja, no período junho de 94 a fevereiro de 99, subiram de R\$ 12,58 para R\$

13,89 com variação de 10,41%, enquanto os preços recebidos pelos produtores, no mesmo período, subiram de R\$ 10,73 para R\$15,58, ou seja, tiveram um aumento de 45,20%.

Gráfico 4. 2 - Custos de produção do soja



No período 1999-2000, as margens de rentabilidade do produto se mantêm positivas, exceto no período de abril a julho de 1999, em função da disparada do dólar, como consequência da crise financeira mundial. Neste período, apesar do preço da *commodity* estar em baixa no mercado mundial, as margens se mantêm positivas. O preço de comercialização no Paraná se manteve numa média de U\$ 8,88, conforme Gráfico 4.3, enquanto o preço internacional, em condições normais, deveria se situar na faixa de U\$ 10,00, segundo especialistas.

A expansão do setor soja se deu num período de rápido crescimento da demanda doméstica e mundial por derivados dessa leguminosa. O otimismo dos produtores retrata-se no aumento da área colhida. No Paraná, conforme Tabela 4.3, percebe-se um aumento gradativo de 36% da área cultivada, desde a safra 1993/1994 até 1999/2000, e atualmente é o segundo maior produtor nacional, com 22% do total do volume produzido. No plano nacional, o incentivo ao produto fica evidenciado no aumento da produção que passou de 24 para 34

milhões de toneladas no mesmo período, o que representa um incremento de 41,67% no volume de produção.

Gráfico 4. 3 - Preços recebidos pelo soja

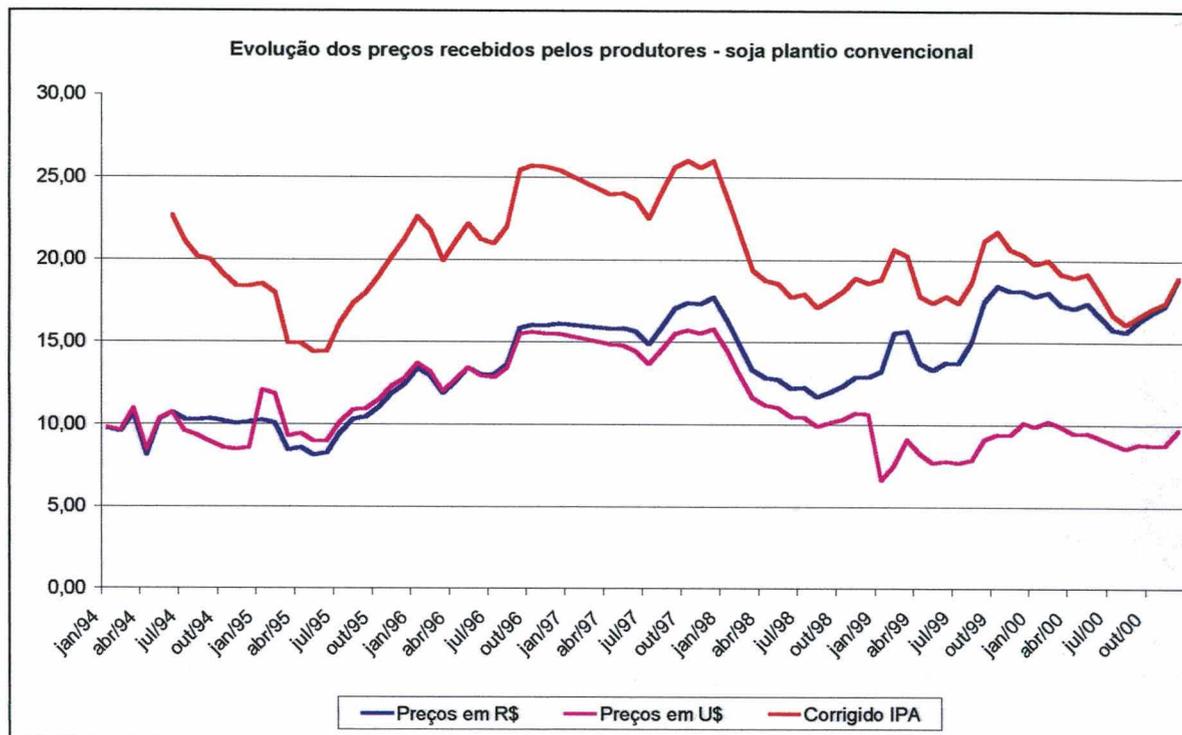


Tabela 4. 3 - Área em ha de plantio de soja no Paraná

	Safrá						
	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Área (ha) Colhida	2.100.059	2.132.529	2.329.431	2.493.300	2.829.344	2.778.454	2.853.024

Fonte: DERAL

O produto soja, baseado nas perspectivas de consumo e nas margens de rentabilidade, evidencia-se como uma das mais atraentes alternativas de investimento para os produtores rurais.

A política exportadora do atual governo, que visa à geração de divisas para o controle da balança de pagamentos, é um forte incentivo ao cultivo da soja, haja vista, ser ele o principal complexo agropecuário de exportação e ter uma participação no total de receitas cambiais de aproximadamente 10%, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).

Devido a esta importância do setor soja na participação das exportações brasileiras:

nenhuma outra política pode ter um impacto potencial maior sobre o setor da soja brasileira do que o preço da moeda no país. A taxa do câmbio é o preço mais importante no Brasil e é vital para alcançar, manter ou perder a posição competitiva no mercado internacional. (WARNKEN, 2000, P. 64)

Este autor reafirma a importância da política de subvalorização artificial do real frente ao dólar como forma de promover os setores exportadores, como o soja, que aliás, tem sido a opção desde o início da história brasileira. Desta forma, constata-se novamente um incentivo à cultura de produtos com características exportadoras, de monoculturas e da grande produção.

4.2 O Trigo

O Trigo é o cereal normalmente mais utilizado para a alimentação humana e representa aproximadamente 32% da produção mundial de grãos. A produção brasileira representa algo em torno de 0,5% das quase 600 milhões de toneladas produzidas. O Paraná, responde em média por 50% da produção nacional.

Atualmente, aproximadamente 75% das 10 milhões de toneladas de trigo consumidas no País, provém do mercado internacional. A Argentina é nosso maior fornecedor, com algo em torno de 95% das importações provenientes daquele país. O Brasil é o principal país importador do produto.

A importância estratégica do abastecimento interno de trigo refere-se ao abastecimento de um dos principais itens componentes da alimentação brasileira. Além disso, mantendo a produção interna, garante-se a sobrevivência do setor, fortalece-se a economia interna e não ocorrem os dispêndios com importações.

No Brasil, a cultura é de alto risco pelas interpéries naturais, tais como geadas e chuvas na época da safra, e pela desvantagem produtiva em relação aos tradicionais países produtores. Porém, a produtividade, que até a década de 80 se situava em torno de 1000 kg por hectare, já está acima dos 2.500kg na região produtora do Paraná e, conforme perspectivas de técnicos da EMBRAPA, que são, em grande parte, responsáveis por esta melhoria, como resultado das suas pesquisas, pode-se, em breve, chegar aos 3000 kg.

Não bastassem os riscos geoclimáticos, o produtor enfrenta, ainda, dificuldades de outra ordem, quais sejam: dificuldade de obtenção de crédito para a cultura ou restrições ao

seguro, seja pelos dificultosos caminhos burocráticos do PROAGRO¹², seja pelos exorbitantes 10% cobrados pelas companhias particulares.

No Brasil, apesar dos riscos, o potencial produtivo é muito alto. Prova disso é a safra de 1987, em que a produção nacional foi de 6,1 milhões de toneladas, quando chegamos à quase auto-suficiência. Contudo, a opção brasileira não é pela produção. Esta conclusão fica evidente na publicação do prognóstico do trigo para safra 2000/2001, da própria Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, nas palavras de Hubner (2000, p. 8):

A partir de 1987 a cultura passou a sofrer desestímulo político governamental em favor do produto importado, verificando-se, nos anos seguintes, o declínio constante da produção. No momento das decisões políticas, comumente, não prevalece a decisão técnica, mas sim, diante dos interesses setoriais, as políticas econômicas tendem a privilegiar aqueles que possuem maior força de mobilização ou que reivindicam com mais pressão. O setor agrícola tem primado pela timidez, muitas vezes nem ao menos elegendo com expressividade políticos que representem o campo, não mostrando força de mobilização. O trigo tem sido usado como moeda de troca, principalmente no MERCOSUL, para que o setor terciário consiga expandir suas vendas.

Esse desestímulo se reflete na área cultivada, conforme tabela 4.4.

Tabela 4. 4 - Área de cultivo de trigo (em 1000 ha)

Ano	1987	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Paraná	1.717,5	630,3	636,5	1.085,4	944,0	960,0	757,8	418,5
Brasil	3.454,8	1.348,0	993,9	1.820,1	1.505,7	1.422,8	1.253,0	1.065,2

Fonte: SEAB/DERAL

Ainda na análise de Hubner (2000 p.13), “a baixa inflação tem sido mantida às custas do aviltamento dos produtos agrícolas” e ao aumento das importações, desde a implantação do Plano Real, beneficiadas pela sobrevalorização artificial da moeda nacional. Frente a esse quadro, entende-se por que o Brasil tornou-se o maior importador de alimentos do mundo, entre eles os mais básicos: trigo e arroz.

Essa afirmação de Hubner, reflete a importância da âncora agrícola no cenário econômico nacional para a consecução do objetivo, posto como maior pela equipe de governo, o combate à inflação.

¹² O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) é um programa oficial de seguro agrícola, com objetivo de diminuir os riscos culturais aos quais estão sujeitas as atividades agropecuárias.

Quanto às garantias oferecidas pelo governo federal, através da PGPM, percebe-se também uma nitida deterioração. Em 1996 o Preço Mínimo foi fixado em R\$ 157,00 a tonelada, o que equivalia a aproximadamente US\$ 160,00. Para a safra 2000, o Preço Mínimo foi fixado em R\$ 205,00, o que corresponde a cerca de US\$ 115,00. Vê-se que de forma gradativa, o governo federal vem reduzindo o preço mínimo, deixando ao mercado a tarefa de motivar a produção.

A consequência deste processo gradativo de liberalização se explicita nas margens de renda dos produtores rurais, detalhadas na Tabela 4.5.

Tabela 4.5 – Trigo plantio convencional

Período	Custo (1) Unitário	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
continua							
1994							
Janeiro	11,46	11,51		5,84	5,86		-49,07%
Fevereiro	11,72	11,73		5,77	5,78		-50,75%
Março	12,71	13,09		6,42	6,61		-49,50%
Abril	10,69	11,09		5,28	5,48		-50,64%
Maio	13,69	13,73		6,62	6,64		-51,64%
Junho	14,06	14,06	29,73	6,71	6,71	14,19	-52,28%
Julho	13,69	14,69	28,06	6,62	6,17	13,57	-51,64%
Agosto	13,47	14,82	26,48	6,70	6,09	13,17	-50,26%
Setembro	13,56	15,66	26,18	6,84	5,92	13,21	-49,56%
Outubro	13,83	16,39	26,00	6,83	5,76	12,84	-50,61%
Novembro	14,01	16,52	25,78	7,74	6,56	14,24	-44,75%
Dezembro	14,09	16,56	25,60	8,10	6,89	14,72	-42,51%
Média 94							-49,43%
1995							
Janeiro	14,03	16,51	25,28	8,36	9,84	15,06	-40,41%
Fevereiro	14,08	16,57	25,22	8,20	9,65	14,69	-41,76%
Março	14,18	15,69	25,13	8,06	8,92	14,28	-43,16%
Abril	15,81	17,43	27,47	8,02	8,84	13,93	-49,27%
Maio	15,86	17,54	28,13	7,90	8,74	14,01	-50,19%
Junho	15,98	17,37	27,91	8,22	8,93	14,36	-48,56%
Julho	16,13	17,27	27,55	8,29	8,88	14,16	-48,61%
Agosto	16,30	17,18	27,37	8,61	9,07	14,46	-47,18%
Setembro	16,58	17,42	28,53	9,37	9,84	16,12	-43,49%
Outubro	16,64	17,32	28,67	10,07	10,48	17,35	-39,48%
Novembro	16,80	17,40	28,52	10,88	11,27	18,47	-35,24%
Dezembro	16,80	17,29	28,70	10,67	10,98	18,23	-36,49%
Média 95							-43,65%
1996							
Janeiro	13,79	14,11	23,25	10,69	10,93	18,02	-22,48%
Fevereiro	13,82	14,06	23,19	11,16	11,35	18,73	-19,25%
Março	14,13	14,31	23,73	11,87	12,02	19,93	-15,99%
Abril	14,49	14,61	24,23	12,97	13,08	21,69	-10,49%
Maio	15,27	15,26	25,20	14,30	14,29	23,60	-6,35%
Junho	15,04	14,98	24,59	14,74	14,69	24,10	-1,99%
Julho	15,11	14,95	24,37	14,67	14,52	23,66	-2,91%
Agosto	15,39	15,15	24,83	12,07	11,88	19,48	-21,57%

continuação

Período	Custo (1) Unitário	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
Setembro	15,55	15,23	24,99	10,64	10,42	17,10	-31,58%
Outubro	15,36	14,96	24,63	8,59	8,37	13,77	-44,08%
Novembro	15,61	15,12	24,97	8,44	8,18	13,50	-45,93%
Dezembro	15,77	15,18	24,92	8,26	7,95	13,05	-47,62%
Média 96							-22,52%
1997							
Abril	14,76	13,89	22,39	9,57	9,00	14,51	-35,16%
Mai	14,51	13,55	21,98	10,68	9,97	16,17	-26,40%
Junho	14,49	13,39	21,89	10,32	9,54	15,59	-28,78%
Julho	14,49	13,31	21,91	9,76	8,96	14,76	-32,64%
Agosto	14,52	13,26	21,99	9,41	8,59	14,25	-35,19%
Setembro	14,58	13,24	21,88	9,25	8,40	13,88	-36,56%
Outubro	14,60	13,19	21,82	9,39	8,49	14,03	-35,68%
Novembro	14,66	13,15	21,67	9,40	8,43	13,90	-35,88%
Dezembro	14,69	13,10	21,53	9,05	8,07	13,27	-38,39%
Média 97							-33,85%
1998							
Janeiro	14,63	12,97	21,29	8,88	7,87	12,92	-39,30%
Fevereiro	14,73	12,97	21,46	8,87	7,81	12,92	-39,78%
Março	14,74	12,90	21,45	9,05	7,92	13,17	-38,60%
Abril	14,79	12,86	21,58	9,16	7,97	13,37	-38,07%
Mai	14,79	12,78	21,55	9,29	8,03	13,54	-37,19%
Junho	15,09	12,95	21,96	9,41	8,08	13,69	-37,64%
Julho	14,90	12,71	21,81	9,41	8,03	13,78	-36,85%
Agosto	15,09	12,78	22,10	9,28	7,86	13,59	-38,50%
Setembro	15,19	12,79	22,23	9,10	7,66	13,32	-40,09%
Outubro	15,32	12,82	22,47	9,02	7,55	13,23	-41,12%
Novembro	15,10	12,56	22,19	8,83	7,34	12,97	-41,52%
Dezembro	15,14	12,51	21,87	8,85	7,31	12,78	-41,55%
Média 98							-39,18%
1998							
Janeiro	15,05	7,53	21,40	9,11	4,56	12,95	-39,47%
Fevereiro	16,67	8,07	22,15	10,12	4,90	13,45	-39,29%
Março	18,24	10,59	23,57	11,32	6,57	14,63	-37,94%
Abril	18,61	11,21	24,13	12,14	7,31	15,74	-34,77%
Mai	14,54	8,43	19,01	12,34	7,16	16,13	-15,13%
Junho	18,09	10,22	23,33	12,38	7,00	15,97	-31,56%
Julho	18,31	10,23	23,15	12,47	6,97	15,76	-31,90%
Agosto	18,59	9,70	23,01	12,34	6,44	15,27	-33,62%
Setembro	18,73	9,74	22,66	12,97	6,75	15,69	-30,75%
Outubro	18,86	9,66	22,24	11,87	6,08	14,00	-37,06%
Novembro	19,35	10,06	22,03	11,83	6,15	13,47	-38,86%
Dezembro	19,35	10,82	21,68	11,83	6,61	13,26	-38,86%
Média 99							-34,10%
2000							
Janeiro	19,23	10,67	21,33	11,54	6,40	12,80	-39,99%
Fevereiro	19,42	10,98	21,51	12,05	6,81	13,34	-37,95%
Março	19,45	11,13	21,55	12,29	7,03	13,62	-36,81%
Abril	19,62	10,86	21,74	12,65	7,00	14,02	-35,52%
Mai	19,58	10,72	21,55	13,21	7,23	14,54	-32,53%
Junho	19,85	11,03	21,54	13,95	7,75	15,13	-29,72%
Julho	19,75	11,13	20,84	14,24	8,02	15,03	-27,90%
Agosto	22,20	12,18	22,85	14,54	7,97	14,96	-34,50%
Setembro	20,73	11,24	21,10	14,69	7,97	14,95	-29,14%
Outubro	20,97	10,93	21,23	13,84	7,21	14,01	-34,00%

conclusão

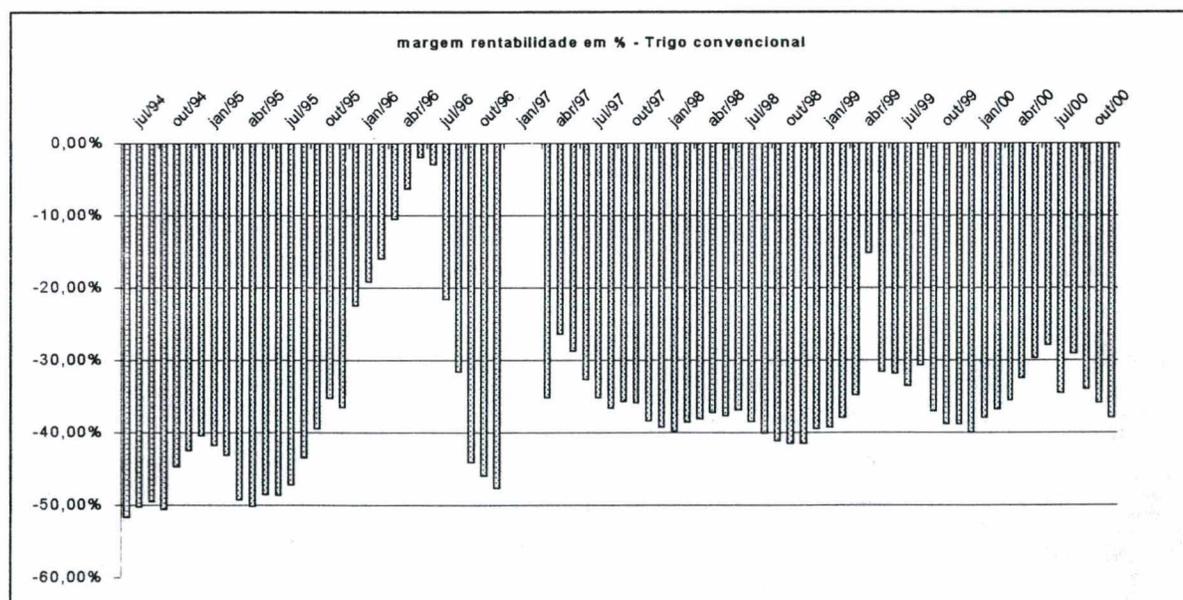
Período	Custo (1) Unitário	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
Novembro	20,87	10,65	21,05	13,39	6,83	13,50	-35,84%
Dezembro	21,22	10,85	21,22	13,18	6,74	13,18	-37,89%
Média 00							-34,32%

(1) Os valores referem-se ao preço da saca de 60 kg.

A cultura de trigo tem se mostrado financeiramente inviável, haja vista as constantes margens negativas auferidas pelo setor, conforme Gráfico 4.4 que, apesar da diminuição nos custos de produção no período, conforme Gráfico 4.6, não reagiram.

Aos produtores que optaram pela cultura durante todo o período 1994 - 2000, com certeza não o foi pela perspectiva de lucro, mas sim, guiados por valores não econômicos. O trigo traz consigo uma carga muito forte de valores culturais por se tratar do alimento mais consumido no mundo e os agricultores têm a consciência da sua importância enquanto produtores de alimentos e da sua missão enquanto humanos.

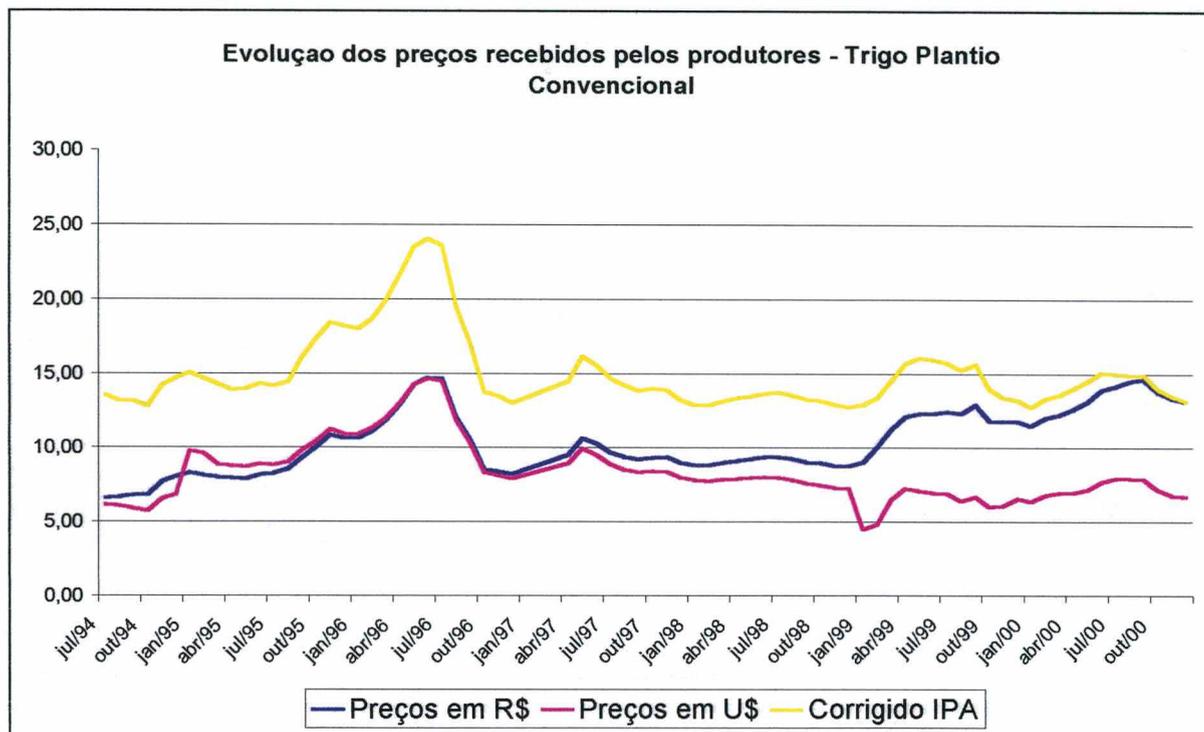
Gráfico 4. 4 - Margem de rentabilidade do trigo



Os preços recebidos pelos produtores têm seguido a mesma tendência dos custos, ou seja, de queda. No ano de 1999, a média dos preços recebidos foi de US\$ 6,38 (ver Gráfico 4.5). Neste mesmo ano, segundo a CONAB, foram importadas 6.569.326 toneladas de trigo

em grão, a um custo de US\$ 790.666.000,00 FOB¹³, o que representa um custo por saca de US\$ 7,22.

Gráfico 4.5 - Preços recebidos pelo trigo



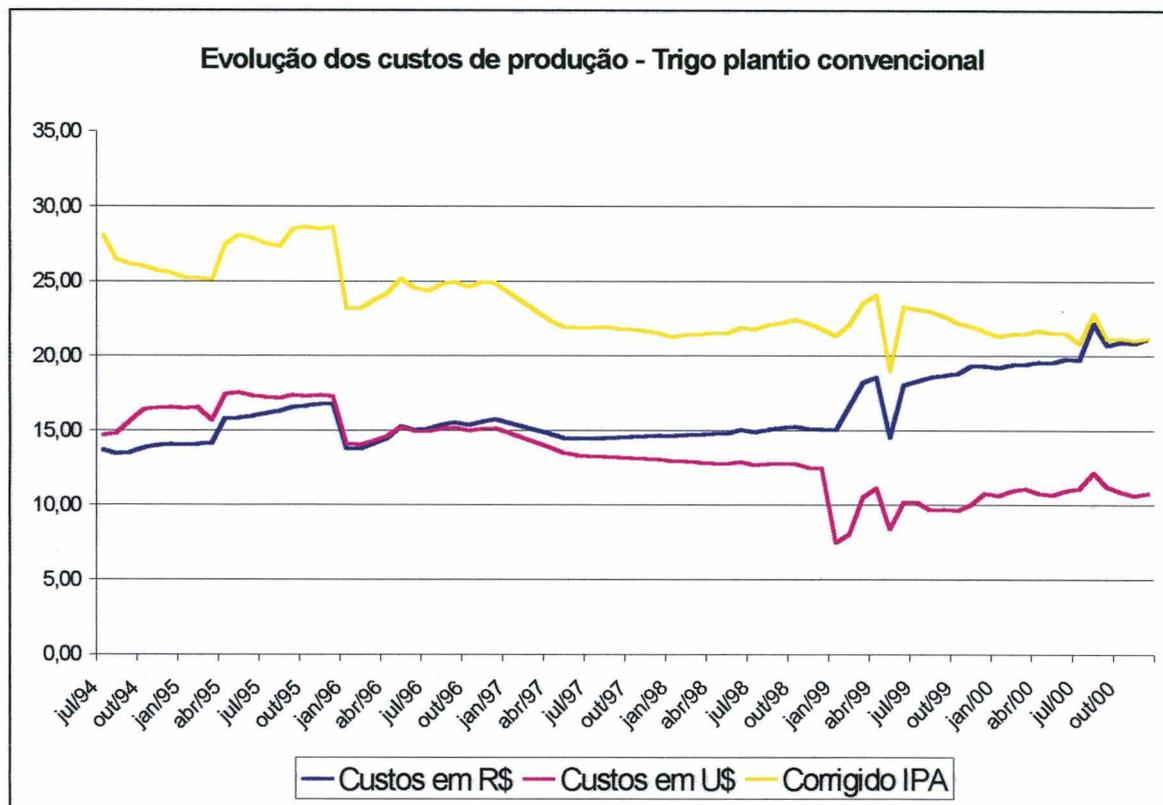
Analisando esses números, florescem alguns questionamentos: que espécie de política agrícola é essa, em que o nosso produtor não pode receber, no mínimo, o mesmo valor que se paga ao importar o produto? Será que não é um momento propício para se investir no desenvolvimento nacional? Com geração de empregos, de renda e de cidadania?

O cenário para as próximas safras é idêntico ao dos últimos anos. Desestimulados pelo resultado financeiro das últimas safras, sem, contudo, terem a opção de poder cultivar outras espécies no mesmo período (no inverno), os agricultores vêem-se em delicada situação, pois dispõem da estrutura produtiva (terras, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e tecnologia), a mesma utilizada para cultivar a safra de verão e que ficará paralisada, concentrando os custos fixos na cultura de verão. Há estudos da EMBRAPA, que indicam uma redução próxima de 15,0% no custo de produção do soja, quando feito em sucessão a outra cultura. Além disso, com o cultivo de inverno, aproveita-se melhor a estrutura de armazenagem disponível,

¹³ (FOB) Sigla proveniente da expressão inglesa "free on board", termo usado no comércio internacional referente aos custos de transporte e significa posto a bordo.

também contribuindo de forma importante para a redução dos custos ao longo do ano agrícola.

Gráfico 4. 6 - Custos de produção do trigo



Nesta conjuntura, ao produtor que optar por semear trigo, resta procurar reduzir os riscos e os gastos financeiros ao máximo, diminuindo o potencial produtivo e majorando os riscos culturais, distanciando-se, muitas vezes, da eficiência técnica e econômica, que é uma das maiores críticas à agricultura nacional.

Em resumo, os “heróis” que continuam a produzir o trigo, com certeza têm maior consciência da sua missão, do que aqueles que formulam, ou deveriam formular as políticas que regem o setor. A eles as congratulações, pela dignidade com que enfrentam as adversidades impostas pelos irresponsáveis dirigentes, responsáveis por este quadro de visível degradação e deturpação da ordem nacional.

							Conclusão
Período	Custo Unitário	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
1999							
Janeiro	31,34	15,68	44,56	48,44	24,23	68,87	54,56%
Fevereiro	32,16	15,58	42,73	37,89	18,35	50,34	17,82%
Março	32,63	18,95	42,16	35,72	20,74	46,16	9,47%
Abril	32,73	19,71	42,44	29,79	17,94	38,63	-8,98%
Maio	33,14	19,22	43,32	28,59	16,58	37,38	-13,73%
Junho	32,32	18,27	41,69	26,10	14,75	33,67	-19,25%
Julho	32,57	18,20	41,17	23,63	13,21	29,87	-27,45%
Agosto	32,93	17,19	40,75	25,13	13,12	31,10	-23,69%
Setembro	33,33	17,34	40,32	36,67	19,08	44,36	10,02%
Outubro	33,04	16,92	38,97	36,57	18,73	43,13	10,68%
Novembro	33,79	17,57	38,47	34,71	18,05	39,52	2,72%
Dezembro	33,79	18,89	37,87	34,71	19,40	38,90	2,72%
Média 99							1,24%
2000							
Janeiro	33,80	18,75	37,49	27,47	15,24	30,47	-18,73%
Fevereiro	33,81	19,12	37,44	22,12	12,51	24,50	-34,58%
Março	33,86	19,38	37,52	21,69	12,41	24,03	-35,94%
Abril	34,68	19,20	38,43	22,14	12,25	24,54	-36,16%
Maio	35,75	19,57	39,35	27,70	15,16	30,49	-22,52%
Junho	35,33	19,63	38,33	27,43	15,24	29,76	-22,36%
Julho	35,25	19,86	37,20	28,94	16,31	30,54	-17,90%
Agosto	35,65	19,55	36,69	33,99	18,64	34,98	-4,66%
Setembro	35,69	19,36	36,33	31,44	17,05	32,01	-11,91%
Outubro	35,83	18,68	36,27	30,73	16,02	31,11	-14,23%
Novembro	36,17	18,46	36,48	28,99	14,79	29,24	-19,85%
Dezembro	36,42	18,63	36,42	28,95	14,81	28,95	-20,51%
média 00							-21,61%

(1) Os valores referem-se à saca de 60 kg.

A instabilidade de mercado mencionada anteriormente, refere-se à variação de preços que o produto sofre num mesmo ano, como por exemplo, em 1999, quando variou em -105,0%: de um preço de R\$ 48,44 em janeiro a R\$ 23,63 em julho e R\$ 36,67 em setembro (ver Gráfico 4.7).

Estas constantes alterações nos preços recebidos pelos produtores ocasionam uma incerteza muito grande quanto à rentabilidade do produto (ver Gráfico 4.8)

Esta instabilidade traz muita dúvida na hora do plantio, já que se trata de uma cultura com três ciclos anuais e os preços, por exemplo, durante todo o primeiro semestre de 2000, foram menores que o Preço Mínimo de R\$ 28,00, estabelecido pelo Governo Federal, mesmo com as intervenções de compra governamentais.

Gráfico 4. 7 - Preços recebidos pelo Feijão

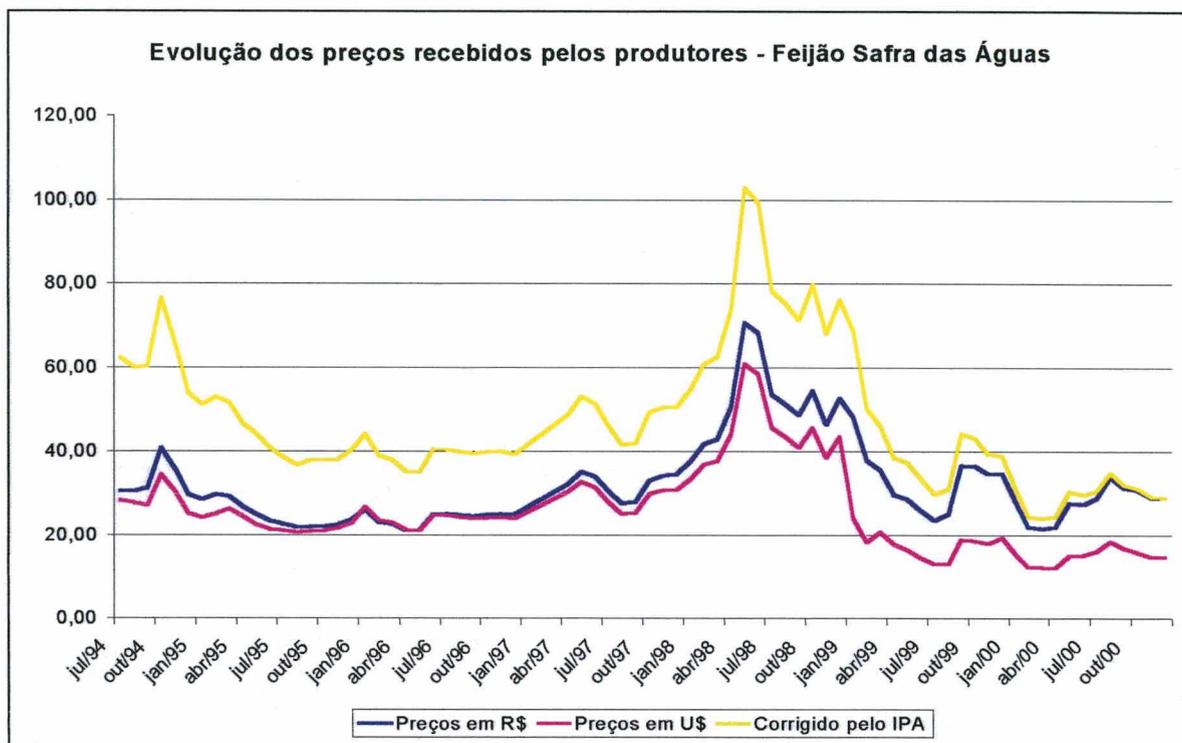
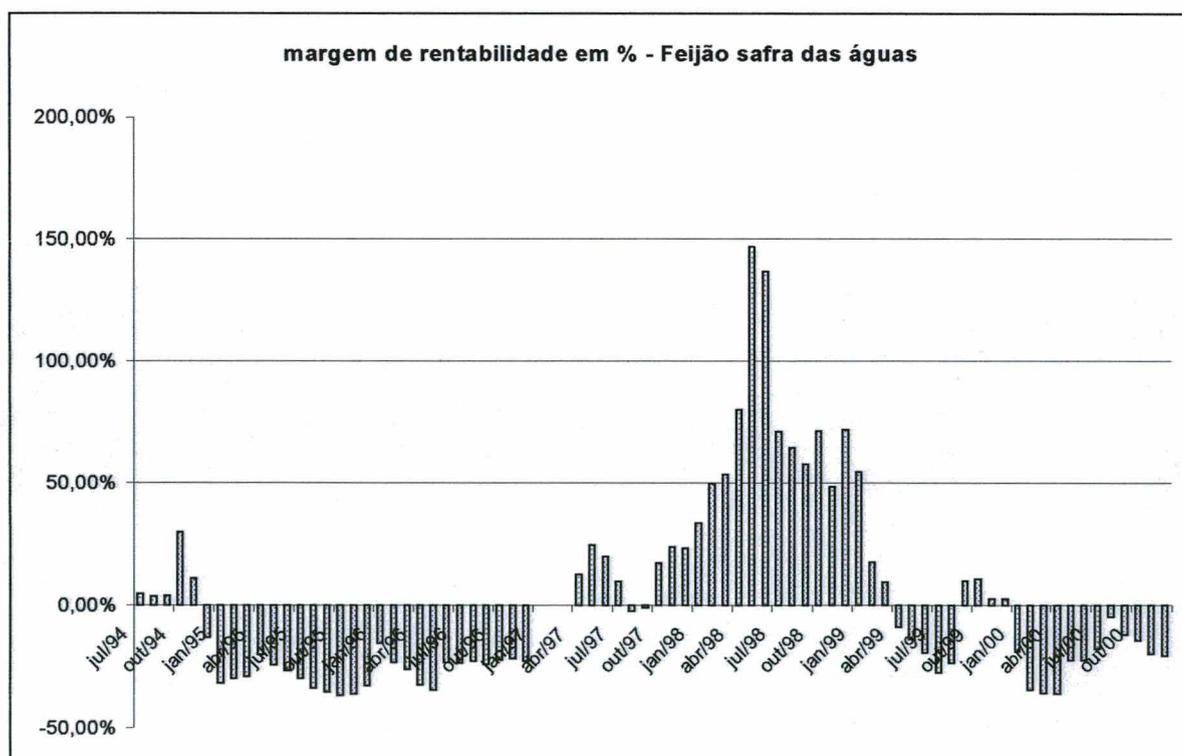


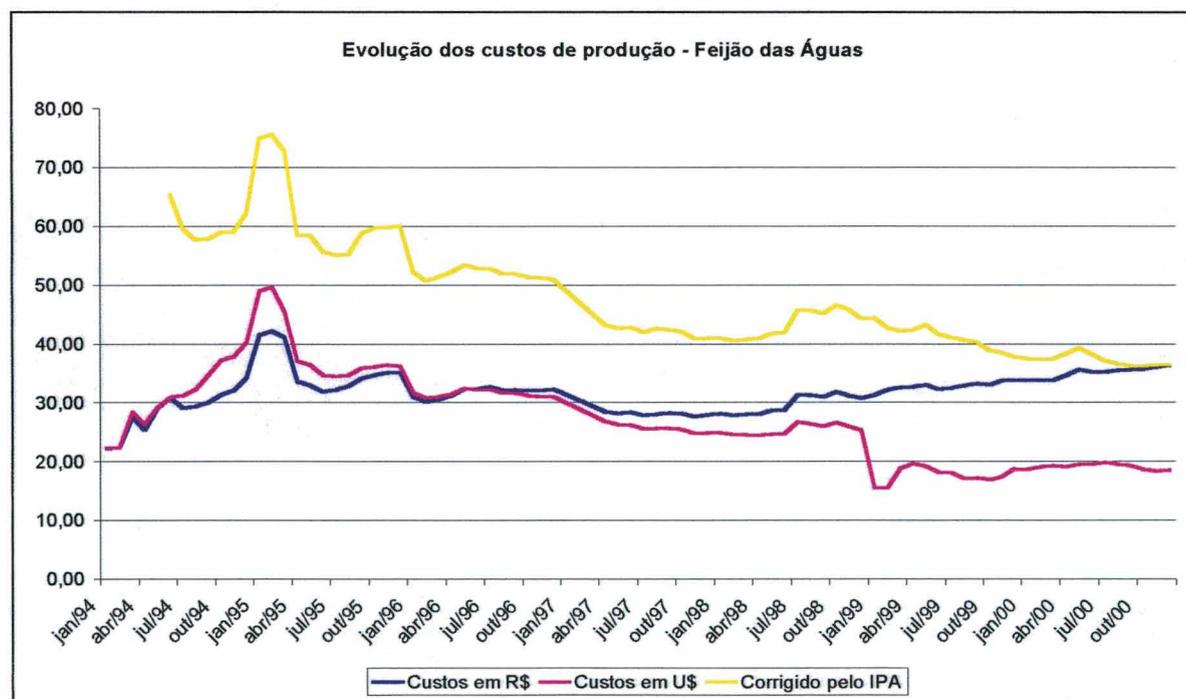
Gráfico 4. 8 - Margem de rentabilidade do Feijão



Os preços no ano de 1998 e início de 1999 foram totalmente atípicos, pois foi o único período em que a cultura operou com margens positivas de rentabilidade. Neste curto período de tempo em que a cultura apresentou grande rentabilidade, os preços chegaram a ter um aumento em dólar de mais de 100% em menos de 06 meses, o que se deve ao fato de a produção nacional ter ficado muito aquém do que o mercado consome. Isto não quer dizer em absoluto que o beneficiado desta alta de preços tenha sido o produtor, pois dificilmente ele consegue vender sua produção no momento da mais alta cotação, ainda mais por ter ocorrido nos meses de maio e junho de 1998, ou seja, no período de entressafra.

A razão para esta alta de preços na entressafra é facilmente explicada pela teoria econômica da oferta e da demanda que, aliás, por razões de ideologia política, rege o setor. Neste contexto, dificilmente o produtor consegue a melhor cotação na venda de seu produto, pois, para fazer o plantio, normalmente assume compromissos junto a instituições financeiras ou junto a empresas fornecedoras de insumos e sementes para o financiamento da lavoura. Portanto, o produtor se vê forçado a honrar seus compromissos logo após a safra. Além disso, trata-se da sua única ou principal fonte de renda, outro motivo pelo qual não pode esperar para a venda do produto.

Gráfico 4.9 - Custos de produção do Feijão



Outro fator importante que muito contribui para a oscilação de preços deste produto é a dificuldade de estocagem. Este é o motivo de o produtor ter que se desfazer do produto ainda fresco, para que tenha melhor qualidade. Esta também é a razão que leva a crer que os beneficiados pelos picos de preços sejam os grandes produtores ou os intermediários do fluxo da mercadoria, que contam com estrutura para a adequada armazenagem.

Frente aos fatos apresentados percebe-se que o feijão é um produto que não foge à regra, ou seja, por ser um produto tipicamente produzido para o mercado interno, vê-se em situação tão desfavorável quanto os outros com o mesmo destino.

4.4 O Milho

O milho é uma cultura que, conforme a Tabela 4.7, desde 1994, apresenta uma redução gradativa da área plantada na safra principal¹⁴, porém, no período da safrinha tem se mostrado uma alternativa menos dispendiosa em relação às culturas de inverno.

Tabela 4. 7 - Área de plantio de milho no Paraná (em ha).

ano	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Normal	2.163.557	2.110.940	1.852.911	1.809.643	1.457.562	1.529.914	1.840.560
safrinha	349.302	588.333	596.599	604.900	771.962	990.904	937.570

Fonte: DERAL

O aumento da área de produção de milho na safrinha se deu muito mais em função da inviabilidade das culturas de inverno, como o trigo ou cobertura verde, do que propriamente pelos resultados financeiros esperados. Acontece que deixar a terra sem cultura alguma, nesse período, implica redução da produtividade da safra principal.

A razão da diminuição da área cultivada deve-se às constantes margens negativas, o que pode ser comprovado observando-se a tabela 4.8, com informações sobre custos, preços de venda e margens de rentabilidade da cultura do milho.

¹⁴ Trata-se do período do ano agrícola mais favorável à cultura do produto pelas favoráveis condições geoclimáticas. Já a safrinha é feita em períodos não compreendidos pela safra principal, geralmente no período de inverno, como alternativa à produção de trigo.

Tabela 4. 8 – Milho

							continua
Período	Custo (1) Unitário	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
1994							
Janeiro	7,75	7,78		5,51	5,54		-28,81%
Fevereiro	7,92	7,93		4,59	4,60		-42,01%
Março	9,25	9,53		5,16	5,31		-44,28%
Abril	7,80	8,10		4,29	4,45		-45,06%
Maió	9,91	9,94		5,60	5,62		-43,49%
Junho	10,13	10,13	21,42	6,00	6,00	12,69	-40,77%
Julho	9,91	10,63	20,32	5,60	6,01	11,48	-43,49%
Agosto	9,80	10,78	19,26	5,62	6,18	11,05	-42,65%
Setembro	9,93	11,47	19,17	5,68	6,56	10,97	-42,80%
Outubro	10,05	11,91	18,89	5,93	7,03	11,15	-41,00%
Novembro	10,04	11,84	18,47	6,34	7,48	11,66	-36,85%
Dezembro	10,22	12,01	18,57	6,35	7,46	11,54	-37,87%
Média 94							-40,76%
1995							
Janeiro	10,22	12,02	18,41	6,22	7,32	11,21	-39,14%
Fevereiro	10,36	12,20	18,56	4,88	5,74	8,74	-52,90%
Março	10,32	11,42	18,29	4,39	4,86	7,78	-57,46%
Abril	9,35	10,31	16,24	4,89	5,39	8,50	-47,70%
Maió	9,55	10,56	16,94	5,17	5,72	9,17	-45,86%
Junho	9,57	10,40	16,71	5,17	5,62	9,03	-45,98%
Julho	9,63	10,31	16,45	5,52	5,91	9,43	-42,68%
Agosto	10,00	10,54	16,79	5,73	6,04	9,62	-42,70%
Setembro	10,10	10,61	17,38	5,53	5,81	9,52	-45,25%
Outubro	10,09	10,50	17,39	6,04	6,29	10,41	-40,14%
Novembro	10,16	10,52	17,25	6,40	6,63	10,87	-37,01%
Dezembro	10,12	10,42	17,29	6,40	6,59	10,93	-36,76%
Média 95							-44,46%
1996							
Janeiro	7,09	7,25	11,95	6,75	6,90	11,38	-4,80%
Fevereiro	6,99	7,11	11,73	6,23	6,34	10,46	-10,87%
Março	7,09	7,18	11,91	6,50	6,58	10,92	-8,32%
Abril	7,19	7,25	12,03	7,39	7,45	12,36	2,78%
Maió	7,39	7,39	12,20	8,25	8,25	13,62	11,64%
Junho	7,41	7,38	12,12	7,99	7,96	13,06	7,83%
Julho	7,39	7,31	11,92	7,91	7,83	12,76	7,04%
Agosto	7,46	7,34	12,04	8,05	7,92	12,99	7,91%
Setembro	7,62	7,47	12,25	8,12	7,96	13,05	6,56%
Outubro	7,57	7,37	12,14	7,96	7,75	12,76	5,15%
Novembro	7,62	7,38	12,19	7,40	7,17	11,83	-2,89%
Dezembro	7,63	7,35	12,06	6,63	6,38	10,48	-13,11%
Média 96							0,74%
1997							
Abril	8,60	8,09	13,04	6,11	5,75	9,27	-28,95%
Maió	8,62	8,05	13,05	6,31	5,89	9,56	-26,80%
Junho	8,64	7,98	13,05	6,16	5,69	9,31	-28,70%
Julho	8,60	7,90	13,01	6,12	5,62	9,26	-28,84%
Agosto	8,59	7,84	13,01	6,24	5,70	9,45	-27,36%
Setembro	8,60	7,81	12,91	6,44	5,85	9,66	-25,12%
Outubro	8,67	7,84	12,96	6,67	6,03	9,97	-23,07%
Novembro	8,60	7,71	12,71	6,73	6,04	9,95	-21,74%

							conclusão
Período	Custo (1) Unitário	Custo em Dólar	Custo pelo IPA	Preço Recebido	Preço em Dólar	Preço pelo IPA	Margem % Preço/Custo
Dezembro	8,63	7,69	12,65	6,78	6,04	9,94	-21,44%
Média 97							-25,78%
1998							
Janeiro	8,62	7,64	12,54	7,18	6,37	10,45	-16,71%
Fevereiro	8,65	7,62	12,60	7,13	6,28	10,39	-17,57%
Março	8,68	7,60	12,63	7,01	6,13	10,20	-19,24%
Abril	8,68	7,55	12,67	7,14	6,21	10,42	-17,74%
Maió	8,69	7,51	12,66	7,31	6,31	10,65	-15,88%
Junho	8,78	7,54	12,77	7,16	6,15	10,42	-18,45%
Julho	8,71	7,43	12,75	7,10	6,06	10,39	-18,48%
Agosto	8,79	7,45	12,87	7,05	5,97	10,32	-19,80%
Setembro	8,80	7,41	12,88	6,97	5,87	10,20	-20,80%
Outubro	8,81	7,37	12,92	7,00	5,86	10,26	-20,54%
Novembro	8,78	7,30	12,90	7,24	6,02	10,64	-17,54%
Dezembro	8,81	7,28	12,72	7,72	6,38	11,15	-12,37%
Média 98							-17,93%
1999							
Janeiro	8,83	4,42	12,55	8,00	4,00	11,37	-9,40%
Fevereiro	9,64	4,67	12,81	8,23	3,99	10,94	-14,63%
Março	10,25	5,95	13,25	8,23	4,78	10,63	-19,71%
Abril	10,36	6,24	13,43	8,17	4,92	10,59	-21,14%
Maió	10,38	6,02	13,57	8,18	4,74	10,69	-21,19%
Junho	10,02	5,66	12,92	8,18	4,62	10,55	-18,36%
Julho	10,26	5,73	12,97	8,18	4,57	10,34	-20,27%
Agosto	10,60	5,53	13,12	8,15	4,25	10,09	-23,11%
Setembro	10,58	5,50	12,80	8,54	4,44	10,33	-19,28%
Outubro	10,75	5,50	12,68	9,47	4,85	11,17	-11,91%
Novembro	11,00	5,72	12,52	11,33	5,89	12,90	3,00%
Dezembro	11,00	6,15	12,33	11,33	6,33	12,70	3,00%
Média 99							-14,42%
2000							
Janeiro	11,12	6,17	12,34	11,95	6,63	13,26	7,46%
Fevereiro	11,15	6,30	12,35	11,38	6,43	12,60	2,06%
Março	11,26	6,44	12,48	10,73	6,14	11,89	-4,71%
Abril	11,36	6,29	12,59	10,54	5,83	11,68	-7,22%
Maió	11,39	6,24	12,54	10,88	5,96	11,97	-4,48%
Junho	11,56	6,42	12,54	10,49	5,83	11,38	-9,26%
Julho	11,43	6,44	12,06	10,46	5,89	11,04	-8,49%
Agosto	11,65	6,39	11,99	11,54	6,33	11,88	-0,94%
Setembro	11,98	6,50	12,20	11,44	6,20	11,65	-4,51%
Outubro	12,08	6,30	12,23	11,24	5,86	11,38	-6,95%
Novembro	12,21	6,23	12,31	10,49	5,35	10,58	-14,09%
Dezembro	12,26	6,27	12,26	8,54	4,37	8,54	-30,34%
média 00							-6,79%

(1) Os valores referem-se à saca de 60 kg.

O milho é uma cultura de extrema importância no cenário agropecuário nacional, haja vista ser o cereal de maior emprego na confecção de ração para alimentação de animais. Além disso, a produção de milho está impregnada de valores culturais na propriedade rural. O

milho, além da forma tradicional de comercialização, é uma cultura com ampla aplicação nas propriedades, pois dele se faz uso de absolutamente tudo, do grão à palha. É utilizado diretamente para alimentação da família camponesa, além de servir como principal fonte de alimentos para a produção em pequena escala (para o auto consumo) de porcos, galinhas, vacas e outros.

A produção brasileira é ligeiramente superior a 30 milhões de toneladas, sendo o Paraná o principal produtor do cereal. Na safra de 1998/1999 produziu 20% e na de 1999/2000, foi responsável por 22% da produção nacional.

A rentabilidade obtida pelos produtores rurais é semelhante à das demais culturas produzidas tipicamente para o mercado interno, ou seja, opera em margens negativas (ver Gráfico 4.10).

A evolução apresentada pelas margens de rentabilidade tem sido de diminuição da margem negativa, o que se deve ao fato de os custos de produção, desde o ano de 1995, terem se estabilizado na faixa entre 11 e 12 reais, conforme dados apresentados pelo Gráfico 4.11, sobre os custos de produção da cultura.

Já os preços tiveram um leve aumento real, como demonstra o Gráfico 4.12, no preço corrigido pelo IPA, o que fez com que as margens de rentabilidade obtivessem uma pequena melhora.

Gráfico 4. 10 - Rentabilidade do milho

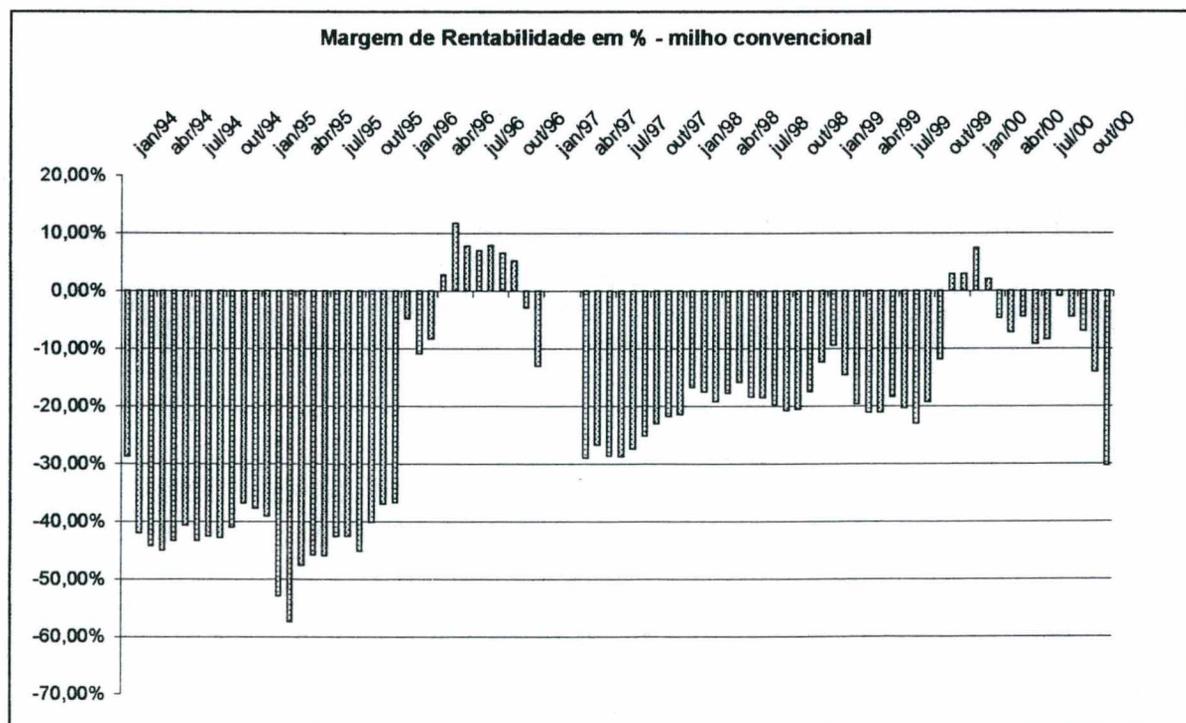


Gráfico 4. 11 - Custos de produção de milho

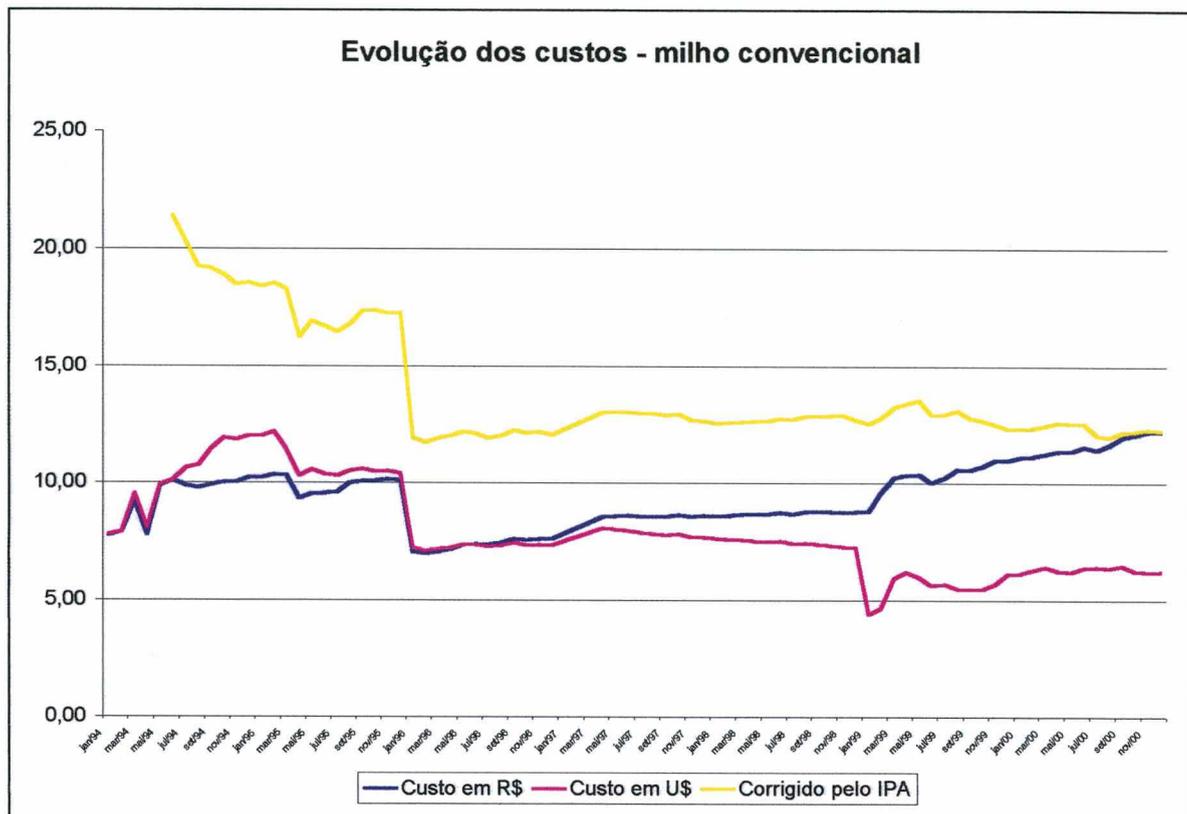
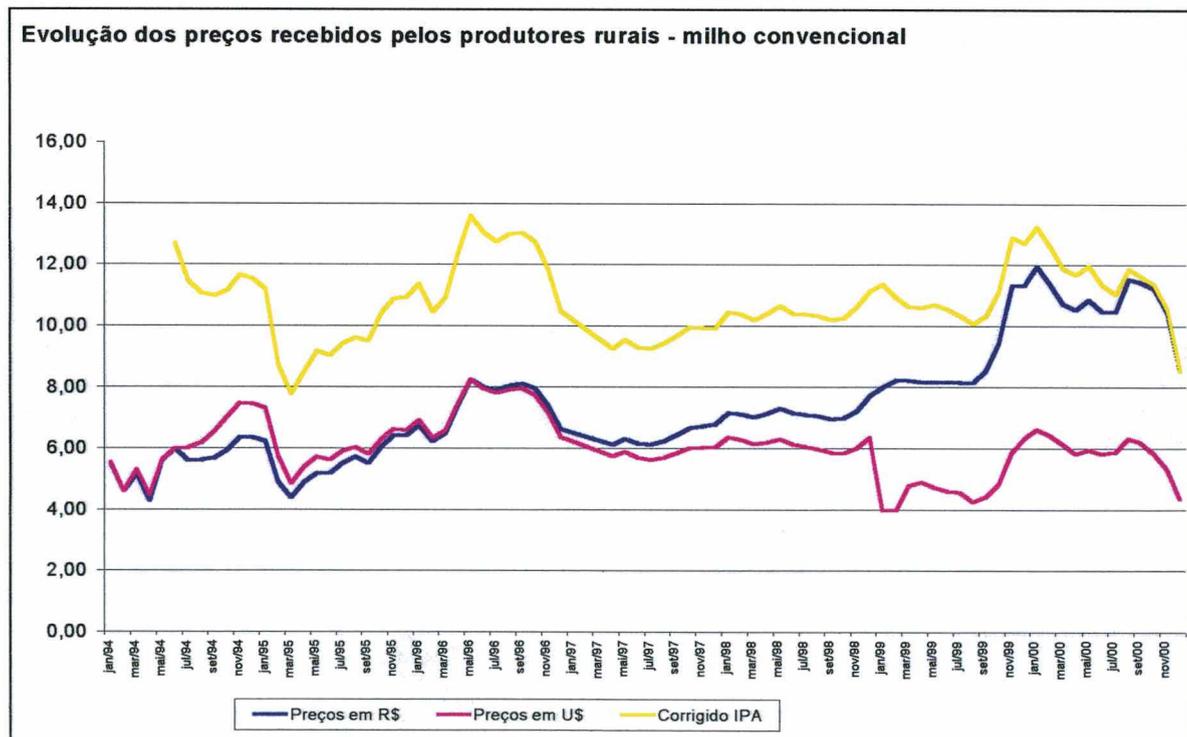


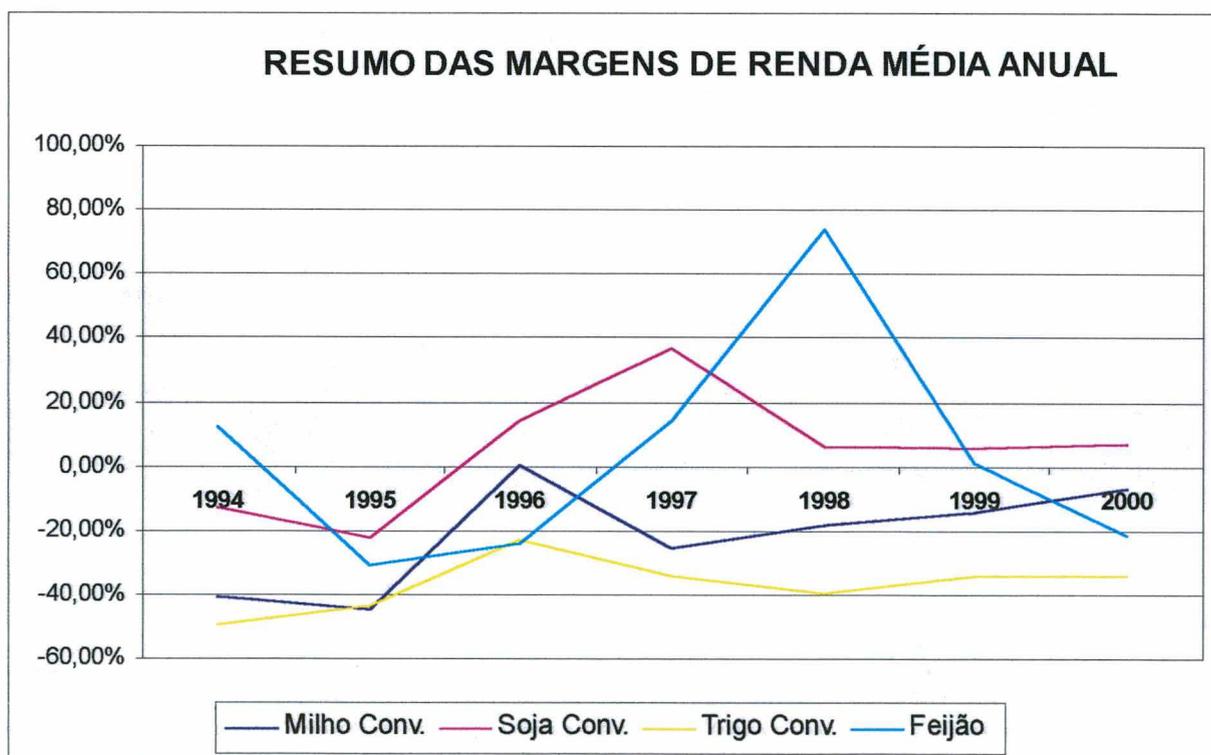
Gráfico 4. 12 - Preços recebidos pelo Milho



Nos curtos períodos em que as margens se mantiveram positivas, pode-se, pelo gráfico 4.10, ter a impressão de ser um período de ganho financeiro para os produtores rurais, porém, numa análise mais detalhada percebe-se quão enganosa pode ser tal conclusão. No período nov/99 e dez/99 conforme Tabela 4.8, o milho apresentou um rentabilidade de 3%. Esse percentual representa 0,33 centavos de real por saca, que numa propriedade de 20 ha com produtividade de 70 sacas por hectare, gera uma receita de R\$ 462,00 em toda a safra e que divididos pelos doze meses do ano representam uma renda mensal de R\$ 38,50. Dessa forma, percebe-se quão crítica é a situação da cultura de milho. Assim sendo, alguém poderá afirmar que esta renda é o suficiente para que uma família satisfaça suas necessidades básicas durante o ano? E isso considerando-se uma safra sem frustrações e no melhor momento do milho no mercado.

O milho, assim como as outras culturas destinadas à produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, está em situação crítica. A produção de milho se revela antieconômica, mas a produção persiste, principalmente pela falta de alternativas viáveis economicamente.

Gráfico 4. 13 - Resumo das margens de rentabilidade (média anual)



4.5 Tendência Geral da Pesquisa

Na análise dos dados da pesquisa (período 1994 – 2000), constata-se a manutenção das tendências gerais, quais sejam: O soja, que é um produto caracteristicamente produzido para a exportação, mantém positivas as margens de rentabilidade ao longo do período 1996 –2000; o milho, o trigo e o feijão, que são produtos caracteristicamente produzidos para o abastecimento do mercado interno, mantêm negativas as margens de rentabilidade ao longo do período 1994 - 2000, salvo algumas exceções, como demonstra o Gráfico 4.13.

Este fato comprova a teoria de que os produtos destinados ao mercado externo, por causa dos incentivos que recebem, são mais rentáveis do que os produzidos para o mercado doméstico. A questão é que tais incentivos confirmam e reforçam a opção brasileira pela monocultura e pelo latifúndio.

Em entrevista concedida, Arthur Ramon Dias, gerente da área agrícola do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), veio a confirmar a tendência da pesquisa ao afirmar:

Há um investimento muito grande no Brasil na área de produtos agrícolas exportáveis. Isto é nítido, bastante nítido, na área do soja e outros produtos exóticos (produtos tropicais), como café e o cacau (DIAS, 2001).

Na opinião de Dias, esta diferenciação entre os produtos agrícolas exportáveis e os demais, acentuou-se a partir da lei Kandir¹⁵, publicada no ano de 1996. Confrontando os dados da pesquisa com o depoimento, o ano de 1996 realmente aparece como marco divisor, pois até então, as margens de rentabilidade do soja também estavam negativas.

Esta nova lei, juntamente com a abertura comercial, possibilitou aos produtores a venda de seus produtos diretamente ao exterior, aumentando teoricamente a sua renda. Às indústrias, possibilitou a diminuição de custos, pois os produtos exportados *in natura* não pagam mais o ICMS. Desta forma, se uma indústria compra a matéria-prima no mercado interno para industrializá-la, paga o imposto, e se a comprar e a levar para processamento em uma subsidiária de outro país, esse produto fica isento do ICMS. Perceba-se que, além de ficar isento, no caso da exportação, deixa, também, de gerar empregos e renda no processamento da matéria-prima em solo nacional.

¹⁵ A Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996, trata da isenção de produtos primários para a exportação. Ficou conhecida como Lei Kandir em alusão ao seu Autor Deputado Antônio Kandir. Reza no art. 3º, alínea II, que estarão isentas operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços.

A consequência desta nova lei se expressa nos números. Em 1996, o Brasil, segundo o MDIC, embarcou aproximadamente 5 milhões de toneladas de soja em grãos e em 2000, 15 milhões de toneladas. O esmagamento da indústria brasileira, que em 96 girava em torno de 20 milhões de toneladas, em 2000, não passa de 21 milhões. Portanto, neste período a exportação da matéria-prima triplicou, o processamento ficou estagnado enquanto a safra cresceu quase 50%.

A conclusão a que se chega é que o país está voltando no tempo. Depois de intenso esforço no sentido da industrialização da nação, são aprovadas leis como esta, que insistem em qualificar o Brasil como um país meramente agroexportador primário.

Quanto a esta política ser boa ou ruim para a nação, Dias (2001) se manteve amistoso, ao dizer:

Não quero entrar no mérito de que esta política seja boa ou ruim, que seja boa para o Brasil ou não. Na ótica da exportação eu acredito que sim (DIAS, 2001).

Sabe-se que não só pelo crescimento das exportações ou da economia local, podem balizar-se as políticas públicas, mas pelo cenário conjuntural que lhe diz respeito e às variáveis nas quais interferem. Portanto, é necessário que se avaliem os reflexos sociais que acarretam. Neste ponto também o entrevistado concordou com as conclusões desta pesquisa, dizendo:

Eu não sei se de fato esta lei transfere ao pequeno e médio produtor a renda, evita o êxodo rural e outros problemas desta natureza. Tenho minhas dúvidas. O empreendimento em soja para exportação é um empreendimento para a grande empresa, o grande produtor (DIAS, 2001).

Esta lei, nas palavras do seu autor, Deputado Antônio Kandir, tem o objetivo específico de melhorar os constantes resultados negativos da balança comercial brasileira (desde o início do Plano Real), sem ocupar-se dos problemas adjacentes da questão agrária.

Já o efeito desta lei sobre os produtos para o abastecimento doméstico é nulo, pois, não se beneficiam por esta lei os produtos comercializados e processados em território nacional. Desta forma constata-se o lado perverso desta medida: isentar de impostos a parte dos produtos vendidos ao exterior e não os comercializados, processados e consumidos aqui.

4.6 Preço Mínimo

A política do preço mínimo foi gradativamente perdendo sua importância como instrumento de garantia à renda dos produtores rurais. Foi um processo intencionalmente direcionado pelo governo que subvaloriza os preços dos produtos, conforme Tabela 4.9.

Tabela 4. 9 - Comparação entre PGPM e preço médio no Paraná no ano 2000 (em R\$).

Produto	Soja	Milho	Feijão	Trigo
Preço Mínimo	9.70	7.10	28.00	12.30
Preço Médio	17.13	10.81	27.63	13.30
Variação %	+76,60%	+52,25%	-1,32%	+8,13%

Percebe-se, pela Tabela 4.9, que a PGPM perdeu sua função, já que os preços praticados no mercado são muito maiores do que os preços mínimos fixados. Além disso, apresentam-se defasados em relação aos custos de produção, conforme Tabela 4.10.

Tabela 4. 10 - Comparação do PGPM e custo de produção no Paraná em 2000 (em R\$).

Produto	Soja	Milho	Feijão	Trigo
Preço Mínimo (R\$)	9.70	7.10	28.00	12.30
Custo Médio de Produção (R\$)	16.00	11.62	35.19	20.24
Defasagem (em %)	64,95%	63,66%	35,68%	64,55%

Além dos fatos expostos, pegue-se, por exemplo, o feijão. Em todo o primeiro semestre de 2000, os preços recebidos efetivamente pelos produtores, em média, no Paraná, foram menores que os preços mínimos.

Frente a este cenário, algumas questões se impõem: Qual critério é usado para fixar os preços mínimos? Com quais objetivos ele existe? Está atingindo os objetivos a que ele se propõe?

A política do preço mínimo foi uma ferramenta de extrema importância para o governo assistir o setor. Normalmente a intervenção governamental era feita de forma direta através da AGF e do EGF. A partir de meados da década de 90, considerando-se a dificuldade fiscal e monetária do governo em manter a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), além dos problemas de armazenamento, de transporte, de fiscalização, da qualidade dos produtos estocados, enfim, das dificuldades de operacionalização do processo como um todo, fazia-se necessário um outro instrumento que viesse a cumprir este papel: assegurar um preço

condizente aos produtores. Os mecanismos alternativos para a sua execução, são: o PEP e o contrato de opções.

4.7 Prêmio para Escoamento da Produção (PEP)

O PEP é um mecanismo pelo qual o governo transfere ao produtor ou comerciante, um subsídio correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo. Mas com os preços mínimos a este nível, ele cumpre a sua função? No exemplo do feijão no primeiro semestre de 2000 houve esta intervenção através do PEP, no entanto demorou 06 meses para surtir efeito. E será que a reação dos preços ocorreu por causa da intervenção ou foi uma reação do próprio mercado?

4.8 Contratos de Opção de Venda (BMF)

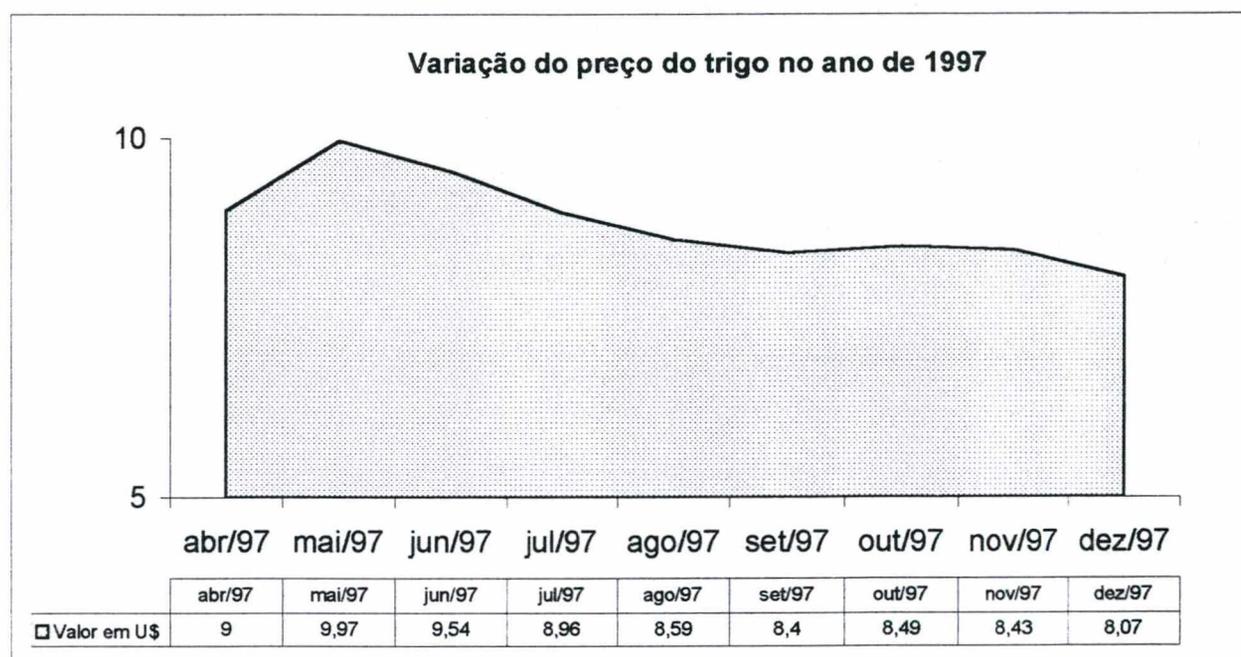
Criou-se também, a partir de 1996, a modalidade de sustentação de preços através dos contratos de opção de venda, com negociação na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF).

Este mecanismo caracteriza-se pela compra e venda antecipada das *commodities* agrícolas. Seu objetivo principal é garantir ao vendedor um preço mínimo com base nas expectativas do mercado e ao comprador garantir o abastecimento da matéria-prima, sem alterações de preços, em função da sazonalidade da produção ou da frustração de safra.

O aspecto positivo deste modelo fica por conta dos números apresentados pela CONAB sobre os estoques públicos. No final da década de 80, os estoques públicos chegaram a atingir 20 milhões de toneladas de grãos, enquanto que no final da década de 90 não chegaram a dois milhões de toneladas. Já um aspecto negativo deste modelo é que tornará menos eficazes as intervenções governamentais na área do abastecimento. A verdade é que o governo decidiu abrir mão das intervenções no mercado e deixar que as forças livres de mercado operem para regular a oferta e demanda. Os estoques remanescentes são compras feitas em situações extremas, como a do feijão no primeiro semestre do ano 2000. O problema desta liberalização do mercado é a falta de apoio governamental e o absoluto abandono dos pequenos produtores, justamente pela sua falta de condições competitivas frente aos grandes produtores e atravessadores, que ditam as regras do mercado.

Pelo sim, pelo não, este é o modelo vigente e está mostrando seus efeitos sobre a margem de rentabilidade dos produtos. O que se observa pelo Gráfico 4.14 é que os preços, no período logo após o início da safra (saída de inverno), entram em declínio. A variação dos preços é significativa, apresentando uma variação de $-15,75\%$ no período de maio a setembro de 1997. No ano de 1998, a variação foi de $-4,61\%$ no mesmo período e em 1999 foi de $-11,90\%$ entre abril e agosto. Em 2000 a variação foi de $-14,84\%$ no período julho a novembro.

Gráfico 4. 14 – Variação dos preços do trigo no ano de 1997



Esta mesma tendência não aconteceu nos anos de 1994 e 1995. O comportamento dos preços no período pós-safra daqueles anos não foi de queda dos preços, pois subiram de US\$ 5,48 em abril para US\$ 5,92 em outubro de 1994, e de US\$ 8,74 em maio para 9,84 em setembro de 1995. Portanto, o contrato de opções tem mudado o comportamento dos preços após o ano de 1996, não evitando o efeito da sazonalidade para produtos não comercializados em bolsa.

No feijão a tendência de queda, no período pós-safra, também se confirmou. O preço do produto, de outubro de 1998 até fevereiro de 1999 (período de safra), caiu de US\$ 45,71 para US\$ 18,35, numa variação de $-59,85\%$. Na safra 1999/2000 se repetiu o efeito com uma variação de $-34,43\%$ no mesmo período.

Nos produtos soja e milho, esta modalidade cumpriu seu objetivo e o comportamento dos preços foi diferente: não sofreram esta alteração. Isto se justifica pelo grande volume de negociação destas *commodities* na BMF, pela sustentação de preços no mercado externo e por haver várias regiões produtoras, com safras em épocas diferentes.

Outro problema desta política é o fato de o acesso a esta forma de comercialização ser restrita aos grandes produtores e armazenadores, sem, no entanto, alterar os riscos da sazonalidade de preços para os pequenos e médios produtores. Além disso, nem todos os produtos são comercializados na BMF. Hoje esta prática serve para boi gordo, soja, milho, café, algodão e açúcar.

Este quadro mostra que implantar esta nova modalidade de sustentação de preços (os contratos de opção de venda) não substituiu integralmente a política do PGPM. Não a substituiu integralmente, pois serve a quem tem acesso direto a este mercado, porém, não alterando em nada ao pequeno produtor.

Por ser um instrumento relativamente novo, talvez ainda não tenha surtido os efeitos desejados e não seja passível de análise, porém, os indicadores não são nada otimistas.

4.9 Relações de Troca

A análise da renda feita até agora refere-se apenas à diferença entre os preços recebidos e os custos de produção na qual se percebe uma renda resultante geralmente negativa nos produtos produzidos para o mercado interno.

Porém, para que se tenha uma noção mais clara do poder aquisitivo, será feita uma análise da relação entre o preço dos produtos agrícolas com preços de outros produtos. Esta análise de relação de troca será feita com: o óleo diesel, a energia elétrica, os fertilizantes e com uma máquina colheitadeira.

Na relação de troca dos produtos agrícolas por óleo diesel, houve uma perda no poder aquisitivo superior a 50%, conforme detalha a Tabela 4.11. No feijão, por exemplo, enquanto se comprava 90 litros de óleo diesel em 1994, compra-se, em 2000, 45,9 litros, com a mesma quantidade de produto, ou seja, uma redução de 51,1%.

Na atual estrutura e tecnologia de produção agrícola, o óleo diesel tem enorme peso na formação dos custos totais, tanto na preparação da lavoura, no plantio, na colheita, quanto no transporte para o escoamento da produção. Portanto, o aviltamento dos produtos

agropecuários em relação ao óleo diesel representa diretamente um aumento dos custos de produção e um encolhimento das margens de rentabilidade da propriedade rural.

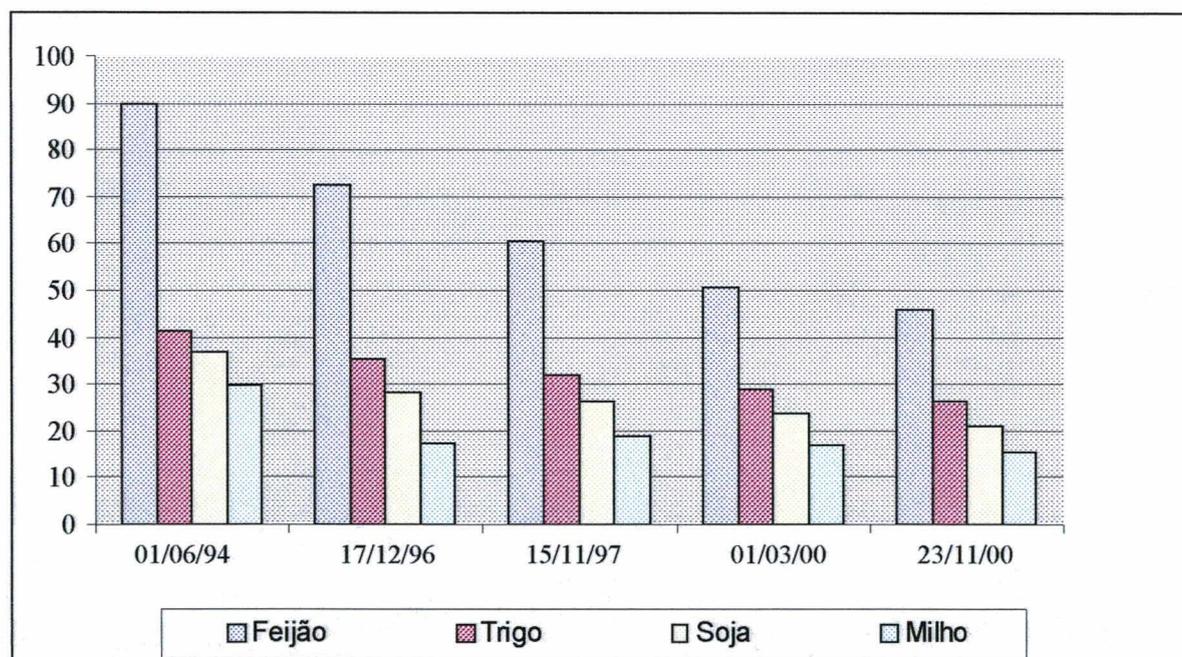
Tabela 4. 11 - Relação de troca entre preço da saca do produto e preço do litro de diesel.

Data *	Preço Diesel	Preço Feijão	RT em Litros	Preço Trigo	RT em Litros	Preço Soja	RT em Litros	Preço Milho	RT em Litros
01.06.94	0.3418	30.95	90	14.06	41.2	12.58	36.8	10.13	29.6
17.12.96	0.444	32.29	72.7	15.77	35.5	12.60	28.3	7.63	17.2
15.11.97	0.457	27.67	60.5	14.66	32.1	12.06	26.4	8.60	18.8
01.03.00	0.667	33.86	50.7	19.45	29.1	15.67	23.5	11.26	16.9
23.11.00	0.787	36.17	45.9	20.87	26.5	16.55	21.0	12.21	15.5

Fonte: Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais e Alcool do Oeste e Sudoeste do estado do Paraná.

* As datas usadas no comparativo são as de reajuste do preço do diesel.

Gráfico 4. 15 – Relação de troca* entre produto e preço do litro de diesel.



* Quantidade de litros de óleo diesel compradas com uma saca do produto

Esta relação de perda do poder aquisitivo dos produtos agropecuários, foi constatada também com outras fontes energéticas. Constatado também neste estudo, a mesma evolução fez-se perceber na relação de troca dos produtos agrícolas com a energia elétrica.

A energia elétrica é de tanta importância quanto o é o óleo diesel para a formação dos custos, pois dela dependem as propriedades rurais para acionarem motores estacionários,

utilizados amplamente na irrigação das lavouras, na secagem e moagem de cereais, em ordenhadeiras, para citar apenas alguns de seus aplicativos.

A defasagem média dos produtos analisados situa-se na ordem de 28,2%. No caso do milho, por exemplo, enquanto em 1994 precisava-se 6,2 sacas do produto para remunerar 1 KWh, no ano de 2000 precisou-se de 8,6 sacas, como demonstra a Tabela 4.12.

Tabela 4. 12 - Relação de troca do preço da energia KWh/Preço da saca do produto.

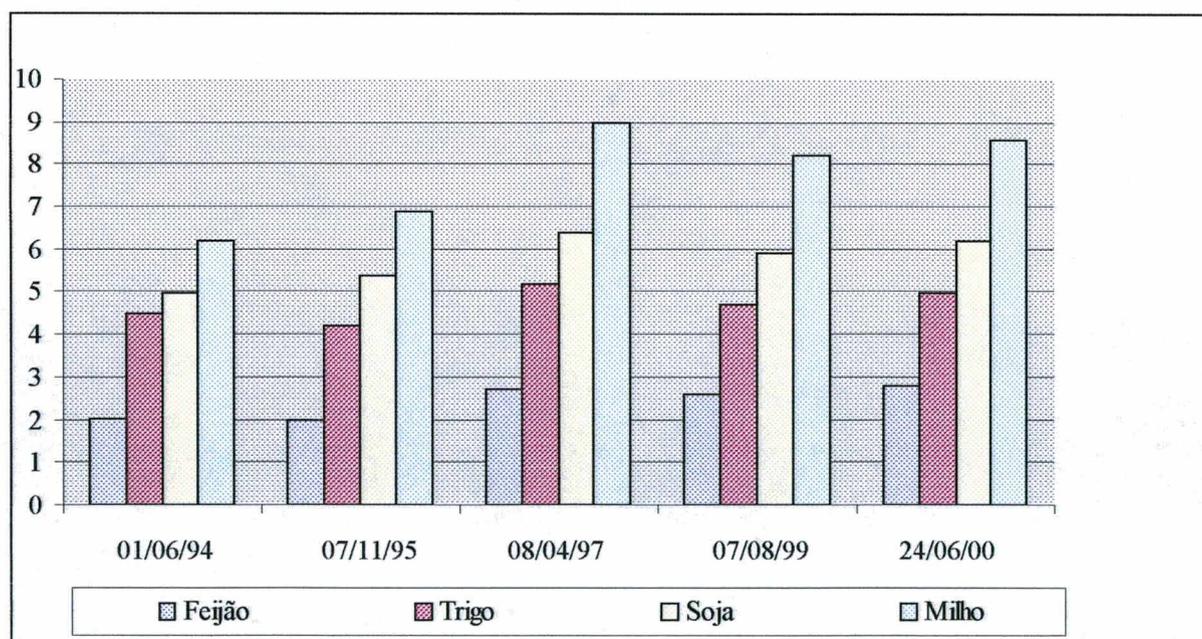
Data *	Preço KWh	Preço Feijão	RT **	Preço Trigo	RT	Preço Soja	RT	Preço Milho	RT
01.06.94	62.77	30.95	2.03	14.06	4.5	12.58	5.0	10.13	6.2
07.11.95	70.29	35.19	2.00	16.8	4.2	13.12	5.4	10.16	6.9
08.04.97	77.11	28.57	2.7	14.76	5.2	11.97	6.4	8.60	9.0
07.08.99	86.86	32.93	2.6	18.59	4.7	14.82	5.9	10.60	8.2
24.06.00	98.85	35.25	2.8	19.85	5.0	16.06	6.2	11.56	8.6

Fonte: COPEL

* As datas usadas no comparativo são as de reajuste do preço da energia elétrica.

** RT (Relação de Troca)

Gráfico 4. 16 - Relação de troca* do preço da energia KWh/Preço da saca do produto.



* Quantidade de sacas do produto necessário para aquisição de 1 KWh

Não bastasse esta defasagem em relação às fontes energéticas, com outros componentes de custos a relação é idêntica. Quando se estabelece esta relação com insumos

necessários para a produção, também percebe-se a perda do poder aquisitivo. Este fenômeno pode ser constatado na relação de troca com fertilizantes agrícolas. A Tabela 4.13 acusa perda maior no feijão; já no soja, no trigo e no milho essa defasagem existe, porém, é de menor impacto.

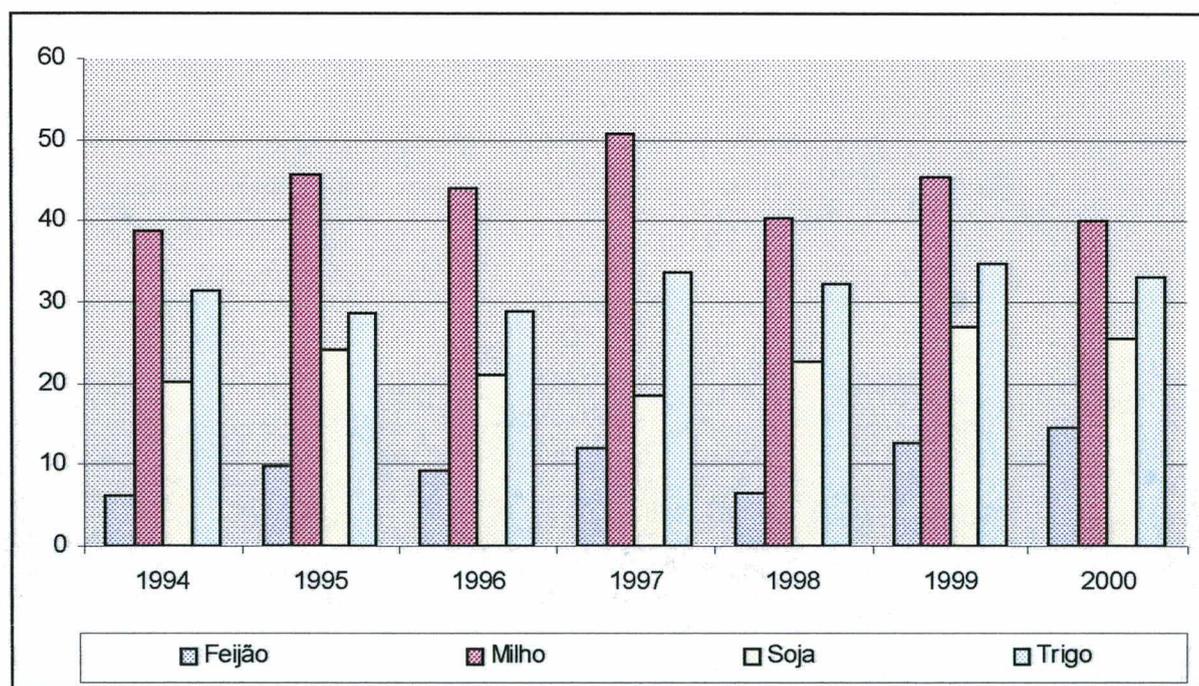
Tabela 4. 13 - Relação de troca ⁽¹⁾ fertilizantes x produto (média anual)

	Feijão	Milho	Soja	Trigo
1994	6.11	38.63	20.08	31.34
1995	9.94	45.69	24.0	28.6
1996	9.3	44.01	20.9	28.9
1997	12.0	50.7	18.5	33.7
1998	6.4	40.4	22.7	32.2
1999	12.6	45.5	26.9	34.9
2000	14.7	40.2	25.4	33.0

Fonte: DERAL

(1) Indica a quantidade de sacas do produto agrícola necessária para aquisição de uma tonelada de fertilizante.

Gráfico 4. 17 - Relação de troca ⁽¹⁾ fertilizantes x produto (média anual)



(1) Indica a quantidade de sacas do produto agrícola necessária para aquisição de uma tonelada de fertilizante.

Da mesma forma, no investimento em equipamentos, a relação de troca mostra-se desfavorável. Pela Tabela 4.14, nota-se uma perda no poder aquisitivo de 18,9% no milho, 40,6% no soja e 43,4% no trigo para aquisição de uma colheitadeira.

Tabela 4. 14 - Relação de troca⁽¹⁾ entre colheitadeira ⁽²⁾ x produto (média anual)

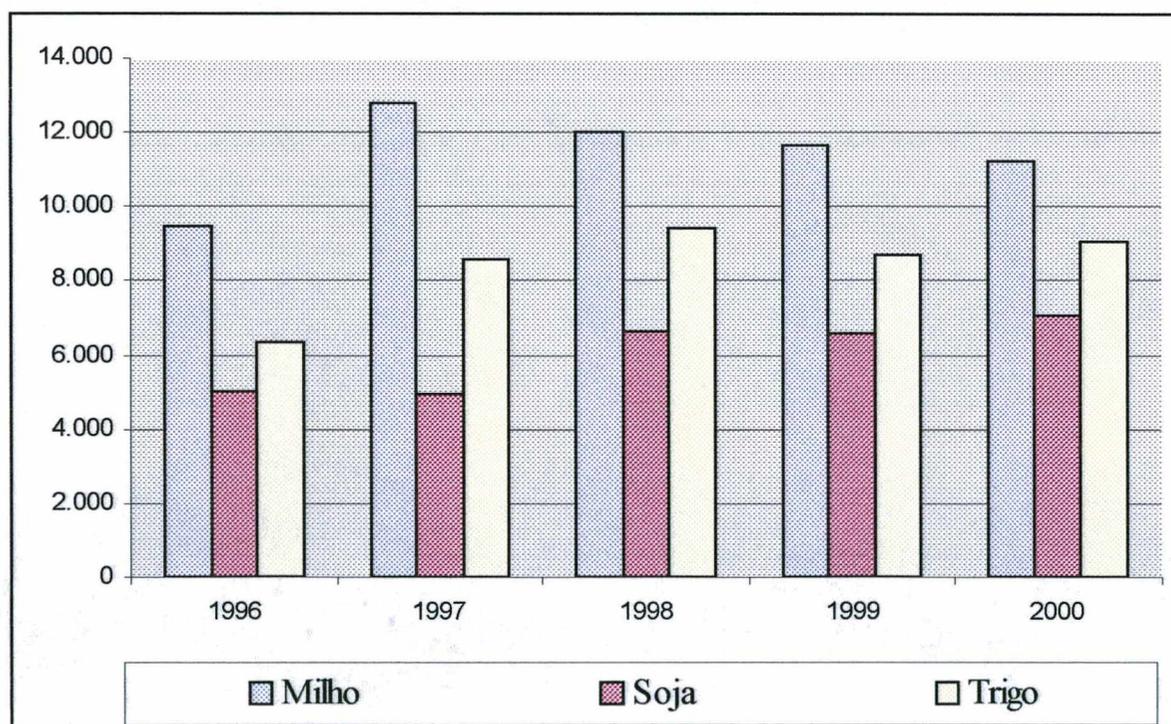
	Milho	Soja	Trigo
1996	9.457	5.005	6.314
1997	12.819	4.964	8.591
1998	11.981	6.629	9.425
1999	11.642	6.586	8.672
2000	11.244	7.037	9.056

Fonte: DERAL

⁽¹⁾ Indica a quantidade de produto necessária para se adquirir uma colheitadeira.

⁽²⁾ Potência considerada: 120 CV.

Gráfico 4. 18 - Relação de troca⁽¹⁾ entre colheitadeira ⁽²⁾ x produto (média anual)



⁽¹⁾ Indica a quantidade de produto necessária para se adquirir uma colheitadeira.

⁽²⁾ Potência considerada: 120 CV.

Pela Tabela 4.14, observe-se que em 1996 comprava-se uma colheitadeira com 5.005 sacas de soja, já em 2000, são necessárias 7.037 sacas para a aquisição da mesma colheitadeira.

Os reflexos para o sucateamento e para a não aquisição de novos equipamentos é bastante evidente. Como podem os órgãos governamentais fechar os olhos frente a esta realidade, sabendo-se que no Brasil existe um grande desperdício da produção na colheita e no transporte dos cereais que, na maioria das vezes, é causado pelo uso de máquinas e equipamentos sucateados?

Com as relações de troca demonstradas, como pode se acusar o setor agrícola de ser ineficiente e de não se modernizar, se o produto que tem para vender perde cada vez mais seu valor e, ao contrário, os produtos que precisa comprar são cada vez mais valorizados?

Nestas relações de troca, fica bastante claro que os princípios da auto-regulação, do sistema de preços como regulador da economia, do Estado fora das atividades econômicas e da competição entre os agentes econômicos, não servem e não contribuem para a formação de uma sociedade de oportunidades equânimes, muito pelo contrário, são as principais causadoras das desigualdades e mazelas sociais existentes. Como pode alguém consciente, com conhecimento de causa, defender esta ideologia neoliberal que se instaurou na sociedade brasileira?

4.10 Análise da Comunidade Rural

Nesta seção será feita a análise dos reflexos deste conjunto de fatores até agora analisados, sobre uma comunidade rural. Trata-se da comunidade de Santa Cruz do Ocoi, de São Miguel do Iguaçu, no oeste do Paraná.

A localização da comunidade é privilegiada, pois trata-se de uma região de fronteira, de fácil acesso ao mercado e possibilita fácil escoamento da produção, pois conta com uma estrutura de estradas e sistema de transporte adequados para a atividade. A agricultura é o principal setor econômico do município.

Aliado a isso, a região é muito promissora, pois o solo é de ótima qualidade. Para se ter uma idéia, a produtividade do soja, que é o principal produto agropecuário do município, chega a ser de 180 sacas, enquanto a média estadual gira em torno de 120 sacas por alqueire¹⁶.

É uma comunidade formada por descendentes de alemães de terceira geração, em média, e com valores culturais muito próprios e fortes, característicos dessa etnia.

¹⁶ Um alqueire representa 2,4 hectares.

As famílias desta comunidade tem uma história de muita luta e sacrifícios. São, na sua grande maioria, jovens gaúchos, vindos da região noroeste do Rio Grande do Sul, que migraram para o Paraná no início da década de 60, em busca de melhores condições de vida, atraídos pelas terras paranaenses que estavam em estágio inicial de colonização. O preço das terras favoreceu em muito este processo, pois trata-se de filhos de pequenos colonos que conseguiram adquiri-las.

Esta gleba está localizada a leste do município de São Miguel do Iguaçu, nas vilas de São José do Iguaçu e Santo Alberto. No entanto, é uma região circunscrita na área do Parque Nacional do Iguaçu¹⁷ e, apesar de terem trabalhado muito para a abertura da terra e conseguirem a legalização das propriedades junto ao INCRA, delas foram desapropriados, por se tratar justamente de uma área de preservação desde o ano de 1939. Percebe-se, neste episódio, uma absoluta falta de visão e planejamento dos órgãos oficiais, de submeterem tantas famílias ao processo de mudança, instalação, trabalho e adaptação para, em menos de uma década depois, arrancá-las novamente e submetê-las a outra transferência, num processo tão sofrido quanto o anterior.

Nesta nova mudança, foram assentados no outro extremo do município, já com algumas perdas. As propriedades diminuíram de tamanho na grande maioria dos casos, além de ser ainda mata virgem, que novamente exigia o desmatamento e a preparação da lavoura. Fazendo alusão à cruz que carregavam desde a saída do Rio Grande do Sul e inspirados em sua religiosidade, foi fundada a comunidade à qual deram o nome de Santa Cruz do Ocoí.

Mal sabia aquele povo que nesta nova gleba na qual foram assentados, teriam ainda mais perdas. Já estavam em andamento as obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu. E aproximadamente metade daquelas terras foram inundadas pelo lago artificial que se formou em 1979, momento em que a usina começou a funcionar. Neste processo, novamente as propriedades diminuíram de tamanho em média pela metade e não poucos são os casos, em que toda a propriedade foi alagada, causando uma enxurrada de migrações.

Novamente, percebe-se o descaso, se não crueldade, com que trataram aquela gente.

Esta comunidade é um retrato daquilo que acontece no campo brasileiro de forma geral. Porém, com muito trabalho e não se entregando aos percalços de tantos episódios tristes, esta comunidade vingou e se firmou como exemplo do que acontece em todo espaço rural brasileiro, com todos os problemas e dificuldades que lhes são impostos.

¹⁷ O parque Nacional do Iguaçu tem uma área de aproximadamente 185 mil hectares e foi criado pelo decreto nº 1.035 de 10.01.1939. Em 1986, foi tombado pela UNESCO como patrimônio da humanidade.

Historicamente, desde a intensificação do processo de urbanização, as condições de vida desfavoráveis da população rural contribuíram sobremaneira ao esvaziamento do campo. Por condições de vida desfavoráveis, entenda-se a discriminação, a falta de acesso à educação, ao lazer, entre outros.

Na sociedade atual (centrada no mercado) a falta de renda é um dos fatores que impossibilita ao homem do campo o acesso a essa igualdade de condições. Portanto, criando alternativas de renda, criam-se alternativas de acesso, em última análise, à cidadania.

No estudo empreendido nesta comunidade, percebe-se nitidamente os efeitos desta desigualdade, com os números que serão apresentados.

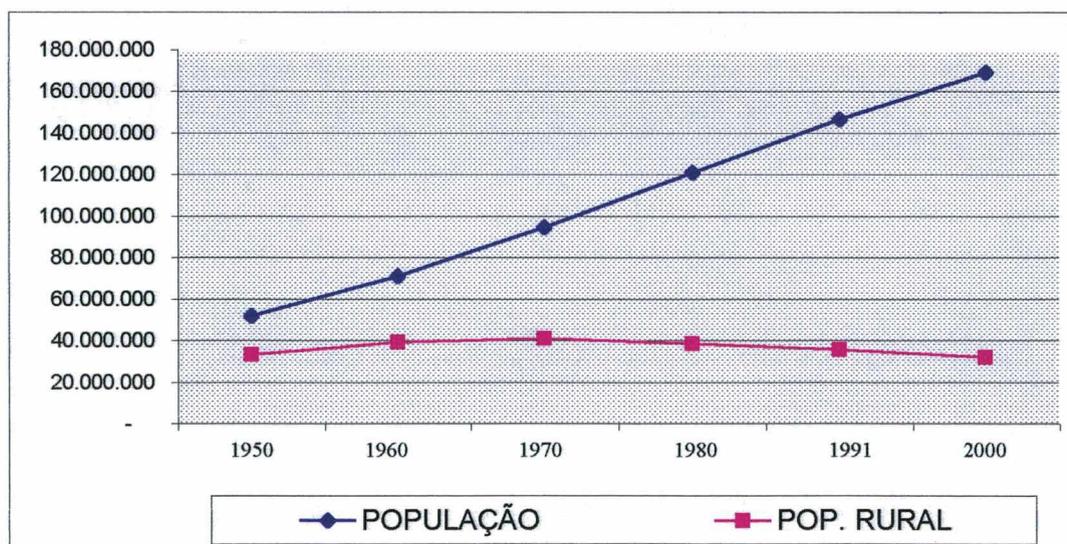
No Brasil, o fenômeno do êxodo rural é histórico. Até a década de 70 a população rural cresceu em números absolutos, porém, em índices percentuais ocorre a diminuição de participação desta parcela da população no total. A partir de 1970, conforme Tabela 4.15, também em números absolutos ocorre esta diminuição. Isso deve-se ao conjunto de fatos, descritos no capítulo anterior.

Tabela 4. 15 - População brasileira e população rural

ANO	POPULAÇÃO	POP. RURAL	RURAL %	URBANA	URBANA %	DENSIDADE
1950	51.944.397	33.161.506	63,84	18.782.891	36,16	6,10
1960	70.992.343	38.987.526	54,92	32.004.817	45,08	8,34
1970	94.508.583	41.037.586	43,42	52.097.260	55,12	11,10
1980	121.150.573	38.573.725	31,84	80.437.327	66,39	14,23
1991	146.917.459	35.834.485	24,39	110.990.990	75,55	17,26
2000	169.590.693	31.835.143	18,77	137.755.550	81,23	19,92

Fonte: IBGE

Gráfico 4. 19 - População brasileira e população rural



Na comunidade em estudo, o mesmo fenômeno aconteceu. Isto fica claro ao analisar as informações da Tabela 4.16.

Tabela 4. 16 - Número de pagantes de dízimo *.

ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Nº DE PAGANTES	101	97	97	92	90	86	88	86	85

Fonte: Secretaria da Paróquia de São Miguel do Iguazu – PR.

* As informações pesquisadas abrangem um universo de 100% da população da comunidade, já que todos os moradores da localidade são católicos.

A população total da Comunidade é de 295 pessoas, segundo a mesma fonte. A redução do número de famílias desta comunidade é de 12,4% no período 1994 – 2000, o que se assemelha bastante ao quadro da população nacional, que no período 1991 – 2000 (espaço de tempo dos últimos censos do IBGE) reduziu 11,2%. Esta mesma tendência apresentou-se nos dados do censo agropecuário quanto ao número de propriedades rurais no Paraná. Em 1970 havia 554.488, em 1980, 454.103 e em 1995/96, 369.875 propriedades, o que significa uma redução de 33,3% no período.

Na análise geral, não sobram dúvidas da comprovação da tendência de enfraquecimento das comunidades rurais e, estudando mais a fundo, alguns agravantes se manifestam.

Dos 85 pagantes, 03 deles são pessoas solteiras, porém, com renda independente e por isso consideradas pela igreja local como sendo famílias constituídas, portanto, o número real de famílias fica reduzida a 82. O índice de redução de famílias sobe para 15,5% no período 1994 – 2000.

Outro agravante refere-se ao envelhecimento da população rural. Em Santa Cruz, 27 das 85 famílias pesquisadas são casais ou viúvos(as), acima dos 60 anos, o que representa 31,8% do número de famílias. São 46 pessoas, ou seja, 15,6% da população total. Este percentual está bem acima da média nacional. Ainda 13 casais têm idade superior aos 70 anos, o que representa um percentual de 15,3% das famílias; já em valores absolutos são 23 pessoas, o que representa 7,8% do total da população, enquanto no total no Paraná, segundo o censo de 2000, 5,65% da população tem idade superior a 65 anos.

Nos últimos anos, um dos fatores que contribuiu para a diminuição da população rural deve-se à diminuição do tamanho médio da família que, nesta comunidade, está em 3,5

pessoas, ou seja, 1,5 filhos por família. Este fenômeno fica evidente ao analisarem-se as informações sobre a população em idade escolar, como mostra a Tabela 4.17.

A redução do número de crianças em idade escolar de 1ª a 4ª série reduziu de 44 em 1994 para 26 em 1998, o que representa uma diminuição em 40,9%. O número de pessoas nessa faixa etária para o ano de 1999 era de 20, por isso, 1998 foi o último ano em que funcionou a escola na localidade.

Tabela 4. 17 - Número de alunos matriculados regularmente na Escola *.

ANO	ALUNOS
1976	153
1977	190
1978	190
1979	127
1980	123
1981	104
1982	98
1983	77
1984	72
1985	72
1986	62
1987	51
1988	43
1989	41
1990	34
1991	36
1992	33
1993	38
1994	44
1995	39
1996	44
1997	46
1998	26

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

* As informações foram extraídas do livro de registro de matrículas da Escola Municipal São José de Santa Cruz do Ocoi.

Um outro fato bastante comum nesta comunidade é a evasão dos jovens para os centros urbanos. Este é outro motivo causador da diminuição da população rural. Este fenômeno acontece no momento em que o jovem atinge a maioridade ou em anos logo seguintes. No entanto, em 99% dos casos acontece a fixação de um dos filhos junto à família.

O problema, neste processo de fixação, é que não se incorpora nova área de terra ou outra forma de renda. Na propriedade em que morava uma família, passam a morar duas e a renda que antes sustentava uma, passa a sustentar duas famílias, logo, a renda real diminui. Isso se repetiu, nesta comunidade, 24 vezes, ou seja, em 24 propriedades em que existia uma, agora são duas famílias. A partir do ano de 1994, aconteceu 17 vezes.

Se está diminuindo o número de famílias e se ainda está aumentando o número de propriedades com duas famílias, existem muitas outras propriedades que foram vendidas e a família toda migrou. Os adquirentes são, na maioria das vezes, os mesmos. Prova disso é que um fazendeiro tem, naquela gleba, aproximadamente 200 alqueires, ou seja, o equivalente a 20 propriedades, já que o tamanho médio das propriedades é de 10 alqueires. Esta tendência ao latifúndio, principalmente das terras mecanizáveis, também não é novidade no cenário rural brasileiro.

Se as políticas públicas estão relacionadas à renda dos produtores rurais e, se a baixa renda causa, em grande parte, a degradação das comunidades rurais, as políticas públicas são responsáveis por grande parte dos problemas do meio rural.

Uma das formas evidentes de apresentação disto é que na comunidade de Santa Cruz do Ocoi, 04 dos 85 proprietários rurais estão com dívidas atrasadas junto a instituições financeiras, principalmente o Banco do Brasil. Esta é uma consequência da política de juros e de crédito adotada no período pós 1994, em cenário já descrito no capítulo anterior.

Referente aos inadimplentes, 03 dos 04 casos mencionados, referem-se a investimentos em maquinário. Na descrição de AAW, 59

O rendimento da lavoura não paga nem a prestação do trator e a plantadeira para plantio direto que financiei; tive que vendê os dois trator pra pagá e ainda devo mais de um trator no banco.

Ao encontro ao depoimento anterior, vários outros seguem na mesma linha, ou seja, existe uma prática cruel do mercado financeiro para com esta parcela da população que, por uma lado, precisa recorrer ao crédito para conseguir plantar e, por outro, se vê incapacitada de honrar os compromissos, devido à alta taxa de juros praticada e à baixa rentabilidade da atividade agrícola.

Nesta mesma direção o agricultor OM, 52, relata a sua experiência.

Pra consegui pagá o trator, tinha que vendê terra. Eu tinha 16 alqueire e agora tenho 13.

Este depoimento rebate a acusação que normalmente se faz tratando-se da questão agrícola de que os produtores rurais não pagam as dívidas por que não querem. Este agricultor se desfez de parte da propriedade para honrar os compromissos assumidos. Fazendo uma conta rápida, chega-se ao montante pago de R\$ 72.000,00, considerando-se 3 alqueires no valor de mercado médio de 1000 sacas de soja por alqueire. Ora, um trator do modelo que ele havia comprado, custa novo R\$ 28.000,00.

Que existe o problema do endividamento e da inadimplência no setor não há dúvida, porém, o perfil do inadimplente seguramente não é o do pequeno produtor, conforme já argumentado e demonstrado na tabela 2.2 no capítulo 2. Nesta tabela percebe-se que 79% das dívidas são contratos superiores a R\$ 50.000,00 e concentrados em 7,59% dos mutuários. Ora, com R\$ 50.000,00, que é a menor faixa de contratos considerada, financiam-se aproximadamente 70 alqueires de lavoura. Portanto, definitivamente, não é o pequeno produtor o causador das grandes disfunções e da falta de crédito da agricultura nacional.

O endividamento no período pós-1994 não é exclusivamente problema dos agricultores. O consumidor urbano também não estava habituado à estabilidade. O índice de inadimplência “revelou a insensibilidade do consumidor em relação à taxa real de juros, sendo a certeza sobre o valor da prestação e o número de prestações mais importante do que o próprio custo do financiamento” (VASCONCELOS, 2000, p. 289).

A política do seguro agrícola do atual governo também é direcionada para que o setor privado passe a substituir o PROAGRO. Também nesta comunidade existem produtores que tiveram problemas referentes a isso. O agricultor AP, na safra de 1998, fez o seguro da lavoura com uma empresa privada, a COSESP. O resultado é que até hoje está esperando a indenização. Casos como o deste agricultor existem 03 em Santa Cruz, por ocasião da frustração da mesma safra.

Veja-se o depoimento de AP, 40:

Eu já fiz o seguro porque eu devia no banco e o PROAGRO cobre só os custos da safra que se perde. Continuo devendo no banco, gastei mais R\$ 750,00 (no seguro), e tive que pagá antecipado pro advogado 300 reais pra ele me atendê pra tentá recebê.

Que a política do governo seja de delegar a função de assegurar uma garantia de renda aos agricultores para as empresas privadas em caso de frustração de safras até é aceitável, porém, com a ressalva de haver um mecanismo oficial de proteção, principalmente aos

pequenos produtores, incapacitados de cobrarem o que lhes é devido, até pela falta de assessoria jurídica que se faz necessária em casos como estes. Portanto, não pode ser entregue toda a responsabilidade do seguro agrícola às seguradoras privadas e tampouco entregar os agricultores à própria sorte.

Frente às estatísticas tão desoladoras e a depoimentos com visível dose de desânimo, essa classe trabalhadora que tanto contribuiu para o desenvolvimento nacional e principalmente regional, por se tratar de uma região com vocação para o agronegócio, continua em processo de decadência. É com grande pesar que a sociedade assiste ao massacre das comunidades rurais e, juntamente com elas, arca com as conseqüências, pois dia a dia convivemos com problemas sociais de toda ordem conseqüentes do descaso para com os “nossos” agricultores.

Enquanto este tratamento à agricultura não mudar, as conseqüências continuam se manifestando, principalmente, no esvaziamento do ambiente rural e com todas as mazelas decorrentes. Este quadro bem se retrata no depoimento de HK, 41.

Nóis não temo mais gente aqui. Não dá mais um time de futebol, ou de bolão. Baile só tem mais o de chopp, porque esse sempre dá gente de fora. E tá cada dia menos gente. Eu quero vê daqui mais uns anos.

O que se manifesta neste depoimento são as conseqüências da “ordem” capitalista. Historicamente se constata a evasão do campo e degradação das comunidades rurais. Na versão neoliberal do capitalismo, que é a atual, os mesmos problemas e conseqüências se manifestam. Nesta comunidade está retratada a tendência histórica do capitalismo. O sistema capitalista se manifesta tanto no campo quanto nas cidades, com as mesmas características e com as mesmas conseqüências: a concentração dos meios de produção e da renda e a conseqüente marginalização de milhares de trabalhadores. A forma de atuação do sistema é tão sutil que o trabalhador, muitas vezes, com pouca instrução, mal a percebe e aceita esta estrutura social e econômica como fato dado. No entanto, toda esta teia de inter-relações é projetada pela elite dominante.

A versão contemporânea do capitalismo, segundo Pinheiro Machado & Ribas (2001), manifesta-se pelo neoliberalismo que nada mais é do que uma nova roupagem para o neoconservadorismo truculento, brutal e arrogante, agora em escala global e com o aval das autoridades governamentais.

O governo que deveria buscar o bem comum nada mais está fazendo do que legitimar a ação da iniciativa privada, em suma, o interesse próprio. O Estado, nesse sentido, é o gestor dos interesses privados da elite dominante.

O reflexo da cumplicidade com que os órgãos oficiais tratam a agricultura nacional, ante o direcionamento que se dá às políticas agrárias, é o que se apresenta nos dados desta pesquisa: o empobrecimento e a marginalização da população rural. Os agricultores são os mais prejudicados e acabam pagando o ônus maior deste processo, pois são obrigados a abandonar suas propriedades e se fixar nas cidades. Seus destinos, na maioria das vezes, são as favelas, o abandono precoce da escola das crianças, num sucessivo quadro de degradação e agravamento social, uma vez que a cidade não consegue oferecer oportunidade de emprego e renda para todos. São poucos os que conseguem vencer os obstáculos impostos pela vida urbana e se estabelecer com dignidade.

As políticas agrícolas, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais discriminatórias. Basta ver como está estabelecida a política econômica atual. A onda liberalizante desmontou a tradicional estrutura de apoio ao setor, deixando que as empresas privadas ditem as “regras do jogo”. Bem se sabe que o interesse maior dessas empresas não é o fortalecimento do agricultor e das comunidades rurais, mas sim, o interesse próprio.

Nesse contexto, deixar o destino da agricultura nacional ao sabor de empresas privadas, pode significar deixar de implementar atitudes de saneamento do setor agropecuário e, ao mesmo tempo, deixar de solucionar muitos problemas urbanos, pois, como se sabe, a marginalização do campo gera diversas conseqüências negativas nas cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de compreender melhor a realidade da agricultura nacional, dada a complexidade do ambiente, pelos valores sócio-culturais nele inscritos e a histórica degradação das comunidades rurais, concorreram para a definição do tema desta dissertação.

O caráter exploratório desta pesquisa, confirmou em grande parte, as hipóteses noticiadas no mercado editorial em geral, porém, o intuito deste trabalho é confirmar estas assertivas com um estudo de cunho científico.

Neste intento buscaram-se as informações junto a organismos oficiais que tratam do assunto. Os dados são fidedignos à realidade, porém, encontravam-se dispersos por não receberem um tratamento analítico historicizado. Portanto, outro aspecto positivo desta pesquisa é mostrar a evolução dos custos, preços e margens de rentabilidade numa perspectiva mais ampla e não momentânea e esporádica.

A leitura deste texto poderá indicar algumas informações conflitantes. Na maioria das vezes constatou-se erro de digitação ou impressão no material utilizado na pesquisa. Já no tocante às médias, sabe-se das suas limitações, principalmente em períodos inflacionários. No entanto, ambas são dificuldades normais e que não modificam a linha interpretativa geral do trabalho.

A abrangência do estudo é muito ampla. A inclusão de quatro produtos agrícolas e a confrontação com as políticas de forma geral é uma característica intencional, justamente pelo caráter exploratório do estudo. Esta forma de tratar as informações, no entanto, não permite a generalização das conclusões, fazendo-se necessários estudos individualizados complementares ao presente trabalho.

De qualquer forma, as limitações deste estudo apresentam-se como ponto de partida para a realização de estudos futuros, seja na exploração do contexto de forma genérica, seja na individualização de produtos ou políticas.

Quanto à análise sociológica da comunidade em estudo, também se faria útil um estudo de cada caso com informações mais específicas referentes a cada agricultor endividado ou de cada um com dificuldades de recebimento do seguro, bem como, da separação para finalidade de pesquisa em grupos de afinidade, além de outras abordagens sociológicas potenciais.

Neste sentido, recomenda-se que os trabalhos sejam de recortes sobre um produto ou sobre uma política especificamente.

Finalmente, entende-se que a realização de estudos sobre este tema pode ajudar a preencher lacunas existentes na problemática questão agrária e carente de tratamento científico.

Quanto ao propósito inicial desta pesquisa de estabelecer uma relação entre as políticas e a renda dos produtores, alguns indicativos florescem.

A substituição da política do preço mínimo e do crédito oficial pelo contrato de opções e o PEP, incita a algumas conclusões: não atingem o objetivo na íntegra, pois, restringem o acesso a esse forma de negociação aos grandes produtores ou atravessadores, que historicamente, tendem a se beneficiar destas possibilidades. Ao produtor de pequena escala resta novamente submeter-se aos “caprichos” destes, devido ao baixo poder de barganha frente aos oligopólios e oligopsônios estabelecidos no setor. Em suma, não se traduzem em benefícios aos produtores de menor porte.

A lei de isenção do ICMS aos produtos primários de exportação, da mesma forma, discrimina produtores e produtos, já que, produtos como o feijão e outros que não possam se enquadrar perfeitamente no modo de produção capitalista, devido a baixa mecanização do processo de cultivo e colheita, tendem a ser produzidos por produtores de menor porte com uso de mão-de-obra geralmente da própria família.

O desamparo dos produtores frente as intempéries no cultivo das lavouras, também, se evidencia. É o retrato da quase que extinção do PROAGRO, programa que propicia a segurança necessária ao setor. Legar esta função ao setor privado incorre em sérios riscos, pois, novamente os produtores estarão sujeitos às companhias seguradoras, geralmente grandes grupos empresariais, frente às quais, sente-se o agricultor, impotente para a contratação e para a indenização em casos de frustrações das safras. Este cenário ficou comprovado nos depoimentos de produtores lesados, transcritos no capítulo anterior.

No período compreendido neste estudo, algumas ações governamentais têm se mostrado positivas aos setor. É o caso do PRONAF, que apesar das restrições quanto à dificuldade de acesso e ao volume de recursos investidos, mostra que é possível fortalecer a agricultura e as comunidades rurais dotando-as de condições para superarem os impasses rumo a sua emancipação.

Quanto à questão do endividamento do setor, diferente das críticas que amplamente lhe são atribuídas, ficou comprovado que, por um lado, houve a mudança na taxa incidente sobre a atividade e, por outro, a efetiva queda nas margens de rentabilidade dos produtos. Esta perda do poder aquisitivo da categoria também ficou clara nas relações de trocas estabelecidas

e mostradas neste estudo. Não é de difícil percepção, portanto, que efetivamente, há a dificuldade dos produtores em honrar os seus compromissos financeiros.

Em sua essência, o estudo realizado revela a adoção, por parte dos organismos oficiais, de uma política agrícola contraditória. Contraditória porque dá garantia, segurança, preço e financiamento, para produtos de exportação. De outra parte, para os produtos de consumo interno, não existe quase nenhuma proteção a não ser, como demonstrado nos capítulos anteriores, casos isolados como o PRONAF, que permanece tímido, insuficiente e com grande dificuldade de acesso a quem mais necessita.

Como decorrência da ausência de proteção à atividade agrícola de pequena escala, ao contrário do que ocorre nos países de primeiro mundo, observa-se como consequência natural a intensificação do êxodo rural.

A questão do êxodo rural não constitui novidade no capitalismo, muito pelo contrário, a vinda de braços para os centros urbanos historicamente foi funcional para o sistema, para dotar a produção industrial daquilo classicamente conhecido como exército industrial de reserva. Portanto, essa tendência de saída do campo em busca da cidade nasceu juntamente com o capitalismo.

O problema é que o capitalismo, diferente das suas fases precedentes, encontra-se em estágio de aguda crise, para a qual tenta saídas via intensificação tecnológica que é incompatível com geração massiva de empregos. A questão é: o capitalismo perde crescentemente a capacidade de gerar postos de trabalho, o que torna o êxodo rural historicamente dramático, num fenômeno social de potencialidade explosiva.

A conformação dos aglomerados urbanos brasileiros não permite mais a agregação de novas camadas de migrantes do campo. De alguma forma o poder público brasileiro precisaria agendar uma política agrícola que efetivamente propugnasse pela fixação do homem e de seus descendentes ao campo. Para isso seria necessário o envolvimento de todas as esferas governamentais, em suas três instâncias, visando aparelhar a atividade agrícola.

Neste sentido se faz necessário: primeiro, dotar o meio rural de todos os confortos e possibilidade da tecnologia ecologicamente sustentáveis; segundo, garantias de financiamento para essa atividade, a juros subsidiados, se possível zero; terceiro, garantia de preços mínimos para que o esforço todo de uma atividade intensa de trabalho durante períodos inteiros do ano não se visse frustrado pelas determinações irracionais do mercado, e quarto, garantia real de um seguro contra intempéries que promovem a frustração da safra.

Além disso tudo, outros planos governamentais devem prever iniciativas outras, buscando dotar a vida no campo de todas as facilidades, confortos e benefícios possíveis nas cidades: telefonia, escolas rurais de qualidade, atendimento médico rápido, eficiente e gratuito, equipamentos de diversão pública, alternativas para a juventude e para a infância, acesso irrestrito a todos os habitantes do campo ao conforto da energia elétrica etc.

No momento em que este país coloca entre as preocupações do seu povo em primeiríssimo lugar, segundo indicam as pesquisas, a questão da segurança nas grandes cidades, é inadiável que estas políticas sejam promovidas.

As cidades brasileiras, notadamente as de médio e grande porte, não comportam mais contingentes populacionais, em geral de baixa ou nenhuma qualificação, em geral de baixo ou nenhum poder aquisitivo, tendo em vista a crescente incapacidade do sistema econômico de gerar postos de trabalho para assimilar estas populações que demandam as cidades.

Ainda que as indicações acima não sejam nem exaustivas e provavelmente nem suficientes, não há como calar diante das vicissitudes vividas pelas comunidades de pequenos produtores no oeste e sudoeste do Paraná, especificamente, bem como, no Brasil inteiro.

Oxalá não tenhamos que, daqui a algumas décadas, continuar a conviver com uma situação econômica e socialmente insustentável.

A tendência de concentração das terras que até aqui se manifestou, continuará a se manifestar, pois esta é a tendência do sistema capitalista.

O que é notável nisso tudo é que o sistema molda também o modo de pensar de quem não pensa muito, e o que é tão simples para um humilde agricultor na sua visão de mundo, se faz tão complexo ao sistema na sua visão economicista.

A síntese da grande problemática da questão agrária, e não só dela, está resumida nas palavras do depoimento a seguir, sabiamente percebida pelo humilde agricultor JAF, 69:

Só vai sobreviver o grande. O pequeno vai acabar tudo. Seria tão fácil evitar tanta miséria: é só deixar a terra para quem trabalha a terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANOVAY, R. O que é fome. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ACCARINI, J. O. **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões sobre o caso brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARNS, P. C. **Cooperação Agrícola.** Florianópolis, 1991. Monografia de conclusão do curso de agronomia - UFSC.
- BIO, S. R. **Sistemas de Informação: um enfoque gerencial.** São Paulo: Atlas, 1985.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- COELHO, C. N. Política Agrícola e o Endividamento do Setor Rural. **Revista de Política Agrícola** Out/Nov/Dez 1999. Brasília, 1999.
- COSTA, B. et al. **Produção Associada: Pensares Diversos.** Petrópolis RJ: Vozes, 1989.
- DIAS, A. R. **Entrevista concedida pelo Gerente da área agrícola do MIDC, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 28 de dez. 2001.
- JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.
- GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo: FGV, v.35, n3, pp.20-29, maio/jun. 1995.
- GOHN, M. da G. Movimentos Sociais - Balanços e Perspectivas. In: **CARTILHA DA ANSUR,** São Paulo: ANSUR, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura e Reforma Agrária: uma avaliação dos anos de 1995/97. In **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate.** Aloizio Mercadante (org.). Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- GRAZIANO NETO, F. **A Questão Agrária e Ecológica - Crítica da Moderna Agricultura.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. ; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUIVANT, J. S. **Agricultura e Meio Ambiente: Adoção e Difusão de Técnicas Agrícolas.** Campinas, 1992. 199 p. Tese de Doutorado em Sociologia – UNICAMP.

- HUBNER, O. Prognóstico de Trigo safra 2000/01. **Acompanhamento da Situação agropecuária do Paraná**. Curitiba: DERAL, 2000.
- IBASE, Cadernos do IBASE. Rio de Janeiro, 1992.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.
- KATZ, D. & KAHN, R. L. **Psicologia Social das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.
- MENDES, J. T. G. **Economia Agrícola**. 2. ed. Curitiba: ZNT, 1998.
- MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In DESLANDES et al. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis RJ: Vozes, p9-29, 1994.
- MÜLLER, G. **Ambivalência da Modernização Agrária**. *Novos Estudos*. CEBRAP, Nº 21 - Julho de 1988. p. 168 - 184.
- MUSSOI, E. M. **Estado, descentralização, Políticas Públicas e nova instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina**. In.: *Revista de Ciências Humanas UFSC – CFH*. Vol.1, nº1, Florianópolis SC
- NÓBREGA, M. F. **Desafios da Política Agrícola**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985.
- PANIAGO, E. e SCHUH, G. E. Avaliação de Políticas de Preços para determinados produtos agrícolas no Brasil. In ARAUJO, F. C. P. e SCHUH, G. Edward. **Desenvolvimento da Agricultura**. São Paulo: Pioneira, 1977: 77 - 102.
- PINHEIRO MACHADO, L. C.; RIBAS, C. **Economia Solidária: Solução ou Engodo?** No Prelo.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brailiense, 1998.
- PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROINDÚSTRIA. 16 – 19/05/2000 – **Anais Univates – Lageado/RS**, 2000.
- RAMOS, G. A. **A nova ciência das Organizações**. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- REVISTA POLÍTICA AGRÍCOLA. Ministério da Agricultura. Brasília, Out/Nov/Dez, 1999.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. São Pulo: Atlas, 1997.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia - Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo RS: UNISINOS, 1991.

SCHUH, G. E. Efeitos de Políticas Ferais de Desenvolvimento Econômico no Desenvolvimento Agrícola, In ARAUJO, F. C. P. e SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da Agricultura: Análise de Política Econômica**. São Paulo: Pioneira, 1977.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WARNKEN, P. **O futuro da Soja no Brasil**. Revista Política agrícola – ano IX – nº2 – abr/mai/jun. 2000.

ZAMBERLAM, J. e FLONCHETI, A. **Cooperação Agrícola: Melhoria ou Novo Projeto de Vida?** Passo Fundo RS: Bertheir, 1992.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ESTEVAM, D. de O. **Cooperação agrícola: Desafios e perspectivas**. Florianópolis, 1994. Monografia do Curso de Economia – UFSC.

JULIÃO, F. **O que são as ligas camponesas**. Coleção primeiros passos. Rio de Janeiro: Pioneira, 1980.

KLEBA, J. B. **A Cooperação Agrícola em Assentamentos de Reforma Agrária**. Florianópolis: Maio de 1992. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Centro de Ciências Humanas - UFSC.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. v.1. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARTINE, G. e COUTINHO GARCIA R. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987

MICKLETHWAIT, J. & WOOLDRIDGE, A. **Os bruxos da Administração: como entender a Babel dos gurus empresariais**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

OLIVEIRA, R. M. A experiência Italiana: a terceira Itália como polo irradiador de micro e pequenas empresas de alta tecnologia. **Revista de Administração da UNB**. Brasília, 1998.

POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, C. **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

VILLEGAS, G. A. J. **Acerca del reciclaje o la economía de los desechos.** Seminario Taller sobre minimización de residuos. Bogotá, 1995.